

ATA DE 259 PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos 18 dias do mês de dezembro de dois mil e vinte, às oito horas e trinta minutos pelo aplicativo google meet, realizou-se a ducentésima quinquagésima nona Plenária Ordinária do CEAS, coordenada inicialmente pela presidente interina, Gabriele Sabrina da Silva, em seguida após posse dos novos conselheiros. A atual presidente Patrícia Carvalho Gomes assumiu a condução da 259ª plenária ordinária onde estavam presentes os seguintes Conselheiros Titulares: Anédia Farias – Fórum Estadual dos Usuários do SUAS de BH, Patrícia Carvalho Gomes - Conselho Regional de Serviço Social - CRESS-MG, Sandra de Fátima Veloso Costa Azevedo – CMAS de Montes Claros, Isaura dos Santos Lopes – Associação Quilombola do Suaçuí e Pitangueiras, Gabriele Sabrina da Silva - Secretária de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE, Aloisio Soares de Lima Junior – COGEMAS, Rosiane Reis – CMAS Campo Belo, Natália Lisce Fioravante – Federação das APAES, Mayra Bispo - Fórum Regional de Trabalhadores do SUAS de Salinas, Lucas Estêvão Ribeiro da Silva – Conselho Central de Curvelo SSVP , João Alves Crisóstomo - União das Associações de Pirapora - UNAPIR – Silmônica Rodrigues da Silva Tocafundo – CMAS Juiz de Fora, Mariana de Resende Franco – Secretária de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE, Silvestre Dias – Secretária de Estado de Fazenda - SEF. Ainda os seguintes Conselheiros Suplentes: Luanda do Carmo Queiroga - Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS, Jessica Teixeira da Silva – Movimento Nacional da População de Rua, Joana Moraes Rabelo Horta Lopes – Secretária de Estado de Desenvolvimento Social -SEDESE, Cristiano de Andrade – Secretária de Estado de Desenvolvimento Social -SEDESE, Laureci de Paula – Movimento Graal no Brasil -, Elerson da Silva - Cáritas Brasileira – Regional MG, Domingos Sávio de Araújo – CMAS de BH, Damião Braz (Irajá) - Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste – APOINME, Alisson Pereira Ramos - Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Sudeste Brasileira, Vilma Sá – Secretária de Estado de Saúde – SES, Luana Castro Secretária de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG, e também, os membros da Secretaria Executiva: Adelmira Gomes Cerqueira, Ângelo Santos Machado, Carla Nésia Silva Duarte, Eliane Bissoli, Maria de Paula Ribeiro, Regina Varela Caldeira, Rosalice Tassar de Almeida e Vera Lúcia Rodrigues. Participaram desta plenária como convidados: Cláudia Maria Falabella– SEDESE, Rosilene Teixeira - SEDESE, Suzanne Horta– SEDESE, Lívia Pessoa – SEDESE, Guilherme Franco – SEDESE, Soraia Cruz - SEDESE, Alessandra Soares, Francielly Ferreira, Elder Gabrichi – SEDESE. **GABRIELE, SEDESE:** Secretária Executiva já iniciou a gravação da reunião para confecção da ata? Ângelo já deu ok lá no chat. Obrigada, Ângelo. Hoje nós chegamos na nossa 259ª plenária ordinária. Hoje é dia 18 de dezembro de 2020, são 8h39, então estamos quase pontuais. Queria pedir à secretária executiva para fazer a menção dos presentes. **ROSA, CEAS:** Só um minuto, deixa eu voltar aqui para a tela. Estão presentes os conselheiros: Aloísio, Anédia, Ariadna, Cristiano, Élerson, Gabriele, Lucas Mariana, Mayra, Patrícia, Sandra, Silmônica, Silvestre, Silvia Garcia e Vilma de Sá. **GABRIELE, SEDESE:** Muito obrigada, Rosa. Não é agora que a gente faz a justificativa de ausências não, não é? A gente aprecia as atas primeiro. Bom, recebemos da Secretaria Executiva a ata da última plenária ordinária, da 258ª e da 31ª plenária extraordinária.

Conseguirmos votar a aprovação dessas duas atas em bloco? Lembrando que são atas degreadadas. Podemos colocar em votação? Vamos fazer por aclamação. Algum conselheiro tem algum destaque para aprovação das atas da plenária ordinária ou extraordinária, ou podemos dar como aprovadas? Peço que se manifestem no chat, por favor, conselheiros.

ANÉDIA, FMUSUAS/BH: Pela aprovação. **GABRIELE, SEDESE:** Muito obrigado, Dona Anédia. Outros conselheiros estão manifestando no chat pela aprovação também. Vou aguardar mais alguns segundos. Certo, nós temos as atas aprovadas. Agora, eu gostaria que também a secretária executiva – depois, outros conselheiros que, porventura, receberam essas justificativas – realizassem as justificativas de ausências nessa primária. **ROSA, CEAS:** Gabi, nós recebemos justificativa de ausência do João Bosco da Seapa, por motivo de férias; João Victor da Seplag, por motivo de férias; Rosália da secretaria de educação, férias; José Darci, Cogemas, não apresentou justificativa; João Alves da Unapir, por questão de trabalho. Foram essas cinco justificativas que nós recebemos. E a Natália, hoje de manhã, passou a informação na parte da manhã ela não estará presente, só na parte da tarde, por questão de trabalho também. **GABRIELE, SEDESE:** Obrigada, Rosa. Acho que são essas as justificativas de ausência então, não recebemos mais nenhuma. Já podemos apreciar a pauta da nossa reunião, não é? Aí eu peço que você desça a pauta um pouquinho, Rosa. Diante dos pontos já vencidos, o que temos ainda como previsão de ponto de pauta. Os informes da Sedese, Cogemas e outros. Um retorno de ofício que o CEAS solicitou à Sedese, Ofício nº 137. A posse dos conselheiros que tiveram a nomeação recente ou que não tomaram posse na última plenária, os conselheiros: Mariana, Silvestre, Silmônica, Cristiano e Vinícius. Depois da posse, teríamos a eleição da Mesa Diretora e, em seguida, a prestação de contas dos três trimestres de 2020. Está previsto o intervalo para o almoço e a continuidade dessa discussão da prestação de contas, o relatório de gestão anual de 2019, a apresentação dos trabalhos da comissão de monitoramento do Programa Renda Minas, seria um informe que foi solicitado como ponto de pauta. Às 16h: a apreciação e deliberação da revisão do Regimento Interno, fluxos e competências; uma discussão ocorrida na Mesa Diretora, comissão de normas. E aí, às 17h, se alguma comissão temática tiver ponto de pauta para deliberação, seria aberto esse momento para as comissões. Essa é a proposta de pauta, aí eu quero abrir inscrição. Os conselheiros aprovam? Tem algum destaque? **PAULA, CEAS:** Gabi, bom dia. Só voltando um pouquinho na questão da justificativa. Acabou de chegar também da Jéssica, que está em uma audiência pública na Câmara de Vereadores e não estará presente pela manhã. Provavelmente, à tarde, ela até virará para a inclusão de mais um ponto de pauta, uma demanda. **GABRIELE, SEDESE:** bom, agora a gente está apreciando a pauta, não é? Mas, aí a ausência dela está justificada pela manhã, é importante o registro. Obrigada, Paula. Pessoal, não estou visualizando nenhuma inscrição no chat. Se vocês tiverem algum ponto de pauta ou alguma alteração proposta, por favor, abram o microfone ou se inscrevam no chat. **ÉLERSON,**

CÁRITAS BRASILEIRA: Gabi? **GABRIELE, SEDESE:** Pode falar, Élerson. Agora que eu vi, a Patrícia se inscreveu também. **ÉLERTON, CÁRITAS BRASILEIRA:** (Trecho incompreensível) [00:07:32] da Rede Cuidar, só queria pedir um esclarecimento ao longo da planária sobre isso. Não sei se vai nos informes agora. Não sei onde colocaria, se seria nos informes. Nos informes eu acredito que seria melhor também. **GABRIELE, SEDESE:** Acho que sim, um esclarecimento sobre o Rede Cuidar, não é? **ÉLERTON, CÁRITAS BRASILEIRA:** Isso, isso. **GABRIELE, SEDESE:** Ok. Registra nos informes, por favor, Rosa. Patrícia, pode falar, por favor. **PRESIDENTE:** Na plenária passada ficou pendente, para essa plenária, dar continuidade à discussão da Secretaria Executiva. A Secretaria Executiva ficou de fazer um levantamento sobre os recursos humanos, Lucas até se propôs a auxiliar nesse texto porque ficamos um pouco em dúvida para qual órgão a gente enviaria. Até conversei com a Rosa, esses dias, que esquecemos de colocar essa pauta na reunião da Mesa Diretora. E aí, é pauta de plenária anterior. Eu queria sugerir que entrasse no início, logo depois do retorno de ofício da Sedese, também sobre a Secretaria Executiva. **GABRIELE, SEDESE:** Registra, por favor, Rosa, que aí abre a votação para ver se os conselheiros estão de acordo com a inclusão desse ponto de pauta ainda na parte da manhã ou se tem alguma sugestão. A Secretaria Executiva já registrou os dois pedidos de inclusão? Vocês têm mais alguma sugestão ou podemos encaminhar a votação da apreciação da pauta? Não estou vendo nenhuma manifestação. Secretaria Executiva, vai me ajudando com chat, por favor. Cristiano está inscrito. **CRISTIANO, SEDESE:** Bom dia a todos e todas. Eu gostaria só que todos nós, hoje, possamos nos atentar bem para essa pauta porque temos assuntos bem importantes. Para a gente tentar também ser objetivos na discussão dos assuntos e nos encaminhamentos, porque a gente já vende várias planárias que entramos um assunto e vai, vai. Quando vai ver, o negócio vai se estendendo bastante. Para otimizar e aproveitar melhor a participação de todo mundo, era mais isso mesmo. E eu queria sugerir que esses pontos, que foram incluídos, fiquem mais para o final para aproveitar a nossa energia agora e no início da tarde para os pontos que são, que eu acho – todos são importantes, mas tem dois que são bastante importantes, que é para que a gente tenha energia para fazer uma discussão desses pontos com qualidade. Obrigado. **GABRIELE, SEDESE:** Obrigado, Cristiano. A sugestão é passar os dois pontos para os últimos? A Patrícia deu outra sugestão no chat: “Talvez, na apreciação da pauta, possamos deixar a prestação de contas como o primeiro após o almoço, assim garantimos a participação da coordenadora da comissão de orçamento e não ficamos na discussão da prestação de contas”. Dividimos parte da manhã e parte da tarde, como está previsto na pauta. Aí, Patrícia, para essa sugestão, você sugere subir outro ponto que está na parte da tarde para antes da prestação de contas? **PRESIDENTE:** Eu sugeri incluir o ponto da Secretaria Executiva como primeiro ponto de pauta de hoje, porque é referente à Secretaria Executiva e já tem um informe, que é um retorno de um ofício, sobre a mesma temática. Dar continuidade ao assunto só. Eu não estou

conseguindo visualizar lá embaixo, a pauta, para a gente subir alguma coisa, pequena, e conseguir fazer... Porque assim, dá tempo de discutir a prestação de contas toda depois do almoço. Às vezes, fica uma hora em uma discussão dela e depois uma hora, não fica tão produtivo, na minha opinião. E, considerando a justificativa da coordenadora da comissão de orçamento, que não vai estar possível, aí a minha sugestão para apreciação dos conselheiros.

GABRIELE, SEDESE: Obrigado, Patrícia. A Mariana está inscrita. **MARIANA, SEDESE:** Bom dia pessoal, bom dia a todos e todas. É no sentido de que eu também estou com dificuldade de visualizar a tela toda, até ia pedir a Rosa para mandar a pauta lá no grupo dos conselheiros só para conseguirmos visualizar melhor ou, talvez, reduzir para ver o todo. Porque eu acho que na hora que a gente vê o todo, a compreensão fica melhor. A minha sugestão é assim: o que precisa de deliberação, que a gente coloque na parte da manhã. Se for na parte da manhã, no caso da Natália que não está aqui, então, claro, que essa pauta onde a Natália está envolvida, no horário que ela puder para não prejudicar. Mas, assim, o que precisa deliberação? Eu acho que a gente tem que priorizar isso. No caso, de deliberação aqui hoje, temos: Mesa Diretora, prestação de contas e relatório de gestão. É isso mesmo? **GABRIELE, SEDESE:** Isso.

MARIANA, SEDESE: A pauta da Secretaria Executiva também... É, então, é porque eu não entendi qual é essa pauta. Como foi na última reunião, não estava aqui, gente. Só para vocês me ajudarem a lembrar. Mas, isso apareceu como ponto de pauta hoje, não é, Patrícia? Não estava na pauta, isso que eu estou entendendo. **PRESIDENTE:** Estava. Deveria estar na pauta. Foi um erro da Mesa Diretora, que não observou isso, porque as pautas remanescentes da plenária anterior devem constar na pauta da próxima plenária, não é? Que, no caso, é hoje. E, na plenária passada, ficou esse encaminhamento para retornar como ponto de pauta para hoje e a esquecemos de colocar. E aí é uma pauta deliberativa também. É um retorno para qual órgão será feito o encaminhamento? E de uma pauta antiga já, que tinha deliberado na plenária de outubro que encaminharia para o Ministério Público. Depois, com a entrada da Rosa para a Secretaria Executiva, discutiu que seria para um outro órgão, discutiu outros encaminhamentos estendendo uma análise para a Secretaria Executiva como um todo. Não só o cargo de secretário. Aí é uma pauta deliberativa também. Eu sugiro colocar esse como o primeiro ponto de pauta por ser remanescente da plenária passada e ser deliberativo e subir o relatório de gestão, porque eu acho que a Natália não vai ter considerações acerca desse relatório e possibilita a participação da coordenadora da comissão na discussão toda da prestação de contas, além também de não ficar (áudio ruim) [00:16:22] eu acho interessante.

MARIANA, SEDESE: A Natália não está agora, de manhã, e que horas ela pode vir? Para eu entender, não ficou para mim. **PAULA, CEAS:** A Natália só virá à tarde, depois do almoço.

MARIANA, SEDESE: Então essa parte de prestação de contas do primeiro ao terceiro semestre, a gente já tem que julgá-la para tarde, é isso? **ROSA, CEAS:** É isso, Mariana.

GABRIELE, SEDESE: Então já faz a troca aí, Rosa. **MARIANA, SEDESE:** Isso, é isso que eu

estou falando. Onde está escrito 11h, já vai passar para 13h e nem vai ter essa parte onde está escrito continuação. Na verdade, já será o início e vamos até terminar. O relatório de gestão seria agora, o primeiro ponto. Ok. Bom, os três pontos de deliberação são esses. **GABRIELE, SEDESE:** Mais alguma sugestão, gente? **MARIANA, SEDESE:** Só uma dúvida. A Patrícia está falando que essa questão de Secretaria Executiva é só definir um órgão, é isso? **ROSA, CEAS:** Seria a apresentação do ofício que foi minutado, Mariana. A deliberação do mês passado foi: minutar um ofício com a indicação para que órgão que ele seria encaminhado. Porque falaram na plenária passada que era o Ministério Público, aí o Lucas justificou que o Ministério Público não recebe esse tipo de demanda, então ficou de minutar o ofício e apresentar nessa plenária agora, em dezembro. Essa é a deliberação dessa questão da Secretaria Executiva. **MARIANA, SEDESE:** Ok. **GABRIELE, SEDESE:** Concluimos as sugestões para pauta, gente? A gente pode fazer a votação? A Silmônica, no chat, sugere alteração de ordem ponto de pauta, colocar em primeiro a posse dos conselheiros. Já está em primeiro a posse dos conselheiros, não é, Rosa? Já seria o primeiro ponto ou os informes estão primeiro? **ROSA, CEAS:** Vinham depois dos informes, os informes são primeiro. **GABRIELE, SEDESE:** Então a Silmônica... **ROSA, CEAS:** (Trecho incompreensível) [00:19:13]. **GABRIELE, SEDESE:** Está sugerindo a posse dos conselheiros, primeiro. **ROSA, CEAS:** Está bem. Eu vou alterar aqui. **GABRIELE, SEDESE:** E aí exibe toda a pauta de novo, porque o pessoal está falando que não está conseguindo visualizar. Aí a gente já fecha isso para votar. **ROSA, CEAS:** Não está conseguindo visualizar, porque está muito grande? Alguém poderia me informar o porquê não está conseguindo visualizar? **PAULA, CEAS:** Rosa, para mim está normal. Talvez, só aumentar um pouquinho. Está no 110, vai mais um pouquinho. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Eu não consigo ler, eu fico prestando atenção. Está muito pequenininha as letras. **GABRIELE, SEDESE:** Gente, na hora que a Rosa terminar ali, eu vou fazer a leitura da pauta de novo para ficar mais claro para todo mundo. Rosa, tem mais uma manifestação aqui. A Mariana vai dar um informe da Sedese sobre o Rede Cuidar. Ou a gente inclui no ponto junto com o Éleron ou junto nos informes da Sedese. **ROSA, CEAS:** Está bem. Já tem um informe (trecho incompreensível) [00:20:34] é o Rede Cuidar. Aí eu posso (trecho incompreensível) [00:20:39] Mariana e Éleron. Pode ser assim? **GABRIELE, SEDESE:** Pode. **PRESIDENTE:** Já tem em cima os informes da Sedese. **GABRIELE, SEDESE:** Pronto. Deixa eu fazer uma leitura da pauta, como é que ficou a ordem. Posse dos conselheiros, informes CIB, Sedese, outros e Rede Cuidar, retorno do Ofício nº 173, inclusão de ponto: ofício sobre a Secretaria Executiva - deliberação da última plenária, eleição da Mesa Diretora, relatório de gestão, intervalo para o almoço, prestação de contas. Depois, a apresentação sobre os trabalhos da comissão de monitoramento do Programa Renda Minas, a questão do Regimento Interno: fluxos e competências, comissões temáticas e encerramento. Podemos conduzir assim? Peço que, mais uma vez, a gente vote por aclamação. Vocês se manifestem no chat. A pauta desta

plenária está aprovada? **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Pela aprovação. **GABRIELE, SEDESE:** Obrigada, Dona Anédia. Ótimo. Bom, então temos a pauta aprovada. Eu vou pedir, conselheiros, para termos objetividade no que for possível, para conseguirmos encerrar a plenária pontualmente, no prazo que está previsto. Sem mais delongas, já vamos para o momento de posse dos conselheiros. Mariana, Cristiano, Silmônica, Silvestre e Vinícius. Tem mais algum conselheiro para tomar posse, Rosa? Ou seriam esses? E eu queria saber se os cinco já estão presentes. **ROSA, CEAS:** Me parece que apenas o Vinícius ainda não chegou, pelo menos eu não percebi a entrada dele aqui, ainda. Os demais estão todos presentes. **GABRIELE, SEDESE:** Ok. Só faltou o Vinícius, não é? Por enquanto, mas ele é suplente do Silvestre que está pegando a titularidade hoje. Vamos começar pelo Silvestre, quer falar alguma coisa? **SILVESTRE, SEF/MG:** Bom dia a todos. Só dizer que estarei aqui com toda a dedicação para fazer os trabalhos necessários, dedicados a essa área da assistência social. Muito obrigado. **GABRIELE, SEDESE:** Bem-vindo, Silvestre, agora à condição de titularidade no CEAS. Silmônica, você está com problema de áudio ou é de microfone? Acho que você registrou no chat. Deixa eu só subir o chat um pouquinho, gente. “Estou com problemas de áudio”. Está bem, Silmônica está com problema de áudio e parece que a conexão dela caiu. Mas, a qualquer momento, se ela conseguir voltar e quiser ter uma fala de posse, está aberto para a Silmônica. Mariana, quer falar alguma coisa? Mariana e Cristiano? **MARIANA, SEDESE:** Eu só, gente, dizer que demorou, mas saiu. Eu fiquei esperando a nomeação um tempo maior do que o esperado mesmo e dizer que estou à disposição, desde o início, como subsecretária, como conselheira, para enfrentar todos esses desafios que nós temos na condução da Política de Assistência. E que nós tenhamos, hoje, uma boa reunião, não é? Nossa pauta é grande e tem muitos assuntos importantes. Obrigada. **GABRIELE, SEDESE:** Cristiano já era conselheiro, a gente só está trocando essa questão de suplência e titularidade. Mas, se quiser falar, está aberto. **CRISTIANO, SEDESE:** Não, não quero, Gabi. É só agradecer mesmo. Continuar aqui neste conselho, mesmo como suplente, e agradecer a todos. Obrigado, pessoal. **GABRIELE, SEDESE:** Aí, gente, a palavra está aberta para a Silmônica ou para o Vinícius, quando eles conseguirem entrar na plenária e se quiserem fazer. Mas, oficialmente, a posse está dada para quem está aqui presente. Sejam bem-vindos ao conselho. Agora, passamos para a pauta dos informes. Temos informes: Sedese, CIB, outros informes – se vocês tiverem – e esse, solicitado para o Rede Cuidar. Vou só registrar, Silmônica mandou no chat: “Estou feliz em fazer parte desse respeitoso CEAS e me coloco à disposição de todos e todas”. Muito obrigada, Silmônica. Bom, vamos fazer os informes. Os da Sedese eu vou fazer, deixa eu só pegar a apresentação rapidamente, gente. Enquanto isso, nós tivemos a reunião descentralizada do CNAS Sul e Sudeste. Os conselheiros que participaram também, se quiserem trazer algum informe, porque foram pautas bastante relevantes que foram tratadas lá. Só um minuto que eu estou tentando abrir apresentação aqui. Na verdade, eu vou só tratar de

alguns pontos rapidamente e a gente traz, normalmente, os informes que a gente faz na CIB, trazemos para o Conselho Estadual também. Bom, aí aqui já até tinha um informe sobre o Rede Cuidar e eu não lembrava. Informes Sedese. Eu acho que sobre esse ponto, se a Mariana quiser falar, mas esse informe aqui era baseado em uma oficina, uma videoconferência que teve com algumas unidades que tem, no plano de trabalho, obras e reformas. Então foram 25 unidades e a equipe do Rede Cuidar fez uma videoconferência de orientação sobre o processo de celebração do primeiro termo aditivo. Não sei se Mariana ou Soraia querem falar agora ou depois. Mariana, pode falar. **MARIANA, SEDESE:** Eu quero. Eu tenho uma alteração. Primeiro, que a gente fez essa reunião aí com as entidades da Rede Cuidar já falamos aqui, em reuniões anteriores, que estamos fazendo que os termos aditivos das entidades que solicitarem. Óbvio, que depende da manifestação individual de cada um. A maioria tem solicitado alegando muitos saldos em conta, porque não executou o recurso esse ano por dificuldades decorrentes da pandemia e, para fazer esses termos aditivos, eles têm que ser feitos durante a vigência. E a vigência deles acaba, salvo engano, amanhã. Porque a publicação é de 19 de dezembro de 2019, então 365 dias, a vigência é amanhã. Nós teríamos que fazer termos aditivos de todos até amanhã. E, considerando a quantidade de termos aditivos e a complexidade desses planos de trabalho, a equipe da Rede Cuidar não conseguiu fazer todas as análises técnicas até a data de hoje. Na semana passada, nós tivemos uma conversa com a nossa procuradoria jurídica e, considerando o decreto de calamidade pública da pandemia, nós temos o período de calamidade pública decretado até 31 de dezembro deste ano. E temos um decreto do governo de Minas, do meio do ano – não lembro a data exata – que dizia que as parcerias vencidas no período de calamidade pública poderiam ser prorrogadas de ofício por 30 dias ainda. Qual foi a nossa opção? Nós fizemos uma resolução, na Sedese, prorrogando por 30 dias a vigência... Chama prorrogação de vigência de ofício. É uma ação unilateral da Sedese, para garantirmos esse prazo a mais, que são 30 dias, contando do período de calamidade pública, então temos até 30 de janeiro para concluir as análises técnicas, jurídicas e assinar os termos aditivos. Alguns já têm essa análise técnica concluída, alguns já tem análise jurídica, mas estamos falando de um volume de 100 parcerias, 103 parcerias, salvo ou engano. E como nós não conseguimos para todas, nós decidimos fazer essa prorrogação de vigência de ofício para garantir o nosso prazo de análise técnica sem prejuízo para ninguém. Isso significa que nós, até 30 de janeiro, estaremos fazendo esses termos aditivos que deveriam ser feitos até a data de amanhã. Ok? Não sei se a vida do Éleron é isso. Éleron, só para completar, essa resolução foi publicada no diário oficial de quarta-feira. Ontem a gente ficou o dia inteiro envolvido aqui no CEAS, eu não sei se a diretoria da Rede Cuidar conseguiu enviar isso para vocês, por WhatsApp ou por e-mail para fazer com que essa informação chegue o mais rápido possível. Mas, desde o início, nós dissemos que não haveria prejuízo para as entidades. O que é problema nosso, a gente tem que dar um jeito

de resolver para garantir que não tenha prejuízo para ninguém. Ok, então está esclarecido. Obrigada. **GABRIELE, SEDESE:** Obrigada, Mariana. Obrigada, Élerson também. O próximo ponto é um informe também de uma oficina que a gente fez, no mês de dezembro, com os 16 municípios da regional de Teófilo Otoni que fazem parte do Projeto Aproximação Suas. Até tinha esse ponto de pauta previsto para reunião, levamos para CIB de outubro ou de novembro – acho que foi em novembro. Na discussão que fizemos, na CIB, foi levado em consideração a questão do período eleitoral de troca de gestão. Então que a Sedese, em 2020, continuasse apenas nessa lógica de diagnóstico mesmo, de escuta desses municípios sobre o projeto. E, apenas em 2021 começará, de fato, a pensar nos planos de trabalho e na execução de todas as ações do Aproximação Suas de um modo mais efetivo. Então trazemos como informe essa oficina que foi realizada nos dias 3 e 4 de dezembro em que foi discutido: o que é o projeto, qual é a interface com o Percurso Gerais e qual é a importância da intersectorialidade e do trabalho social com famílias nessa discussão do Aproximação Suas como fortalecimento da proteção social básica nos territórios. Então foi uma videoconferência à distância, que foi realizada no mês de dezembro, pela Sedese. Essa tela aqui, a gente pedia mais com foco nos gestores municipais, mas também sabemos que, na aprovação de demonstrativo, o gestor preenche e o conselho delibera. Temos um passivo de prestação de contas do Piso Mineiro de assistência social de: 2017, 2018, e 2019, que foi aberto esse ano para os municípios preencherem. Estávamos com números baixos de preenchimento do demonstrativo e aí foi solicitado essa mobilização, esse apoio, no caso do Cogemas, e aqui o CEAS pode apoiar na mobilização dos conselhos municipais para a finalização dessas prestações de contas até 31 de dezembro, para que a gente consiga (áudio ruim) [00:35:07] estadual, o Censo Suas também está aberto, então era mais um lembrete de prazos. Os dados da educação permanente que também levamos mensalmente para a CIB para o CEAS. De janeiro a novembro de 2020, as ações de apoio técnico e capacitação atingiram (áudio ruim) [00:35:35] municípios mineiros. 99% dos nossos municípios já participaram de, pelo menos, alguma ação de apoio técnico, capacitação, realizada pela Subsecretaria de Assistência Social da Sedese. Quanto, especificamente, ao mês de novembro, destacamos uma capacitação foi feita pela proteção social (áudio ruim) [00:36:04] Desafios na contemporaneidade. Uma videoconferência, com esses parceiros, sobre a modalidades dois do Rede Cuidar e uma videoconferência sobre o Plano Municipal das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Dos informes da secretaria, seriam esses. Rosa, se você puder projetar a pauta novamente. Eu acho importante trazermos, enquanto conselho, um informe sobre a reunião do CNAS que aconteceu no dia 25 de novembro. Foi uma reunião descentralizada da região Sul e Sudeste. Acho que seis conselheiros participaram, se vocês quiserem falar... Rapidamente, como pontos de pauta que foram discutidos... Foi uma reunião muito produtiva, que durou o dia inteiro, mas foram bastante importantes as falas. Foi trazido a questão do monitoramento da qualidade dos

conselhos, aí teve uma discussão bastante importante sobre esse tema. Depois, um debate sobre a atuação controle social no contexto da pandemia e aí também foi trazida a questão dos prazos de prestação de contas dos recursos extraordinários e, por fim, também foi feito um painel onde foram apresentados os dados IGD Bolsa Família nos conselhos estaduais e nos conselhos municipais. Na plenária de novembro, até aprovamos a prestação de contas federal do demonstrativo de 2019. E, neste dia da reunião, eles apresentaram que a questão do IGD Bolsa Família, a amplitude, a quantidade de estados e municípios com bastante saldo em conta é uma realidade geral. É uma realidade do Brasil. Praticamente em todos os estados temos problema de execução do recurso por causa dos processos licitatórios, por causa de 'n' motivos. Então foi até interessante este painel, porque eles mostraram bem os dados da execução financeira e orçamentária do IGD, que é, realmente, um problema para todo Brasil ainda. Não sei se os conselheiros que participaram querem trazer alguma questão, mas, basicamente, os pontos tratados foram esses: a qualidade dos conselhos, aí falou um pouco sobre proporcionalidade, representação, rotatividade entre as representações; as ações no contexto da pandemia e essa questão do IGD. Que eu me lembre, foi mais ou menos isso. O Lucas está registrando: "Foi falado também da reeleição em loop das entidades no conselho, que não permite mais participação". Eles falaram muito isso, da importância da rotatividade no conselho, de pensar eleições, pensar processos eleitorais que tragam essa renovada no conselho. Falaram muito disso, realmente. Algum conselheiro tem mais algum uniforme para essa plenária? **CRISTIANO, SEDESE:** Gabi, não me inscrevi, não é? Me desculpa. **GABRIELE, SEDESE:** Mas, não tem ninguém inscrito. Pode falar, Cristiano. **CRISTIANO, SEDESE:** Acho que pela pauta não entrou, que é só um informe, um retorno sobre a roda de conversa de ontem. **GABRIELE, SEDESE:** Ah, importante, Cristiano. Para registro em ata é muito importante. **PRESIDENTE:** Presidente, questão de ordem. Desculpa, Cristiano. Eu tentei escrever aqui no chat, senão você já ia iniciar. A gente vai ter a pauta das comissões e, como teve a proposta de encaminhamento, eu acho que podia tratar disso na pauta da comissão de política. **CRISTIANO, SEDESE:** Pode ser. Desculpa, eu esqueci que tem essa última parte. **PRESIDENTE:** Desculpa eu. **GABRIELE, SEDESE:** Não, boa sugestão. Então a comissão de política traz esse ponto de pauta no final da reunião. Perfeito. Deixa eu ver o chat. Patrícia: "Eu tenho um sobre a reunião do CNAS". Pode falar, Patrícia. **PRESIDENTE:** É um informe rapidinho. Se não me engano, na semana passada houve uma reunião do CNAS em que foi discutido o (trecho incompreensível) [00:40:48] da conferência nacional. O governo e o CNAS estão dispostos a convocar a conferência. Não foi possível definir, apesar de que houve uma votação. A proposta da sociedade civil ao CEAS e Cogemas foi aprovada com 11 votos contra sete da proposta do governo. Só que o entendimento do Presidente era de que o plenário da conferência precisaria de voto qualificado, apesar de que não foi apresentado isso no Regimento Interno, mas era uma interpretação do Presidente que propôs consultar o Conjur.

Contudo, não foi (trecho incompreensível) [00:41:22] e no dia 22 de dezembro vai ter outra reunião do Conselho Nacional para discutir. O acompanhamento da reunião é aberto no Youtube e eu queria convidar os conselheiros que puderem assistir. Vai ser na parte da tarde, de 14h às 17h. A sociedade civil tem feito até um convite para muitas pessoas – que a sociedade civil em si – participe para apoiar a proposta, porque tem uma proposta de que o tema seja muito específico dos serviços de calamidade pública. A sociedade civil está propondo que seja um tema sobre orçamento, a Política de Assistência, mais abrangente e que tenha um eixo sobre a questão da calamidade. Se puderem acompanhar o CNAS e ajudar nos comentários no chat, até para se inteirar das discussões. Fica aí o convite, obrigada.

GABRIELE, SEDESE: Obrigada, Patrícia. A Mariana se inscreveu, rapidamente, para falar sobre esse assunto. Pode falar, Mariana. **MARIANA, SEDESE:** É rápido mesmo. Eu vou colocar aqui, vou procurar o informe do Fonceas. Na semana passada, na reunião do Fonceas, o assunto também foi esse que a Patrícia colocou. Nem o Fonceas, nem o Cogemas e o CNAS estão concordando com a proposta do tema da conferência do Ministério. E a proposta é exatamente essa: focar a assistência social no contexto de calamidades e emergências. Eu vou pegar o tema exato e vou colocar aqui para vocês. Eles estão chegando em um consenso de que essa questão de calamidade e emergência seja um dos eixos, mas não seja o tema. Então é só para reforçar a importância disso que a Patrícia falou, de nos mobilizar para não deixar que a conferência seja resumida apenas a discutir a atuação da assistência apenas em contexto de calamidade e emergência. **GABRIELE, SEDESE:** Obrigada, Mariana. Mais algum conselheiro tem algum informe para trazer para a plenária ou podemos passar para o próximo ponto de pauta? Estou vendo no chat que não, só um reforço mesmo da importância de assistir, acompanhar a reunião do CNAS, que a Luanda traz. Agora temos esse retorno ao Ofício nº137, do Conselho Estadual, que solicitou consulta ao Tribunal de Contas em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal e a importância da assistência social no enfrentamento das dificuldades sociais que enfrentam a população. Eu não sei se a Secretaria Executiva vai projetar, vocês querem que a Sedese faça esse informe, Rosa? **ROSA, CEAS:** Gabi, seria um informe que chegou esse ofício para a presidência. Só fazer um resumo, talvez, do que foi exposto nesse ofício na análise jurídica. Talvez só o ofício mesmo. Eu não sei como que vocês... **GABRIELE, SEDESE:** Isso foi pautado na Mesa Diretora e a Secretaria Executiva encaminhou o teor do ofício e seus anexos a todos os conselheiros, não é? **ROSA, CEAS:** Isso, nós encaminhamos na semana passada. **GABRIELE, SEDESE:** A Mariana falou que pode tratar desse assunto. Se Rosa for projetar, a palavra está aberta, Mariana. **MARIANA, SEDESE:** Vocês querem colocar na tela para lembrar o assunto, ou não precisa? Porque eu não sei se todos os conselheiros vão lembrar do que se trata. Foi feito um ofício do... Estou abrindo o ofício para... **ROSA, CEAS:** (Áudio ruim) [00:46:13] ao Ofício 137 que saiu do CEAS para a Sedese. **MARIANA, SEDESE:** Está bem. Eu estou abrindo o ofício. Pode deixar que eu

falo. Eu abri na minha tela. Foi feito um ofício do CEAS e a solicitação foi: “Solicitamos um posicionamento quanto à classificação prioritária da assistência social por sua relevância de forma a possibilitar a continuidade dos trabalhos em prol da população em condições de amenizar as vulnerabilidades de grande parcela da população que foram intensamente impactados pela pandemia e que irão necessitar de atenção ainda por longo prazo”. Aí falava que é primordial o reconhecimento da assistência social como política pública essencial e imprescindível na garantia dos direitos, falando também: “Diante do exposto, da Lei de Responsabilidade Fiscal que considera prioritária as áreas de saúde, educação e segurança, o estado restringiu a contratação ou recomposição de equipes, apenas as áreas prioritárias na lei”. Então o CEAS mandou para a Sedese pedindo que fosse feita uma consulta da Sedese ao Tribunal de Contas, em relação ao que diz a Lei de Responsabilidade Fiscal. A procuradoria jurídica da Sedese mandou essa resposta, que está na tela, e aí diz o seguinte: “Que o CEAS solicitou um posicionamento quanto a classificação prioritária de assistência por sua relevância para a continuidade de trabalhos, amenizar vulnerabilidades”. No ofício argumenta a classificação da assistência como prioritária, mas... Eu acho que é importante, Rosa, você subir a tela onde o jurídico escreveu assim: “(trecho incompreensível) [00:48:13] não restou configurado quais as contratações ou recomposições que o conselho visa com a finalidade e vinculação às ações de combate ou mitigação dos impactos da pandemia. Esclarecemos que a Advocacia Geral do Estado, por meio de seu órgão central, já emitiu orientações jurídicas sobre o tema e aí ele mandou as duas notas jurídicas. A questão é a seguinte: as notas jurídicas da AGE são aquelas que a gente já tinha trazido para o CEAS, que falavam que só poderia contratar se estivesse vinculado aos efeitos da pandemia e pelo prazo da calamidade pública. Essa justificativa já tinha vindo para o CEAS. O questionamento que CEAS fez, ou tentou fazer, é do porquê a assistência social não é atividade essencial? O que o jurídico respondeu é que já existe manifestação sobre esse tema e a manifestação é aquela que a gente já conhecia. Eu estou trazendo para conhecimento de vocês, não sei o que pode ser retirado de encaminhamento, mas é bom a gente esclarecer o seguinte: o TCE não vai responder uma consulta... Na verdade, aqui, a AGE não vai fazer uma consulta de uma coisa que ela já se posicionou e que ela já tem entendimento formado. Isso que o jurídico quis dizer. Já existe o entendimento, já existe a manifestação formal sobre o tema. Então isso não vai para o TCE, a menos que seja explicitado o que se propõe vinculado aos efeitos da pandemia. Como esclarecimento, é isso. Se tiver alguma dúvida aí. **GABRIELE, SEDESE:** Obrigada, Mariana. Algum conselheiro quer complementar? Estou vendo no chat, não tem nenhum registro por enquanto. A Rosa encaminhou os documentos lá no WhatsApp. Estou até pedindo para ela encaminhar o que veio do jurídico, que tem mais informações, porque é um memorando... **ROSA, CEAS:** Está (trecho incompreensível) [00:50:40]. **GABRIELE, SEDESE:** É o memorando 643. A Rosa já tinha compartilhado essas informações por e-mail, a Mariana

trouxe um resumo e ela está compartilhando também no grupo de WhatsApp. **ROSA, CEAS:** Gabi, eu vou passar também a manifestação da Cofin, que vocês já tinham mandado também, que são os próprios documentos que vieram na resposta. **GABRIELE, SEDESE:** Isso, é bom anexar toda a resposta. O Aloísio se inscreveu, pode falar. **ALOÍSIO, COGEMAS:** Bom dia a todos. Entendo a resposta dada pelo órgão competente do governo do estado, mas eu acredito que, talvez, a gente possa reformular a proposta. Não sei como que poderíamos fazer isso, de o conselho fazer essa consulta direta ao Tribunal de Contas, porque dada a excepcionalidade do momento e a necessidade de valorização do servidor na questão do que se refere a ter um servidor com a remuneração adequada como secretário executivo – que já foi amplamente discutido e debatido aqui no conselho – eu acho que, se for possível, de fazermos a proposta do conselho formalizar essa consulta ao Tribunal de Contas, para que a gente consiga ter uma resposta e seja possível tomar as medidas necessárias para dar uma segurança para o conselho, já que é um tema debatido aqui. **GABRIELE, SEDESE:** A Mariana se inscreveu, pode falar. **MARIANA, SEDESE:** Só a título de esclarecimento, está bem, Aloísio? Eu até copieei na tela. O TCE só responde consultas de autoridades de chefes de poder. O conselho, óbvio, se tomar a decisão de fazer, pode fazer, mas o TCE não responde. Mas, vocês podem – até enquanto Cogemas – confirmar isso com as procuradorias jurídicas de vocês, porque o TCE, eu desconheço – mas, também estou falando: podemos tentar – não responderia consulta de conselhos. A regra seria essa. **GABRIELE, SEDESE:** Ok. Eu acho que nesse ponto a gente acaba entrando no ponto seguinte, não é? Porque foi enviado um ofício de uma maneira geral, então o ofício do CEAS foi redigido de uma forma geral: “a incluir a assistência social na Lei de Responsabilidade Fiscal como exceção”. O jurídico nos retorna falando que a AGE já tem pareceres nesse sentido e que não vislumbrou uma consulta específica. O Aloísio até já traz a questão da Secretaria Executiva, que na última plenária foi discutido sobre o encaminhamento da plenária, se eu não me engano, de outubro ainda, que foi inicialmente um encaminhamento ao Ministério Público. Aí na plenária de novembro retomamos se seria o Ministério Público o melhor lugar e se a redação desse ofício teria que ser atualizada, em virtude de a Rosa estar respondendo pela Secretaria Executiva, então seriam outros pontos a serem destacados. Aí ficou de encaminhamento... Acho que a Patrícia é quem pediu esse ponto de pauta, ela poderia trazer isso na fala dela: quais seriam os encaminhamentos da última plenária e o que vai ser trazido, agora, como ponto de discussão e deliberação. Eu abro a palavra para esse ponto, porque eu acho que tem a ver com isso que estamos conversando, realmente. **PRESIDENTE:** Gabi, eu trouxe esse ponto porque eu lembrei que ficou essa deliberação pendente, mas, talvez, a Rosa... Estou vendo que o Lucas aqui fez inscrição, talvez, ele seja o mais (trecho incompreensível) [00:54:53] para apresentar. **GABRIELE, SEDESE:** Lucas está inscrito. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Bom dia, conselheiros. Gabi, bom dia. Na verdade, houve a minuta pela Secretaria Executiva e foi

encaminhado para trazer contribuições no texto. Contudo, ao longo dessas últimas semanas, eu não consegui fazê-lo e aí, nesse sentido, eu peço vista do ponto. Está bem? **GABRIELE, SEDESE:** Ok. Bom, se mais ninguém tiver esclarecimento ou questionamento sobre o ponto, então não conseguimos concluir os encaminhamentos para que esse ponto fosse trazido para essa plenária. Eu também entendo que não temos pontos de deliberação sobre esse assunto. A Patrícia está de acordo? Porque foi você que solicitou o ponto. Você está esclarecida sobre os encaminhamentos então? **PRESIDENTE:** Como conselheiro pediu vista, eu acho que é necessário. Regimentalmente, eu entendo que é necessário retirar de pauta. **GABRIELE, SEDESE:** Perfeito. Eu agradeço a ambos. Estamos até adiantados, gente, estamos indo bem. O próximo ponto de pauta previsto é a eleição da Mesa Diretora para a gestão 2021. São os cargos previstos no Regimento Interno como Mesa Diretora: Presidente, vice, primeiro-secretário, segundo-secretário. Aí precisamos ter notícia das reuniões de governo e sociedade civil, porque também pode ter sido discutida a questão da Mesa Diretora ampliada, então a coordenação das comissões. Aí eu não sei como é que podemos conduzir esse ponto, se alguém já quer se inscrever. Mas, eu entendo, que precisamos falar um pouco do que foi definido na reunião de sociedade civil e de governo, para que a gente introduza esse ponto de pauta que eu vou pedir para a Secretaria Executiva me ajudar a conduzir. Pode falar, Rosa. **ROSA, CEAS:** Você quer que leia o art. 17 e 19, que falam sobre a composição da Mesa Diretora, o processo de escolha. Ou os conselheiros não veem necessidade? Porque, no art. 19 do Regimento Interno, fala sobre o processo de escolha da Mesa Diretora. Eu não sei se todos os conselheiros conhecem esse artigo do rendimento ou não há necessidade. **GABRIELE, SEDESE:** Se você conseguir projetar, Rosa, rapidamente. Como estamos adiantados no horário, eu acho importante que todos ficam esclarecidos. Aí pode projetar e fazer a leitura, por favor. **ROSA, CEAS:** Começando com o art. 17, a Mesa Diretora paritária e de natureza colegiada terá o mandato de um ano, permitindo uma recondução por igual período, será composta por: Presidente, vice-Presidente, primeiro-secretário, segundo-secretário. § 1º Os cargos do inciso I ao IV serão eleitos por dois terços de membros que compõem o segmento governo e sociedade civil, referendados pela plenária. Só poderão concorrer aos cargos do inciso I ao IV os conselheiros titulares. § 3º Na Mesa Diretora, fica assegurada a participação dos coordenadores das comissões temáticas eleitos dentro de seus membros titulares ou suplentes. Art. 18 Dentro do princípio da igualdade de oportunidades, adota-se o sistema de alternância entre governo e sociedade civil nos cargos da Mesa Diretora, ressalvada a hipótese de recondução. Parágrafo único, em caso de vacância de cargo ou impedimento de membro da Mesa Diretora, far-se-á novo processo de escolha para o preenchimento do cargo dentro do segmento da respectiva representação. Art. 19 O processo de escolha da Mesa Diretora dar-se-á: I – não ocorrendo a recondução, será escolhido de forma atrelada Presidente com o primeiro-secretário e vice com o segundo e, dentro de cada

segmento, os ocupantes dos cargos que serão submetidos a aprovação da plenária. II – Havendo manifestação de recondução coletiva da mesa, apresentar-se-á a proposta à plenária para deliberação. III – Caso a plenária delibere contrariamente nos incisos I e II, far-se-á a escolha de nova Mesa Diretora. IV – A alternância governo-sociedade civil, dentro da mesa, se dará pelos pares previstos no inciso I e ao final do primeiro ano de mandato, na hipótese de não ser pleiteada a recondução. Então esses são os artigos que dispõe sobre esse processo que vai ocorrer agora, na plenária. **GABRIELE, SEDESE:** Obrigada, Rosa. Importante ter nos lembrado sobre isso. A Luanda vai fazer o informe da sociedade civil. Está aberta a palavra, Luanda. **LUANDA, FETSUAS/MG:** Bom dia, gente. A gente reuniu na sociedade civil, ontem, houve consenso das nove pessoas em condição de titularidade para votar. As nove escolheram a Patrícia como presidenta e a Ariadna como secretária. Essa é a indicação da sociedade civil para a Mesa Diretora. **GABRIELE, SEDESE:** Obrigada, Luanda. Só me esclarece, vocês também trataram da mesa ampliada? Só os quatro cargos mesmo? **LUANDA, FETSUAS/MG:** A mesa ampliada também vamos fazer a mesma alternância. Quem está hoje na subcoordenação, na comissão de política e de apoio vai passar para a coordenação. O Élerson vai ser o coordenador e o Irajá de apoio. E eu, como estou na comissão de monitoramento, vou para a subcoordenação. **ROSA, CEAS:** Eu não estou conseguindo ouvir o áudio da Luanda no final. Quem vai para a comissão de política, Luanda? (Trecho incompreensível) [01:02:41]. **LUANDA, FETSUAS/MG:** Comissão de política é o Élerson, que atualmente é subcoordenador, passa para a coordenação. E comissão de apoio é o Irajá, que atualmente é subcoordenador, passa para a coordenação. E eu passo para a subcoordenação da comissão de monitoramento, na regra da alternância. E aí Natália e Márcio também passam a subcoordenadores, a Patrícia está complementando aqui. **GABRIELE, SEDESE:** Rosa, consegue fazer os registros? Porque a Mariana vai dar o informe pelo governo. **GABRIELE, SEDESE:** Ficou alguma dúvida, Rosa? **ROSA, CEAS:** Não está aparecendo para vocês, não? **GABRIELE, SEDESE:** Está. Faltou só de orçamento. Mariana vai dar o informe sobre a reunião de governo. **MARIANA, SEDESE:** Rosa, daqui a pouco eu escrevo aqui para você. Eu falo, escrevo e aí você copia e cola. Vai ficar fácil. Do governo ficou: vice-Presidente Mariana, segundo-secretário indicado pelo Cogemas, mas os atuais representantes do Cogemas não vão permanecer na diretoria, então tem que aguardar ano que vem a posse de novos gestores e a eleição da nova diretoria do Cogemas para indicar uma pessoa. Comissão de orçamento, coordenadora Gabriele, comissão de normas: Joana e comissão de monitoramento das deliberações da conferência: Sávio. Eu vou escrever aqui no chat, só isso. **CRISTIANO, SEDESE:** E aí, só registrar que nessa lógica da alternância, quem era coordenador que era meu caso, na de política, aí a gente propõe a coordenação adjunta. **GABRIELE, SEDESE:** Perfeito. Nós não chegamos a discutir a comissão de apoio, porque a gente teve até essa alternância. O Sávio, que era o atual coordenador da comissão de apoio, colocou o nome para

coordenar a comissão de monitoramento. A comissão de apoio, não chegamos a discutir, não é, governo? Agora que eu lembrei. **MARIANA, SEDESE:** Só discutimos a coordenação dessas três. **GABRIELE, SEDESE:** Isso. A (áudio ruim) [01:06:11] de apoio, a gente não... **MARIANA, SEDESE:** A gente nem pensou nas outras, porque na composição completa das outras... Mas, eu acho que podemos fazer isso, depois, e pelo grupo. Acho que isso não é difícil, não. Precisa ser agora? Eu acho que ganhamos tempo. Acho que podemos pegar todos os membros e dividir as comissões entre a gente. Não acho isso... **PAULA, CEAS:** Mariana? A comissão de apoio, inclusive, vai haver uma redistribuição mesmo, porque ela ficou bastante fragilizada para esse início de ano, visto que o Aloísio já comunicou que sai e não estará mais conosco em janeiro. A Haiandra me comunicou ontem, à noite, que também sairá porque alterou o município dela. A Denise já saiu, na verdade, houve uma fragilização muito grande e ficamos sem representantes para fazer uma eleição hoje. **ROSA, CEAS:** (Trecho incompreensível) [01:07:05] a comissão de normas. Eu não sei se o Márcio Caldeira está, se a Gabriela está, mas até a última reunião o único representante do governo que a gente tinha era a Gabi, agora assumindo a Joana. E, da mesma forma, a sociedade civil já fez a sua distribuição e, em nome da comissão de normas, a gente pede para reforçar a comissão de normas porque estávamos com quatro membros e é uma comissão importante, que precisamos realmente dar uma olhada diferenciada em relação a membros, no sentido de números de pessoas participando. **GABRIELE, SEDESE:** Na verdade, nós estamos trocando. A Joana vai para a de normas e eu estou saindo de lá. Estamos buscando as novas indicações da Seapa, provavelmente o pessoal da Seapa vai para lá, Rosa. Mas, de fato, precisa de mais gente, tanto do governo quanto da sociedade civil na comissão de normas. **MARIANA, SEDESE:** Rosa, a minha sugestão é que nós, enquanto governo, a Sandra também manifestou que ela vai sair, ela também está no nosso grupo. Então assim, nós, enquanto o governo, pegamos os membros, reunimos entre nós e nem precisa esperar o próximo mês, a próxima plenária. A gente tenta resolver isso ao longo desse mês de dezembro e janeiro, tenta distribuir e aí passamos para a Secretaria Executiva e na próxima plenária já vem com isso pronto. Pode ser? **ROSA, CEAS:** Ótimo. Eu só queria esclarecer uma coisa para os conselheiros, Mariana, que há uma certa dúvida em alguns, não todos, mas suplente participa de comissões também. Tanto que suplente pode ser até coordenador de comissão. O suplente não vai na reunião só quando o titular não vai. Nós tivemos isso, não é, Gabi? Na nossa comissão de normas em que o suplente só ia quando o titular não ia e não é esse o objetivo das comissões. É que todos os conselheiros participam das discussões das comissões. Só deixando claro que tanto o suplente, quanto o titular participam tranquilamente das reuniões, discutem e podem ser até coordenadores de comissão. **GABRIELE, SEDESE:** Obrigada, Rosa, pelo esclarecimento. A Patrícia até falou que a sociedade civil já se reuniu e atualizou a composição de conselheiros tentando dividir por comissão. Eu acho que o governo precisa fazer o mesmo. Com essas

alterações que a gente teve, com a saída das pessoas que vão ter agora, a gente tenta equilibrar a representação das comissões. Eu acho que estão projetados todos os cargos da Mesa Diretora, não é? Deixa eu ver. O nome do segundo-secretário fica o Aloísio, por enquanto, e depois aguarda a substituição do Cogemas ou vai sem nome? Porque, eu acho que em condição de titularidade para colocar o nome para votação, é ele, não é? Patrícia está inscrita, pode falar. **PRESIDENTE:** Eu entendo que seja interessante colocar o nome do Aloísio, porque a eleição é pelo nome do conselheiro. Não é da identidade. **GABRIELE, SEDESE:** Exato. **PRESIDENTE:** Tanto que quando tem a troca, por exemplo, quando a Janaína saiu, teve eleição para o Jaime. Não passa automaticamente. A gente entende que o governo decidiu que vai ser do Cogemas, mas aí, quando tivesse a troca do Aloísio e o novo conselheiro vier, aí a gente coloca para a eleição e troca o nome. Mas, por enquanto, eu acho que seja mais prudente a gente colocar o nome do Aloísio mesmo. **GABRIELE, SEDESE:** Então tira essa parte aí, Rosa. Também concordo com a Patrícia. Temos uma manifestação da Sandra no chat: “tem o Márcio que é suplente dela, pode participar e virá também outra pessoa para assumir como conselheiro na representação dela, que também vai compor alguma das comissões”. Sandra, precisamos registrar que ficamos muito triste com a sua saída do conselho. A gente até conversou sobre isso ontem, você fará bastante falta. Mas, com certeza, o conselho de Montes Claros vai mandar um bom nome para representação no CEAS. Rosa, me ajuda aqui. A votação, neste caso, precisa exibir a planilha de votação? Ou pode ser por aclamação? **ROSA, CEAS:** É aclamação. No Regimento Interno fala para referendar. **GABRIELE, SEDESE:** Todos os conselheiros estão esclarecidos para votar neste grupo de Mesa Diretora, que foi proposto pelo governo e pela sociedade civil? Então ficou, para registro em ata, não houve recondução. À presidência vai para a sociedade civil, a Patrícia. Vice-presidência para a Sedese, Mariana. Primeiro-secretário, Ariadna, sociedade civil. Segundo-secretário, Aloísio, Cogemas. Nas comissões também houve alteração, então a comissão de política passa para a coordenação da sociedade civil, Élerson. Comissão de normas, coordenação da Joana. Comissão de apoio, coordenação do Irajá. Comissão de orçamento, coordenação minha, Gabriele. E comissão de monitoramento das deliberações, coordenação do Sávio. Todos esclarecidos para votar? Para aqueles que aprovam essa composição para a Mesa Diretora de 2021, que se manifestem no chat ou no microfone. Quem tiver alguma manifestação contrária, peço que se manifeste. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** De acordo. **GABRIELE, SEDESE:** Obrigada, Dona Anédia. As outras manifestações estão sendo via chat. Bom, por todas as manifestações, nós temos a definição do segmento sociedade civil e segmento governo referendada pela plenária. Agradeço pelas manifestações no chat. A secretária executiva também guarda o chat como memória da reunião. Acho que, nesse caso, podemos passar para o próximo ponto de pauta. Aí, Rosa, me ajuda aqui. Como essa eleição é a partir de 2021 ou a nova Mesa Diretora já conduz a planária de dezembro? A gente já passa

o bastão agora? **ROSA, CEAS:** Gabi, a partir de agora ela já começa. A partir de hoje ela já conduz, porque o mandato acaba hoje. Aí já inicia com a posse da nova Mesa Diretora.

GABRIELE, SEDESE: Estando referendada a nova composição da Mesa Diretora, com alegria que eu dou a posse para os novos membros e passo a condução da reunião para a Presidente Patrícia.

PRESIDENTE: Obrigada, Gabi. Sua condução foi muito boa nesse curto período. Queria primeiro dar parabéns para os eleitos, desejar a todos nós um bom mandato à frente da Mesa Diretora. Eu queria agradecer a confiança de vocês, que estão depositando em mim, me elegendo Presidente do CEAS. Colocando o Conselho Regional de Serviço Social e o segmento dos trabalhadores na presidência. Dizer que para mim é uma honra e um grande desafio e que eu espero não decepcionar os. Ser Presidente traz muitas responsabilidades, principalmente em ano de conferência. E eu queria dizer que eu conto muito com o apoio de vocês para presidir o conselho da melhor maneira possível, sempre prezando por uma gestão democrática, participativa, horizontal, transparente e queria me colocar à disposição de todos vocês, dizer que eu estou aberta ao diálogo. Como vocês sabem, eu funciono muito pelo WhatsApp, então sempre que possível estarei atenta às demandas, respondendo as mensagens. Mas, eu tenho limitações, tanto de agenda – porque sou trabalhadora do Suas, se precisar de liberação – e também limitações pessoais mesmo. Mas, juntos, vamos aprendendo um pouco mais a cada dia. É isso, seguimos juntos na luta, na defesa da assistência social. Sempre tentando estreitar e fortalecer o diálogo e a parceria com a gestão estadual. Mais uma vez, obrigada pela oportunidade e eu não poderia deixar de registrar tão triste que eu fico com a saída da Sandra, disse isso para ela ontem. Também com a saída do Aloísio. Desejo boa sorte para vocês nas novas empreitadas, nos novos caminhos. A gente se encontra na militância em defesa da assistência. Mais uma vez, obrigada. E agora eu vou passar a palavra para nossa vice-Presidente, se ela quiser fazer algumas considerações.

MARIANA, SEDESE: Obrigada, gente. Só desejar bom trabalho a todos nós. Um ano muito produtivo e que a gente continue um bom trabalho no CEAS. Só agradecer também e parabenizar a todos aí.

PRESIDENTE: Obrigada, Mariana. Que a gente possa conduzir o CEAS de uma forma unida, tentando sempre caminhar juntos em defesa da Política de Assistência. Ariadna, nossa primeira-secretária também está presente, gostaria de fazer algumas considerações? Acho que Ariadna caiu, parece que ela está em trânsito e pode ser que o sinal não esteja pegando. Faltou o Aloísio, não é? O Aloísio já está de despedida, mas é o nosso segundo-secretário.

ALOÍSIO, COGEMAS: Parabéns, Presidente Patrícia. Parabéns, Mariana. Parabéns, Ariadna. Em nome do Cogemas, nós agradecemos a oportunidade de fazer parte desse importante espaço de construção. É com sentimento de gratidão e de carinho que a gente agradece a oportunidade de continuar na Mesa Diretora, mas ao mesmo tempo nós nos despedimos pelas circunstâncias naturais, como disse a Sandra. Faz parte do processo democrático essa alternância, então nós estamos aqui, realmente, de passagem, mas sempre tentando aprender

um pouco mais a cada dia. É com muita alegria que eu pude conviver com vocês ao longo desse tempo todo. Espero um dia poder retornar para aprendermos um pouco mais com vocês. Peço desculpas por, às vezes, em alguma fala nossa, despertar algum sentimento que seja diferente daquilo que a gente pretendia, mas desejo a todos aí votos de trabalho profícuo para o próximo ano e que possamos, de alguma forma, continuar colaborando para o Sistema de Assistência Social ao longo do tempo, dando a nossa cota de contribuição. Muito obrigada pela oportunidade, desejo votos de felicidades para todos. **PRESIDENTE:** Obrigado, Aloísio. Antes de dar continuidade a pauta, resgatando aqui o que diz o Regimento Interno, art. 25 sobre as comissões temáticas, o § 3º diz que a composição das comissões e dos grupos de trabalho será definida pela plenária. Então vou apresentar para registro em ata, a composição da sociedade civil. Discutimos ontem, no grupo, teve uma alteração, mas se algum conselheiro quiser fazer uma alteração após eu fazer a leitura, pode se inscrever que aí podemos alterar também. Da sociedade civil, nós temos três nomes da comissão de apoio: o coordenador Irajá, a Isaura e a Laureci saí da comissão de política e passa para a comissão de apoio. Na comissão de normas, temos quatro nomes da sociedade civil: Alisson, da Adra, que tomou posse na plenária passada; Lucas, Márcio e Mayra. Comissão de orçamento, cinco nomes da sociedade civil: João, Natália, Patrícia, Rosiane e Silmônica que tomou posse hoje. Comissão de política, cinco nomes: Anédia, Ariadna, Élerson - coordenador, Jéssica e Luanda. Vou verificar no chat se tem alguma manifestação. **ROSA, CEAS:** Patrícia, você pode repetir a de orçamento para mim, por favor. A de orçamento eu não peguei (trecho incompreensível) [01:22:45]. **PRESIDENTE:** Eu te mando no chat, está bom? Mando todas. **ROSA, CEAS:** Não, só essa mesmo. **PRESIDENTE:** Só a de orçamento? É que está tudo anotadinho aqui. **GABRIELE, SEDESE:** Manda todas, Patrícia. Ótima iniciativa. Quando a gente conseguir, o governo vai fazer a mesma coisa. **PRESIDENTE:** Daqui a pouco eu te mando, Rosa. Vamos dar sequência a pauta. (trecho incompreensível) [01:23:30] enxergar, não é, gente? O próximo ponto de pauta é o relatório de gestão estadual anual do Suas, referente ao ano de 2019. Nós já discutimos na reunião das comissões, no mês de novembro, e aí eu queria solicitar a algum representante da Subas/Sedese para iniciar a apresentação. **GABRIELE, SEDESE:** Posso fazer a apresentação. Acho importante retomar até a súmula da reunião das comissões conjuntas na plenária de novembro. Retomando um pouco desse histórico, o relatório de gestão anual do ano de 2019 foi enviado ao conselho – acho que no início de novembro – estava como ponto de pauta das comissões e da plenária de novembro. Durante a reunião das comissões, eu apresentei o relatório, aí mostrei o próprio documento que a gente delibera sobre, aí foi passando ponto por ponto, mas, como a gente tinha mandado com antecedência para os conselheiros, alguns já trouxeram as contribuições durante a reunião das comissões. Então, na súmula, ficaram alguns encaminhamentos... Deixa eu tentar projetar aqui. Rosa, você pode parar a projeção da pauta um minutinho? Que aí consegue registrar e retomar a

discussão de onde parou. Obrigada. Eu peguei a súmula com a secretária executiva, aí que definimos encaminhamentos e fluxos. Alguns dos encaminhamentos, já da última plenária para essa, seriam: inserir o CEAS no organograma; comparar a execução com Plano de Aplicação de Recursos, fazendo uma análise; detalhar mais as parcerias: Rede Cuidar, Casa-Lar, entre outros; possibilidade de análise técnica da Secretaria Executiva, foi solicitado isso também; observar a resolução de aprovação do relatório de 2018, que a própria resolução já tinha algumas diretrizes; inserir, como ponto de pauta de dezembro, as prestações de contas; apresentar na plenária de dezembro, senão... Aí nós colocamos de inserir, no ponto de pauta, o relatório de gestão depois do relatório de prestação de contas. Hoje fizemos a inversão do ponto de pauta por causa da questão de agenda da comissão de orçamento, mas a ideia é essa. Se a gente conseguir analisar essas alterações, do relatório, desde a última plenária para esta, que a gente já consiga deliberar sobre ele hoje. Senão, avaliamos o melhor encaminhamento. O fluxo combinado: Sedese faria as alterações e encaminharia até dia 01/12. Os técnicos da Secretaria Executiva fariam uma análise, enviando até dia 11/12 e aí encaminhariam para as comissões, para todos os conselheiros, para avaliar... Rosa, só esclarece isso para mim, por favor. Vocês enviaram no dia 11/12 ou no dia 16? **ROSA, CEAS:** Não, enviamos dia 11/12 para ser avaliado na reunião. Está a data do dia 16, mas era na reunião de ontem. Dia 17/12 a data (áudio ruim) [01:27:20] é 1712, foi um erro de digitação meu. Nós encaminhamos dia 11/12 por e-mail e pelo grupo de WhatsApp. E os conselheiros estão avaliando tanto com relatório de gestão, quanto análise da Secretaria Executiva, que também foi encaminhada. **GABRIELE, SEDESE:** ótimo. Só voltando nos encaminhamentos, esse seu já li: inserir o CEAS no organograma; a questão do plano de aplicação; parcerias; análise da Secretaria Executiva foi feita, daqui a pouco vou passar a palavra para a Rosa. As falas da Natália que estão contempladas nas primeiras, então: comparação com relatório de gestão; com o Peas, nós explicamos que o Peas não tinha vigência no ano de 2019. Ele é 2020-2023, por isso a necessidade de comparação com o Plano de Aplicação de Recursos. Informações sobre as parcerias; informação sobre gestão de pessoas; resumo da execução físico orçamentária. Quanto à análise do relatório de gestão 2018, a resolução do relatório de gestão de 2018 trazia as ações executadas em todos os serviços da proteção básica especial, o Plano de Assistência Social e o apoio ao funcionamento dos conselhos: tentar destacar essa parte de apoio ao funcionamento dos conselhos dentro das ações de gestão do Suas; destacar o cofinanciamento e as ações realizadas e o apoio técnico na ação relativa à calamidade pública. Em resumo, foram essas as discussões e necessidades de melhoria no relatório, pontuadas na última reunião das comissões do mês de novembro. Ontem vimos que concluímos o ponto de pauta às 18h, da prestação de contas, então não foi possível fazer essa análise ontem. Tentando ser bem breve para não consumir o tempo da plenária – para os conselheiros que ainda não tiveram a oportunidade de analisar o documento, esse é o relatório

de gestão de 2019. Usamos um modelo muito baseado no relatório de gestão de 2018 também. Era uma ideia mais qualitativa mesmo. Como temos, no Suas, vários instrumentos de gestão, então temos, por exemplo, a prestação de contas do ano 2019, que foi inclusive já aprovada por esse conselho. Na prestação de contas tem todo o detalhamento de despesa, execução física, execução financeira, orçamentária. Em outro documento, que é aquela planilha trimestral. O objetivo do relatório de gestão não é repetir um documento de prestação de contas, mas trazer qualitativamente: quais foram as ações executadas, quais foram as entregas, o que não foi possível ser realizado durante o ano e o porquê. Então quais são as qualificativas, quais são os desafios e as propostas de melhoria para o ano seguinte. Bem rapidamente, para registro em ata, a estrutura do documento ficou mais ou menos essa: uma apresentação; uma sessão com a estrutura normativa do Suas, que traz as principais leis, decretos e resoluções; organização da Subsecretaria de Assistência Social e incluindo o conselho no organograma, depois eu vou mostrar as inclusões; uma área de diagnóstico, então trazemos os dados do Suas de Minas Gerais; alguns dados de demanda, principalmente do Cadastro Único, Bolsa Família e BPC e os dados de oferta, os equipamentos da rede, volume de atendimento. Esse diagnóstico também, no caso, nós tentamos fazer de uma forma objetiva porque temos o Plano Estadual de Assistência Social que tem um diagnóstico socioterritorial de Minas Gerais mais robusto, então linkamos com esse documento. Não repetimos os dados, mais uma vez, tentamos trazer um documento mais objetivo e que tivesse a sua finalidade alcançada. E, até como solicitado no relatório de 2018, separamos as entregas, as ações realizadas por nível de proteção. Dentro da proteção social básica, toda a sua atuação dela, os serviços, benefícios, programas. É feita uma parte de competências, qual foi a atuação e quais foram as entregas no ano de 2019. A mesma coisa na proteção social especial, aí separa média e alta complexidade. Gestão do Suas, educação permanente e vigilância. Estruturamos ele da forma tanto dos percursos formativos do Suas, mas também pensando na estrutura da Sedese, por superintendências e áreas técnicas. Um pouco falando do Feas, a assessoria de gestão do Fundo Estadual de Assistência Social. A gente traz um resumo da seção física e orçamentária e as considerações finais. Eu não vou fazer a leitura do relatório, porque não temos tempo para isso, mas fizemos questão de deixar registrado todas as alterações do documento, de novembro para o de dezembro, por solicitação do conselho. Por exemplo, na página 5, foi destacado no organograma da Sedese e da Subas o Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, que integra área de competência da Sedese por subordinação administrativa, de acordo com o art. 27, parágrafo único, da Lei Estadual nº 23.304/2019. Deixamos aqui o amarelinho. Com certeza, no documento final, vamos tirar o destaque e deixar a letra normal. Mas, só para facilitar o entendimento, o conselho foi inserido no cantinho, vinculado à Sedese, junto à Subsecretaria de Assistência Social. Aqui é a mesma coisa: Subas, o CEAS com essa nota da inserção depois da plenária. Dentro da proteção social

básica, porque a gente tem essa especificidade na Sedese, o Programa Rede Cuidar ainda está vinculado à superintendência da básica. Como foi pedido esclarecimento maior sobre as parcerias, aí foi redigido um texto maior sobre a questão do Programa Rede Cuidar em 2019. Fizemos o detalhamento, como foi a rodada, duas modalidades... E aqui sobre o Rede Cuidar, todas as ações realizadas no ano de 2019. Quais foram os entraves e desafios para a questão da rodada de 2019 também. Bom, também só para registrar os acréscimos... Na resolução do CEAS, que pactuou o relatório de gestão de 2018, pedia um detalhamento maior das ações de calamidade pública e emergência. No ano de 2019, tivemos a questão do rompimento da barragem Córrego de Feijão, em Brumadinho. Aí trouxemos, com detalhes, toda a atuação da Subsecretaria de Assistência Social durante esse processo. Então também foi agregado ao documento maiores detalhes sobre essa atuação em calamidade pública, conforme solicitado pelo conselho. Na proteção social especial de alta complexidade, foi destacada a questão das Casas-Lares, da parceria com entidades em que temos a oferta indireta dos serviços de acolhimento para adultos em situação de deficiência. Também foi aprimorado esse ponto no relatório, por solicitação, acho que foi até da Natália esse pedido sobre as parcerias. Está acabando, viu, gente? Não é muita coisa, não. Também ressaltar um pouco da atuação de apoio ao funcionamento dos conselhos, que é realizada tanto pelo CEAS – o CEAS tem esse papel de apoio ao controle social municipal – mas, aí a DGSuas, da Sedese, também tem uma atuação nesse sentido, de apoio aos conselhos municipais. Destacamos também a pedido. Aqui também: o CEAS ainda realizou algumas ações de apoio ao CMAS, por meio da comissão de apoio aos conselhos municipais, dentre os quais destacamos... Então também pegamos essas informações com a Secretaria Executiva e também agregamos ao relatório o apoio aos conselhos municipais. Nessa parte, já tínhamos trazido o quadro de detalhamento da LOA, que traz a execução do ano de 2019. Esse quadro já traz qual foi o percentual de execução financeira e da meta física do ano de 2019. A ação da Casa-Lar, a execução financeira foi 98%, a execução física foi 97.83, também arredondando para o 98%. Então, só de exemplo, a execução física e orçamentária já estava no relatório. Esse quadro é um resumo que tem tudo que foi alcançado. Aqui tem um destaque explicando que esse quadro é resumo, que a prestação de contas trimestral apresentada no CEAS está disponível, a resolução de aprovação com os anexos. Mas, aí trazemos, também a pedido do conselho, o Plano de Aplicação de Recursos. O Plano de Aplicação de Recursos de 2019 foi inserido, isso não estava no relatório e foi inserido a pedido do conselho e uma análise sobre essa aplicação ou não. Dentro de cada ação que estava prevista no plano de aplicação, por exemplo, a primeira 4444 - capacitação e apoio técnico, aí fazemos uma análise crítica sobre essa execução, se foi de acordo com plano de aplicação ou não. Aí fizemos ação por ação, que foi, mais ou menos, na lógica do que a Natália tinha contribuído e solicitado. Pelo que eu estou me lembrando, gente, seria isso. Ah, a questão da gestão de pessoas, acho que jogamos aqui também. A

quantidade de trabalhadores do Suas no estado, com as diretorias regionais Sedese. Em 2019, Subas e diretorias regionais totalizavam 182 profissionais. Aí trazemos a escolaridade desses profissionais: 68% de nível superior; a principal formação é assistente social e psicólogo; maioria: 70% são mulheres. E, com relação aos vínculos trabalhistas, 65% são servidores estatutários. Então trouxemos um pouco dessa análise de pessoas, que também não estava no relatório. Da minha apresentação, acho que seria isso. A Secretaria Executiva acho que fez uma análise, não é? Não sei se é a Rosa é quem vai apresentar. **ROSA, CEAS:** (Áudio ruim) [01:39:32] essa análise foi feita pelas técnicas Adelmira e Paula e elas estarão apresentando a análise em relação ao relatório. **ADELMIRA, SEDESE:** Bom dia, gente. Essa é a análise do relatório de gestão de 2019 que nós, da Secretaria Executiva, fizemos. Qualquer coisa, as meninas me ajudam. Foi feito mais um comparativo das ações que a Gabi já colocou. Nós trouxemos as normativas para essa análise (áudio ruim) [01:40:55] do relatório de gestão de 2019 e a Resolução do CEAS 635/2018 que dispõe para a aprovação (áudio ruim) [01:41:03] Feas, mas essa é de 2019. A Resolução do CEAS 661/2019 que aprova o relatório de gestão da Subsecretaria de Assistência Social, relativo ao ano de 2018 e faz as recomendações. Em seu artigo dois, recomenda o aprimoramento dos próximos relatórios de gestão que deve guardar relação com as ações da Lei Orçamentária Anual, bem como o relatório de prestação de contas e ainda deve conter informações sobre as ações executadas em todos os serviços de proteção básica e especial, em especial o Plano de Assistência Social e o apoio ao funcionamento dos conselhos municipais de assistência, dentro das ações de gestão do Suas. Ainda o cofinanciamento, as ações realizadas e o apoio técnico na ação relativa à calamidade pública. Esses pontos aqui que foram colocados na Resolução 661 (trecho incompreensível) [01:42:00] constam lá no relatório, como vocês viram e a Gabi apresentando. A Resolução do CEAS 662/2019, que aprova o plano de aplicação dos recursos alocados no Feas 2019. Essas informações também estão no relatório de gestão, detalhadas. E o relatório do Pacto de Aprimoramento do Suas de Minas Gerais, referente ao exercício 2019, que foi aprovado pela Resolução 699. Essa resolução foi aprovada no início do ano e trouxe a análise do cumprimento ou não das ações. Nem todas as ações do pacto são metas da LOA ou dos outros instrumentais, então nem todas ações tem as metas do pacto. Trouxemos na primeira coluna as ações da LOA 2019. Na segunda, as informações sobre as ações executadas no relatório de gestão. Então colocamos que consideramos as principais, os conselheiros devem ter visto, então acho que não precisa ler. Ou vocês acham que precisa ler? São mais as principais mesmo, as ações, e depois reproduzir as metas físicas e financeiras que estão no demonstrativo de prestação de contas. Verificamos que o Relatório de Gestão apresenta as ações qualitativas, a equipe técnica da Sedese e da Subas (trecho incompreensível) [01:43:51] a execução do apoio técnico nos municípios... O apoio técnico aos municípios na execução dos recursos do Feas, a elaboração do Plano Estadual de Assistência Social - Peas 2020-2023

aprovado pela resolução do CEAS 679/2019. Apoio presencial aos municípios de Brumadinho, em decorrência do rompimento da barragem. Realização de oficinas e apoio técnico sobre o serviço de proteção social básica para os técnicos e gestores municipais de 29 municípios, totalizando 209 participantes. Realização de atendimento técnico interno sobre os serviços de proteção social básica para os técnicos e gestores municipais de 28 municípios, totalizando 88 pessoas atendidas. Realização da 1ª turma de treinamento sobre o trabalho social com famílias, com participação de 774 inscritos, entre técnicos, gestores, municípios, municipais e estaduais, alcançando 243 municípios. Participação dos conselhos, como textos, câmaras técnicas, (trecho incompreensível) [01:44:52]. Então houveram ações de qualificação em 2019 e houve um total de 11.339 participação nessas ações de qualificação, entre trabalhadores, gestores, conselheiros municipais do Suas. Essa meta da capacitação, a execução física foi de 188,98%. Ela ultrapassou a sua meta física. A execução financeira foi de 14,58, que já está na prestação de contas. Entre o Pacto de Aprimoramento, identificamos que consta no Pacto de aprimoramento a meta 14, 06 e a 08. 14: garantir ações de educação permanente nos municípios. Foi assegurada em 100% nos municípios de assessoramento e apoio técnico prestada a equipe qualificada, (trecho incompreensível) [01:46:01] e a meta oito: prestar apoio técnico específico aos municípios priorizados por ações, a partir de critérios definidos anualmente pela CIT. Então meta cumprida. Ainda a meta 13: implantar formalmente no estado o núcleo de educação permanente. Que a meta está cumprida parcialmente, porque faz referência às reuniões que não conseguiu realizar no ano de 2019, só para lembrar. No outro item, à implantação e manutenção dos serviços regionais de média e alta complexidade. Traz as principais ações: a manutenção de cinco Creas regionais, recomposição e pagamento das equipes e manutenção dos cinco Creas; implantação e manutenção dos serviços regionais de média e alta complexidade, foi priorizada a manutenção dos Creas regionais já implantados e cofinanciado aos Creas municipais, garantido a continuidade dos serviços. Essa ação teve execução física de 69,23 e 55% da execução orçamentária. Então a regionalização do Creas é uma estratégia implantar os serviços da proteção social especial. No relatório é apontado como desafio para o estado, considerando o desafio financeiro. Essa meta consta no relatório do Pacto de Aprimoramento, que é assegurar cobertura regionalizada municipal, que foi cumprida parcialmente. Aqui colocamos uma informação sobre a proteção social especial, que tem o total de 979 unidades de acolhimento institucional, tem 77 unidades não governamentais e 23 governamentais. Em relação ao público atendido, 43% delas atendem idosos e 40% tem como público principal crianças e adolescentes. A outra ação da LOA é o Piso Mineiro de Assistência Social Variável e, como já foi falado, essa ação não teve execução física e nem financeira. No Pacto de Aprimoramento consta como a meta um: assegurar a cobertura regionalizada de acolhimento a criança e adolescente no (trecho incompreensível) [01:48:31] como não cumprida. Oferta de serviços socioassistenciais, Casa-Lar. Programa Casa-Lar, gestão das

parcerias para acolhimento de adultos com deficiências nas 46 unidades. 45 unidades foram cofinanciadas, então a meta física foi quase 100% e a financeira também. Houve o cumprimento dessa ação prevista no plano de aplicação. O Piso Mineiro: foram retomados os pagamentos do Piso Mineiro fixo aos 853 municípios, de acordo com recursos financeiros públicos. Os repasses foram retomados de acordo com os recursos disponíveis em caixa, diante disso, foram pactuados junto aos gestores municipais, as eleições da CIB (trecho incompreensível) [01:49:24] de 2019 os critérios para definição dos valores. O critério definido ficou: garantir o fluxo de caixa mensal para evitar descontinuidade na oferta dos serviços e benefícios socioassistenciais no estado e os valores integrais das parcelas foram empenhados em (trecho incompreensível) [01:49:42] no ano de 2019. No relatório também tem um destaque que a gestão do (trecho incompreensível) [01:49:50] de prestação de contas referentes aos exercícios de 2014, 2015 e 2016 dos municípios que ainda não tinham feito essa prestação de contas. **REGINA, SEDESE:** Tem um microfone fazendo muito barulho, não está dando para escutar agora. **ADELMIRA, SEDESE:** Está baixo? **REGINA, SEDESE:** Não, tem um microfone fazendo muito barulho. **ADELMIRA, SEDESE:** Nessa ação, a execução física atingiu 100%, como consta... **PRESIDENTE:** Desculpa, gente, eu acho que é um microfone do (trecho incompreensível) [01:50:22] que está aparecendo para mim. Quem criou a reunião, poderia desligar o microfone dele? Ou se ele conseguir desligar... **ADELMIRA, SEDESE:** Posso continuar? No Pacto de Aprimoramento, identificado como a meta dez e meta três, que era: criar e aperfeiçoar normativas relativas ao financiamento estadual do Suas, adotando um modelo de cofinanciamento praticado pela União, que no pacto está a meta cumprida. E a meta três: cofinanciar mínimo de 30% dos municípios cofinanciados pela União, meta cumprida. Houve repasse para os municípios mineiros, a todos os 853. A próxima meta é a manutenção do CEAS, a gestão compartilhada do Suas, que houve a realização das plenárias, houve a reunião da (trecho incompreensível) [01:51:34] metropolitana no município de Mário Campos, no dia 28 de maio, com 46 participantes (áudio ruim) [01:51:39] realizada a 13ª conferência estadual, com participação de 560 pessoas, entre delegados, representantes do governo, usuários, trabalhadores, entidades e convidados. Com a situação de calamidade financeira do estado, foi utilizado, como estratégia, conciliar as conferências regional e estadual de assistência social. Utilizado como estratégia conciliar as conferências regional e estadual de assistência social com a reunião dos fóruns e Urcmas, sendo oportunizadas reuniões dos fóruns estaduais e entidades trabalhadoras e Secretaria do Estado de Desenvolvimento Social. 69 usuários, bem como das Urcmas, incluída na programação oficial. O CEAS realizou também 10 plenárias ordinárias e uma extraordinária, e foram realizadas as reuniões da CIB. Então como meta física, quase 30% das ações e meta financeira 25,97. Essa meta, no Pacto de Aprimoramento, está na meta 21, que é: garantir, no mínimo, oito reuniões anuais da CIB com participantes do Conselho Estadual de Assistência Social e da Secretaria Executiva e remeter à

Secretaria Executiva as respectivas resoluções. A Rede Cuidar, que é o aprimoramento da rede socioassistencial do Suas. Lá, no relatório, está detalhado as ações de (trecho incompreensível) [01:53:48] corresponsável por acompanhar as ações do Programa Rede Cuidar. Em 2019, ocorreu a execução da segunda etapa de monitorar as entidades governamentais contempladas na primeira etapa, parceria 2017. Monitoramento total de 69 unidades e monitoramento parcial de 71 unidades e com saldo em conta. Na segunda etapa da Rede Cuidar, a meta era de 333 unidades contempladas, 115 unidades de acolhimento institucional (trecho incompreensível) [01:54:14] modalidade um e oito unidades na modalidade dois: acolhimento de adolescente inserido no PPCAAM. E a continuidade do programa, com novos repasses, depende da sinalização de novos recursos e disponibilidade financeira, cabendo a articulação com a Loteria Mineira. O maior entrave do Programa Rede Cuidar, na etapa 2019, foi a necessidade de readequação da proposta de trabalho do programa ao Decreto Estadual 47.132/2017 em um curto espaço de tempo para a apresentação. A diretoria dos benefícios socioassistenciais apresenta a execução do Programa Rede Cuidar com o aporte de R\$ 11 milhões as 115 unidades nas redes governamentais e não governamental, para qualificação da oferta dos serviços de acolhimento institucional, incluindo 10 unidades para integrar a rede de proteção a adolescentes ameaçados de morte. A execução física é de 34,53% e financeira de 92,81, então observamos que a execução financeira atingiu quase a totalidade dos recursos financeiros e a metafísica atingiu 34%, pois a previsão de entidades era 330. Essa meta está na meta sete do Pacto de Aprimoramento, que é: apoiar os municípios de modo a ter 70% das entidades e organizações do estado com seus dados completos e atualizados no Cneas. Cumprido parcialmente. A outra meta é a estruturação da política de atendimento às medidas em meio aberto, as ações estão assim: realização de videoconferência, nas 22 regionais, da Sedese sobre os serviços de medida socioeducativa em meio aberto. Em 2019, os municípios que executam medidas socioeducativas foram acompanhados tecnicamente por meio de contatos periódicos para apoio na elaboração de planos municipais de atendimento socioeducativo, projetos e políticas pedagógicas e demais documentos necessários e previstos nos acordos realizados. Além dessas ações, também destacamos o acordo de cooperação técnica firmado (trecho incompreensível) [01:56:30] o programa é voltado para o desenvolvimento de ações articuladas, para ampliar as oportunidade de inclusão de adolescentes e jovens em condição de vulnerabilidade, especialmente aqueles em cumprimento ou egressos de medidas socioeducativas em situação de acolhimento institucional ou resgatado de situação de trabalho infantil e programas de aprendizagem e curso de formação inicial e continuada e qualificação profissional em todo o estado de Minas Gerais. A Sedese e os órgãos do sistema de justiça integram a ação intersetorial, cujo projeto piloto está sendo implementado no município de Belo Horizonte. Na prestação de contas, consta que essa meta não teve execução. Tem também, no relatório de

gestão, a citação das ações do Aproximação Suas, só que essa é uma ação que conta, embora esteja no relatório, na LOA de 2019 não aparece. Aparece um valor de 2020, coloquei essa observação aqui. No relatório de gestão foi localizada as informações que houve reformulação do Projeto Aproximação Suas, iniciativa de assistência social no âmbito do Programa Percursos Gerais. Está na página 27. E planejamento e execução, em conjunto com a Superintendência de Integração da Sedese, da vigilância e da Subas, da metodologia de mapa falado nos municípios atendidos pelo Programa Percursos Gerais, pertencentes à área de abrangência da diretoria regional Teófilo Otoni, na página 29. E a diretoria da proteção especial de alta complexidade, participação e ação do Programa Percursos Gerais, na página 34. Aqui nós trouxemos outras informações do relatório que apresenta os dados da proteção básica e da especial. No estado, 2.556.602 famílias cadastradas no CadÚnico para programas sociais, que contabiliza 7.055.614 pessoas cadastradas, das famílias cadastradas, 37% estão em extrema pobreza e 11% estão em situação de pobreza. Dessa forma, (trecho incompreensível) [01:58:59] que quase 50% das famílias cadastradas no CadÚnico estão na extrema pobreza (trecho incompreensível) [01:59:04]. O relatório apresenta no gráfico 1 que há quedas aparentes na quantidade de famílias cadastradas no CadÚnico, nos meses de abril e setembro de 2019. Foram ocasionados em decorrência do processo de averiguação cadastral, realizado pelo Ministério da Cidadania nesses períodos. Está na página 8 e o gráfico 2: CadÚnico - famílias cadastradas em situação de pobreza, extrema pobreza e famílias cadastradas em situação de pobreza. Minas Gerais, 2019. Informa que os dados do CadÚnico representados no gráfico abaixo mostram que no período entre janeiro e dezembro houve tendência de crescimento no número de famílias em situação de extrema pobreza e redução do número de famílias pobres em Minas Gerais. Essa ação está prevista na meta 16 do pacto, que é: estruturar ações com os municípios para ampliar o acesso ao CadÚnico para programas sociais do governo federal, como aprimoramento da gestão do Programa Bolsa Família. Outro dado que apresenta, no relatório, é a diretoria de gestão do CadÚnico e programas socioassistenciais informa que realizou, durante 2019, uma série de atividades com vistas a aperfeiçoar a gestão do CadÚnico e do Programa Bolsa Família no estado, elevar os recursos IGD e apoiar tecnicamente os municípios mineiros na execução dos programas socioassistenciais, entre elas a realização de 35 turmas de capacitação sobre a utilização do Sistema do CadÚnico, em parceria com a Caixa Econômica e o Ministério da Cidadania, tornando-se o estado que mais ofertou vagas dessa capacitação no Brasil, um total de 745 capacitados e 287 municípios mineiros. Essa também é uma ação que está presente no relatório do pacto: garantir a participação de todos os municípios do estado na capacitação da gestão do CadÚnico do Programa Bolsa Família. Outro dado é: o relatório apresenta dados sobre redução do acesso ao BPC e informa que houve crescimento no número de pessoas em extrema pobreza. Os dados do CadÚnico mostram redução na quantidade de beneficiários do

BPC no período entre janeiro e dezembro de 2019. O gráfico 3, que apresenta o número de beneficiários do BPC - Minas Gerais, informa que este declínio pode ser devido às segregações cadastrais ocorridas no período, como também a suspensão de correntes e a não inclusão dos beneficiários no CadÚnico, dentro dos prazos estabelecidos pelas normativas. É também uma ação que está no Pacto de Aprimoramento. Estruturar ações com os municípios para ampliar o acesso aos Benefícios da Prestação Continuada. Meta cumprida. Outra informação: a proteção social básica realizou ainda o apoio técnico para acesso à escola (trecho incompreensível) [02:01:55] das crianças e adolescentes do BPC, BPC na escola. Em consulta realizada no dia 10 de janeiro de 2020 constatou-se que 853 municípios mineiros, 768 já aderiram ao programa BPC na escola, ou seja, 90% e apenas 86 municípios não realizaram essa adesão. Esse apoio técnico aos municípios também está previsto no Pacto de Aprimoramento, de modo que as crianças e adolescentes beneficiárias do BPC sejam matriculadas na escola. A previsão é de 80%. O gráfico 7: novas famílias inseridas no acompanhamento do Paif, Minas Gerais 2019, apresenta dados que demonstram a queda no acompanhamento de novas famílias no Paif. Apresenta também os dados das oscilações e o número de famílias acompanhadas no Programa de Atenção Integral à Família - Paif. O serviço de atenção social básica, oscilações que apontam para quedas em janeiro de 2019. O Paif acompanhava 197.939 pessoas e em dezembro o número caiu para 187.492, dados do gráfico 6. Média de famílias acompanhadas pelo Paif em 2019. O relatório informa que apresentou oscilações durante o período, sendo mais marcante em junho e dezembro. Também observado que o número de famílias acompanhadas diminuiu, se comparado aos dados de janeiro e dezembro do mesmo ano. Por outro lado, o gráfico 9 aponta crescimento na média mensal de famílias e indivíduos acompanhados pelo Paif, ofertado nos Creas regionais. Minas Gerais 2019. De 512 atendimentos, em média, realizados em janeiro de 2019, passou para 662 atendimentos em dezembro de 2019. Enquanto nos serviços da proteção social básica, os dados demonstram que a queda no atendimento e acompanhamento, observa-se um crescimento no acompanhamento da proteção social especial, tanto nas unidades de atendimento do Creas regional, quanto nos serviços do Paif. Já no gráfico 10: novas famílias e indivíduos inseridos no acompanhamento do Paif, demonstra que entre os meses de fevereiro a outubro houve tendência de crescimento no registro dos atendimentos mensais, com queda a partir de novembro, de forma acentuada em dezembro. O relatório também demonstra que muitas ações das equipes dos profissionais do Suas e das Subas concentraram ações em relação ao desastre dos reservatórios de minério em Brumadinho, em decorrência do rompimento da barragem do Córrego do Feijão, nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2019. Apoio técnico e presencial e acompanhamento continuado aos municípios com famílias evacuadas em função da elevação do nível três de segurança: risco de rompimento de barragem. Sendo: Barão de Cocais, Itatiaiuçu, Ouro Preto, Mário Campos, Nova Lima,

Macacos, Itabirito, Raposos, Rio Preto, Congonhas, São Gonçalo do Rio Abaixo, por meio de reuniões com gestores municipais, visitas *in loco*, articulação e participação em reuniões com órgão de defesa de direitos e outros. Página 30 e 32. Ainda, em relação às chuvas no estado, o apoio técnico preventivo aos municípios para possível situação de emergência e calamidade pública, em decorrência ao período chuvoso e pelos municípios atendidos pela chuva. Tem também destaque para a ação das diretorias de gestão do Suas, DGSuas, destaque em 2019, em virtude do acordo (trecho incompreensível) [02:05:34] 427 municípios mineiros foram notificados pelo Ministério da Cidadania para comprovar a existência do Plano Municipal de Assistência Social, sendo que esses informaram ao Censo Suas não possuir o Plano Municipal de Assistência Social ou não ter atualizado. Dos 427 municípios que foram notificados, 395 municípios, ou seja, 92% conseguiram realizar a situação pendente e encaminhar o Plano Municipal de Assistência Social aprovado pelo CMAS para a Secretaria Nacional dia 31 de dezembro de 2019. Essas duas últimas ações estão previstas na meta do Pacto de Aprimoramento, que é prestar apoio específico aos municípios priorizados. A gente também traz o destaque para o Recursos Humanos da Subas. Em destaque em 2019, a gestão estadual de assistência social contava com um total de 182 dois profissionais, considerando os trabalhadores lotados na Subsecretaria de Assistência Social e nas 22 diretorias da Sedese. Quanto à escolaridade desses profissionais, a grande maioria possui formação em nível superior. São 124, 68% têm nível superior, 51 representando 28% de nível médio e 7 trabalhadores, 4%, que é ensino fundamental. Entre os profissionais de nível superior, a maioria são assistentes sociais, 28%, psicólogos 23%, além de outras formações como: administrador, gestores públicos, advogados, sociólogos, pedagogos e outras formações. Uma avaliação geral, nós observamos que, conforme apresentado o relatório de gestão 2019 e prestação de contas 2019, houve dificuldade de execução financeira dos recursos do Feas em 2019, no entanto, observa-se que as ações planejadas pelos trabalhadores do Suas e da Subas atuou em ações importantes, como ações de capacitação e apoio técnico. Ainda nas ações da Rede Cuidar, que mesmo não atingindo a meta física de 330 unidades, executou 92,31 do orçamento previsto para essa ação. Na ação de capacitação, o Relatório de Gestão com a prestação de contas apresenta que apesar da baixa execução orçamentária, foi possível atender diretamente quase 90% dos municípios nas ações de apoio técnico e qualificação, dentre os trabalhadores, gestores e conselheiros que participaram de ações de qualificação promovida pela Sedese em 2019. Grande parte participou de capacitação à distância, de ações de apoio técnico, como as videoconferências e de atendimentos técnicos realizados na sede da Sedese e diretorias regionais, confirmando o previsto no plano de aplicação, uma ação importante que não foi realizada. Nós observamos que não tinham alguns seminários (trecho incompreensível) [02:08:21] citar os nomes. A oferta de serviços socioassistenciais, Casa-Lar, a Sedese, mesmo com o grave cenário fiscal do estado e a situação de calamidade financeira

decretada, priorizou, ao longo do ano de 2019, o repasse irregular de recursos para a manutenção da oferta dos serviços, conforme o previsto no plano de trabalho firmado com as entidades socioassistenciais parceiras (trecho incompreensível) [02:08:48] orçamentária e financeira não foi possível (trecho incompreensível) [02:08:53] do ano de 2019 efetuar o pagamento da 13ª parcela do recurso para as unidades socioassistenciais, atingindo 98% da execução financeira nessa ação, conforme planejamento do plano de aplicação dos recursos do Feas de 2019. O relatório apresenta as ações de 2019 e vários desafios da gestão estadual, especialmente a situação fiscal de calamidade financeira do estado. Tem-se ainda muitos desafios para 2020 e os anos seguintes, como a retomada do pagamento integral do Piso Mineiro de Assistência Social e aprimorar a execução financeira e orçamentária do Feas e buscar soluções para os passivos existentes. Então essa é a análise que nós, da Secretaria Executiva, fizemos. Se alguém quiser apresentar alguma questão, está aberto. **PRESIDENTE:** ok, Adelmira. Finalizada (áudio ruim) [02:10:07]. **ADELMIRA, SEDESE:** Eu finalizei a apresentação da análise. Como os conselheiros tiveram acesso, se quiserem apresentar algum destaque ou alguma coisa... A própria Sedese, se nós cometemos algum equívoco, para corrigirmos. **PRESIDENTE:** Obrigada, Adelmira, por ter apresentado. Agradecer também a Gabriela pela apresentação do relatório em si. Na reunião das comissões passadas tinha solicitado que a Sedese fizesse algumas inclusões e aí foi enviado no prazo certinho, destacado em amarelo – que foi muito bom para conseguirmos visualizar de forma mais prática as alterações – então, queria agradecer a Gabriele por tudo e parabenizar a Secretaria Executiva pelo trabalho dessa análise, a Adelmira e a Paula. Achei interessante também a análise que colocou... Gente, fugiu o nome agora, que é o pacto de 2016 ou 2019, não é? Fugiu o nome agora. É Pacto de Aprimoramento? **ADELMIRA, SEDESE:** Pacto de Aprimoramento (áudio ruim) [02:11:22]. **PRESIDENTE:** 2018, até 2019, não é? Que ele finalizou em 2019. Porque, geralmente, esse relatório é analisado com base no plano. Nesse período de 2019 não tinha o plano, ele já foi deliberado, mas começa a valer em 2020. Então o relatório desse ano de 2020, a análise já será com base no Plano Estadual de Assistência Social que está em vigor esse ano. Eu queria parabenizar a Secretaria Executiva pelo esforço, pela elaboração dessa análise. (Áudio ruim) [02:11:55] esse papel para subsidiar os conselheiros com uma análise técnica. Estou verificando, não tem inscrição para essa pauta ainda, mas a Regina pediu para justificar a ausência do Márcio Caldeira devido à demanda de trabalho e a Gabriele pediu para retirar a presença do suplente Vinícius, da Secretaria de Estado da Fazenda. No início da reunião já foi dada posse aos conselheiros que estavam presentes, então eu aproveitei a oportunidade (áudio ruim) [02:12:28] da posse para o Vinícius também para o Vinícius, desejar as boas-vindas ao CEAS. Caso o Vinícius queira falar algumas palavras. Não sei se o Vinícius gostaria de se apresentar... **VINÍCIUS, SEF/MG:** Bom dia, tudo bem? Eu trabalho na Secretaria de Estado de Fazenda, na divisão de educação fiscal, e acabei

de ver minha nomeação no Jornal Minas Gerais de hoje e é um prazer participar com vocês nessa primeira assembleia, primeira plenária oficial que participo e vamos lá. Quero estar aqui para contribuir com vocês. Um abraço, obrigado. **PRESIDENTE:** Ok, Vinícius, obrigado. Estou verificando no chat, não temos nenhuma inscrição em relação ao relatório de gestão 2019. Os conselheiros já se sentem aptos para votar? Vou pedir para Secretaria Executiva projetar a planilha de votação. **ROSA, CEAS:** Só um minuto, Patrícia. **PRESIDENTE:** Ok, Rosa. Eu avalio que a Sedese conseguiu incorporar ao texto do relatório as solicitações do CEAS. Senti um pouco de falta de uma análise crítica mais aprofundada em relação ao plano de (áudio ruim) [02:14:14], mas aí fica essa sugestão para que o relatório 2020 seja feita uma análise crítica mesmo para conseguirmos visualizar, dar Norte para que no próximo ano, como podemos melhorar em alguma coisa. Eu queria sugerir também, de repente, que deliberássemos um prazo para entrega do próximo ano. Se a gente for pensar, estamos em dezembro de 2020 analisando o plano de 2019. Não sei se seria possível pactuarmos, com a Sedese, um prazo para apresentação do relatório de 2020. Não sei, mês de abril... **GABRIELE, SEDESE:** Patrícia, só esclarecendo. Fazemos uma reunião de planejamento no início do ano, que eu acho importante mesmo já ter as datas, quanto que vem o relatório, quando é que vem a prestação de contas, quando vem o censo. Isso facilita muito para gente, então agradeço a sugestão e aí eu só fico na dúvida se isso entra no planejamento do ano que vem ou se deliberaríamos agora. Não sei. **PRESIDENTE:** Finalzinho de janeiro... Se bem que a Rosa estará de férias o mês inteiro. Início de fevereiro nós fazemos a reunião da Mesa Diretora para fazer o planejamento junto das (áudio ruim) [02:15:40] também e aí podemos colocar isso no planejamento da comissão de orçamento. Mas, de qualquer forma, já fica sinalizado para o governo pensar em uma proposta de prazo para apresentar mais cedo ano que vem, não esperar dezembro, mas também em função da pandemia, não é? Que nós acabamos deixando a prestação de contas, outras coisas, mais para o final do ano. Ano que vem parece que vamos ficar mais um tempo de reuniões virtuais, e aí pensar mesmo para fazer de uma forma... Mais cedo, enfim. A Mariana até colocou no chat: "Podemos pactuar o mês de abril". Ok, aí já deixamos registrado em ata, já sinalizado para confirmar no planejamento, já colocamos lá no mês de abril. Obrigada, Mariana. Não sei se a Rosa já conseguiu transmitir, porque às vezes eu não consigo visualizar a apresentação. **ROSA, CEAS:** Patrícia, a planilha (áudio ruim) [02:16:40] sendo exibida e eu já estou fazendo na pauta essa observação do pacto, aí depois eu vou exibir esses encaminhamentos. **PRESIDENTE:** Está joia. Obrigada, Rosa. Abri o computador para conseguir visualizar. Então, a gente, mudando o mandato, mudando também a planilha de votação, então a matéria a ser deliberada é a aprovação do Relatório de Gestão Estadual Anual do Sistema Único de Assistência Social – Suas, do estado de Minas Gerais, referente ao ano de 2019. Conselheiros estão esclarecidos? Podemos iniciar a votação? Ok. Em regime de votação. Presidente Patrícia, pelo Cress? Aprovo. A Conselheira Anédia, pelo

Fórum Municipal dos Usuários do Suas? **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Aprova. **PRESIDENTE:** Conselheira Ariadna, Fasemig? Eu acho que ela ainda não está no momento, que às vezes ela entra e sai um pouco. Então seu suplente, Élerson, da Cáritas Brasileira? **PAULA, CEAS:** Votou no chat, pela aprovação. **PRESIDENTE:** Ah, sim. Eu não estou acompanhando o chat. A Isaura, pela Associação dos Quilombolas de Suaçuí? **ISAURA, ASQUIS:** Aprovo. **PRESIDENTE:** O Conselheiro João não está presente. O Márcio justificou, mas, no momento, não está presente mesmo não, não é? **PAULA, CEAS:** Não, Márcio Caldeira também não. **PRESIDENTE:** Conselheira Mayra, pelo Fórum Regional dos Trabalhadores do Suas de Salinas? **ROSA, CEAS:** Patrícia, você pulou o Lucas Estevão. **PRESIDENTE:** Me perdoa, Lucas. O Conselheiro Lucas, pelo Conselho Central São Vicente de Paula? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Pela aprovação, Presidente. **PRESIDENTE:** A Conselheira Mayra pelo Fórum Regional dos Trabalhadores? **MAYRA, FORTSUAS/SALINAS:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Ok. Pela Federação das Apaes, Natália (áudio ruim) [02:19:28] que não estaria presente na parte da manhã (áudio ruim) [02:19:31]. **MAYRA, FORTSUAS/SALINAS:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Quem falou? **PAULA, CEAS:** Ainda foi a Mayra, ela repetiu só. Parece que a Natália (áudio ruim) [02:19:46]... **PRESIDENTE:** Eu vi que o Alisson entrou um minutinho, mas ele já saiu, não é? Então também Natália e Alisson não estão presentes no momento. Conselheira Rosiane, pelo CMAS Campo Belo? **ROSIANE, CMAS CAMPO BELO:** Aprova, Patrícia. **PRESIDENTE:** Ok. Conselheira Silmônica, pelo CMAS Juiz de Fora? Estou verificando, me parece que a Silmônica não está presente no momento. **PAULA, CEAS:** Não está na sala, pode ter caído. **PRESIDENTE:** Ok. Vou seguir para a parte governamental, caso alguém retorne, a Secretaria Executiva me informe, por favor, que aí voltamos. A vice-Presidente, pela Sedese, Mariana? **PAULA, CEAS:** No chat, pela aprovação. **PRESIDENTE:** Conselheiro Aloísio, pelo Cogemas? **PAULA, CEAS:** Também aprovou no chat. **PRESIDENTE:** A Conselheira Cláudia Hermínia não está presente, não é? Então a sua suplente, Vilma, da Secretaria de Estado de Saúde? **VILMA, SES/MG:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Ok. Conselheira Gabriele, da Sedese? **GABRIELE, SEDESE:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Ok. Conselheira Haiandra está presente? Eu vi um (trecho incompreensível) [02:21:22], mas eu acho que ela não entrou. Conselheiro Sávio, CMAS BH? **SÁVIO, CMAS BH:** Pessoal, eu acabei de entrar na reunião. Eu tive que ir em um atendimento odontológico de urgência e cheguei agora, nesse minuto, e vi a tela. Para falar a verdade, nem sei do que vocês estão votando. Eu vou votar pela abstenção, está bem? **PRESIDENTE:** Ok, Domingos, pela abstenção. João Victor justificou. Conselheira Luana, pela Seplag? **PAULA, CEAS:** Aprovou no chat. **PRESIDENTE:** Conselheira Sandra, CMAS Montes Claros? **SANDRA, CMAS MONTES CLAROS:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Ok, conselheira. Pela Fazenda, Conselheiro Vinícius? **VINÍCIUS, SEF/MG:** Eu até observei mais cedo, quando eu entrei, o Silvestre, que é o representante, o titular, estava em reunião. Eu gostaria de saber se

existe algum prejuízo se eu votar pela abstenção, pelo fato de, como eu estou entrando agora, então não estou ciente de fatos passados. Se não houver prejuízo, eu gostaria de votar pela abstenção. **PRESIDENTE:** O Conselheiro Silvestre justificou, então, caso seja o desejo do conselheiro, pode ficar tranquilo em relação seu voto porque já está encaminhando para uma votação expressiva. Pode ficar à vontade em relação ao seu voto. A Conselheira Sílvia, da Secretaria de Estado da Educação? **PAULA, CEAS:** Aprovou no chat. **PRESIDENTE:** Da Seapa, a titular está vacante e o suplente justificou. Teve alguma pessoa, Secretaria Executiva, que retornou durante a votação? Que precisamos voltar? A Ariadna, eu acho que... Não, o Élerson já voltou pela Ariadna. Acho que não tem que voltar a votação para mais ninguém, não? Podemos contabilizar, sete votos a favor, duas abstenções... **ROSA, CEAS:** Não. Esse cálculo eu acho que deu problema na fórmula – depois vou até pedir o Ângelo para ver – deu mais, não deu só sete não. Deu 11, mais dois, deu 13 a favor e duas abstenções. **PRESIDENTE:** Ótimo. Obrigada, Rosa. Relatório de Gestão 2019 aprovado. Muito bem. (Trecho incompreensível) [02:24:47] Rosa, que você anotou? **ROSA, CEAS:** Só um momento. De encaminhamento que saiu para essa pauta: pactuou um prazo para o relatório de gestão de 2020, analisado pela Sedese, para o mês de abril. Em fevereiro: apresentaremos um planejamento com os prazos para os relatórios de avaliação e prestação de contas. Esses dois encaminhamentos nesse ponto. **PRESIDENTE:** Ok. Eu estou pensando se precisa colocar em votação, porque é uma sugestão de pactuar o prazo que vai ser sinalizado no planejamento e o planejamento também, de qualquer forma, tem que ser feito e apresentado na plenária. Eu acredito que esses encaminhamentos não precisam ser colocados em votação. Se tiver alguém que discorda, por favor... A proposta desses encaminhamentos é de que (áudio ruim) [02:26:24] no planejamento das comissões, no planejamento do CEAS para o ano que vem, que tem que ser apresentado para a plenária em fevereiro, que conste no planejamento da comissão de orçamento o prazo para a Sedese apresentar o relatório de gestão de 2020 em abril, correto? Acredito que sim. Gente, vocês querem fazer 5 minutinhos de pausa para tomar uma água? **ROSA, CEAS:** Patrícia? Só uma questão. Será constado só no planejamento da comissão de orçamento, como você falou, ou no planejamento do CEAS? **PRESIDENTE:** Bem lembrado. Lembrando que isso não é só de uma comissão, não é? São de todas as comissões, então tem que ser no planejamento do CEAS. Boa correção. Obrigada, Rosa. Agora são 11h10... Nossa, gente. São 11h05. Vamos retornar às 11h15, 10 minutinhos de pausa para uma água? Ok. 11h15 retornamos, está bom? (Trecho incompreensível) [02:27:41] pedindo para adiantar o ponto de pauta do Renda Minas, não é? O próximo ponto era a prestação de contas e aí, com base no que dissemos mais cedo, para não ficar a prestação também e na ausência da coordenadora, no caso de relevância, a plenária pode alterar as pausas. Queria ver se os conselheiros estão de acordo com a proposta da Mariana e minha para adiantar o ponto de pauta do Renda Minas? Não estou vendo nenhuma manifestação no chat, eu acredito

que estejam de acordo. Eu acredito que o Elder vai fazer apresentação, enquanto o Elder vai se preparando aí também, queria só justificar a minha ausência em algumas reuniões da comissão que eu estou integrando, de monitoramento, mas coincidiu com férias, com dia de reunião plenária do conselho que eu trabalho. Então só queria justificar a ausência em algumas reuniões da comissão, em função de trabalho mesmo. Está bom? Me desculpem. Mariana confirmou que o Elder vai fazer a apresentação, então passo a palavra para você, Elder, por favor. **ELDER, SEDESE:** Obrigada, Patrícia. Bom dia a todas e todos. Eu vou fazer uma apresentar agora, eu vi que a rosa está projetando a tela, aí, Rosa, eu vou projetar a minha tela aqui e depois você volta com a sua. Pode ser? **ROSA, CEAS:** Retirei, Elder. Pode ficar à vontade. **ELDER, SEDESE:** Está bom. Pronto, acho que todo mundo está vendo. Vamos começar. Eu vou usar a mesma apresentação que eu usei na última reunião da comissão de monitoramento, porque a última reunião foi na quarta-feira, então os dados estão bastante atualizados. Sobre o Programa Renda Minas, só contextualizando, nós começamos o primeiro pagamento no 13 de novembro. Ele se estendeu do dia 13 de novembro ao dia 30, escalonado por mês de nascimento do responsável familiar e houve o primeiro pagamento nesse período, que se pagou as parcelas um e dois e, agora, estamos fazendo o pagamento três, que está pagando a parcela de dezembro. A última parcela. O pagamento três começou dia 7 de dezembro e vai encerrar no dia 22 de dezembro. Nós tínhamos 984.745 famílias elegíveis, esse é o máximo. Todo mundo que estava cadastrado no Cadastro Único. Dentro esse grupo, existem pessoas das mais diferentes situações, mas o importante é que no dia 3 de dezembro de 2020 conseguimos pagar a primeira e a segunda parcela para 929.746 famílias, ou seja, 94,41% do público total. Então terminamos o primeiro pagamento tendo uma cobertura de quase 95%. Quem são esses 5% de pessoas que não receberam? São pessoas que a família não tem RF cadastrado no Cadastro Único, então, com isso, não conseguimos fazer o pagamento, ou que tiveram problema na documentação. Às vezes, o CPF está irregular. Às vezes, o nome no CPF estava diferente do nome no Cadastro Único e na hora de fazer o pagamento isso dava uma divergência. Às vezes, não tinham todos os documentos no Cadastro Único e, com isso, a gente não conseguiu localizar conta para pagar a pessoa ou abrir outra conta. Então essas pessoas que não receberam, estão nesse grupo. No dia 16 de dezembro... Desculpa, está errado aí, esse dado é referente ao dia 16, que foi o dia da reunião. Nós conseguimos já solucionar o problema de mais pessoas, e o que a gente fez? Essas pessoas que não receberam no primeiro pagamento, elas passaram a receber no segundo pagamento a parcela única, ou seja, se a pessoa não recebeu em novembro, em dezembro pagaremos as três parcelas de uma vez. Com isso, até o dia 16 – lembrando que o pagamento acaba dia 22 – nós já atingimos 944.452, ou seja, praticamente 96% do público. Então estamos no meio do calendário de pagamento, estávamos no meio do calendário de pagamento e já conseguimos aumentar esse percentual. Isso significa que conseguimos resolver problemas de

pagamento para 1% do público, que são aproximadamente 20 mil famílias. Parece pouco, mas é bastante. E ainda temos as famílias nessa situação, famílias que estão com o CPF irregular, que o RF está com o CPF irregular, que está com pendência no CPF, está com divergência de nome. O que estamos fazendo para resolver isso? Vamos encaminhar para os municípios a listagem de todos que estão nessa situação, justamente para ir analisando caso a caso. Quando divide por município, o número fica muito pequeno porque são 853 municípios, então acreditamos que dividindo e mandando esses dados, os municípios vão conseguir orientar melhor essas famílias. Falar: “Olha, seu CPF está irregular, vai lá na receita e resolve”, “Olha, está acontecendo uma divergência no seu CPF ou no nome do Cadastro Único. Vamos resolver isso aqui”, “Olha, está faltando esse documento aqui, vamos colocar no cadastro”. E, com isso, esperamos que depois de fazer isso, depois de fazer esse trabalho, a gente pensa em fazer um pagamento extraordinário, assim que possível, ou no final desse ano ou, às vezes, até em janeiro para dar tempo dessas pessoas resolverem esses problemas e ninguém ser prejudicado. Mas, esperamos que até o final do pagamento dois, pagamento regular, 97% das pessoas tenham recebido. Então teremos esses 3% para resolver essas pendências. Muito importante, gente, são pendências relacionadas a documentação das pessoas. Não são pendências porque a Sedese deixou de fazer algo, a Sedese deixou de fazer alguma coisa ou os municípios deixaram de fazer alguma coisa. Infelizmente, são pendências relacionadas a documentação das famílias. Aqui é só um quadro para vocês verem. Aqui tem os dados de pagamento até agosto, temos duas colunas: uma de pagamento regular e outra de pagamento atrasado. Pagamento regular é quem recebeu em novembro e está recebendo normalmente em dezembro. O pagamento atrasado é quem não recebeu em novembro, está recebendo tudo junto, em dezembro. Então temos de janeiro até agosto. Lembrando que já pagamos também setembro, hoje pagamos outubro e, na segunda-feira, os RFs nascidos em novembro vão receber. Acho que do Renda Minas é isso, podemos passar para perguntas e esclarecimentos que vocês queiram fazer. **PRESIDENTE:** Ok, obrigada pela apresentação. Vou ver no chat se temos alguma inscrição. Os conselheiros hoje estão bem objetivos mesmo, ninguém está se inscrevendo. **ELDER, SEDESE:** Mas, acho também, Patrícia, que alguns participaram da comissão, aí já até fizeram perguntas lá mesmo. Talvez seja por isso. **PRESIDENTE:** Ok, entendi. **ELDER, SEDESE:** Acho que o mais importante de ficar aí é que nós vamos atingir praticamente 97% do público, a nossa expectativa. E que quem não conseguimos abrir conta, ainda vamos fazer uma tentativa a mais para que essas pessoas recebam. Temos essa preocupação de conseguir pagar essas pessoas, dar tempo para elas resolverem esses problemas, principalmente porque é final de ano, tudo fica mais complicado... Pandemia e tal. E aí conseguimos atingir o máximo de pessoas possíveis. Acho que a Mariana se inscreveu. **MARIANA, SEDESE:** Só para reforçar isso, a comissão tem se reunido toda semana, não é, Elder? E estamos com um contato muito próximo com os municípios, porque os municípios é

que estão atendendo essas pessoas e que podem ajudar a gente. O *call center* está atendendo muito. Nós estamos com canais de atendimento que estão funcionando bastante e isso também, lógico, contribui para conseguirmos fazer um atendimento mais rápido e reduzir todos os problemas. Felizmente, a execução do Renda Minas está bem tranquila. Tanto do ponto de vista da quantidade de atendimentos e da qualidade de atendimentos também. Era só para acrescentar mesmo e agradecer os municípios que, se não fossem os municípios estarem acompanhando, respondendo tudo de perto, junto com a gente. Com certeza, isso faz muita diferença. Obrigada. **ELDER, SEDESE:** Estamos com retornos muito positivos dos municípios, principalmente em relação ao site, sendo que o site traz muitas informações, deixa tudo muito claro para o beneficiário. Também fizemos quatro reuniões da comissão e, todas as vezes que fazemos a reunião, estamos fazendo ofício-circular que está sendo enviado para todos os municípios de Minas Gerais com todas as informações, explicando quantas pessoas já foram pagas, quem não foi pago e porque, falando onde que são encontradas as informações e temo o esforço de deixar o site sempre atualizado para que o beneficiário não fique sem informação sobre a situação dele. Estamos respondendo em torno de 500 e-mails do Renda Minas, essa é a nossa média, e solucionando todos os problemas que são possíveis. **PRESIDENTE:** Ok, Elder, Mariana. Isso mesmo que a Mariana colocou. Então, gente, (áudio ruim) [02:37:52] que a gente também não tem mais nenhuma inscrição, eu acredito que os conselheiros também não estejam com nenhuma dúvida em relação (áudio ruim) [02:38:00]. A Sedese gostaria de fazer alguma observação em relação a isso ou podemos concluir essa pauta? **ELDER, SEDESE:** Podemos concluir, sim. **PRESIDENTE:** Ok. O Sávio tinha até falado em uma plenária passada ou na Mesa Diretora, se não me engano, que seria interessante esse retorno. Só que eu não sei se o Sávio está online agora, se ele gostaria de fazer alguma consideração. **SÁVIO, CMAS BH:** Eu estou presente e houve a prestação de contas, vamos dizer assim, e também não tenho considerações a fazer, não. Está bom. **PRESIDENTE:** Tranquilo então. Concluimos mais um ponto de pauta, agora são 11h27. Eu queria consultar os conselheiros, se gostariam de (áudio ruim) [02:38:51] um ponto de pauta ou se gostariam de entrar para o almoço um pouco mais cedo e retornar antes? **MARIANA, SEDESE:** Patrícia, posso aproveitar? Estou vendo aqui que temos ainda o ponto das 16h, que seria deliberação de revisão do regimento e 17h - comissões temáticas. Eu gostaria de sugerir que subíssemos com um desses dois – o que vocês acharem melhor – porque eu acho o que pudermos adiantar agora, não adianta voltar mais cedo porque temos que aguardar o horário da Natália, não é isso? E a Natália só vai conseguir depois das 13h, isso que eu entendi. Se retornarmos 12h30, acho que não vai fazer diferença porque teremos que aguardar a Natália. É isso mesmo? **PRESIDENTE:** Sim. Só projeta para nós a pauta, por favor? Temos apreciação do regimento e comissões temáticas, não é? Eu acredito que seja do Regimento Interno. Era importante também a presença do Márcio, coordenador da comissão de normas, nesse ponto. Se alguém puder mandar uma

mensagem para ele... **ROSA, CEAS:** Das comissões temáticas só tem a comissão de política, que vai dar aquele informe. Eu não sei se a comissão de apoio tem alguma pauta, mais, que eu saiba, só comissão de política sobre a reunião de ontem, a roda de conversa. **PAULA, CEAS:** Rosa, se vai haver essa inversão, nós temos um ponto, sim, que foi um atendimento e o Sávio até havia me justificado que não estaria aqui para apresentar e a nossa comissão ficaria sem apresentação, porque não tem nem o adjunto presente. Mas, uma vez que o Sávio ainda está aqui, se nós adiantarmos esse ponto, eu solicitaria então que o Sávio fizesse a apresentação agora. Uma vez que à tarde ele não estará presente. Se for possível. **SÁVIO, CMAS BH:** Ok, pode ser. **PRESIDENTE:** Se todos concordam em adiantar o ponto da comissão de apoio para aproveitar a presença do Sávio? Não estou vendo nenhuma manifestação contrária no chat. Então pode apresentar o ponto de pauta da comissão de apoio, por favor. **ROSA, CEAS:** Aí seria apoio? **SÁVIO, CMAS BH:** Oi? **ROSA, CEAS:** Sávio, só um minutinho, desculpa. Patrícia, seria a comissão de apoio e políticas? São as duas que tem informes. **PRESIDENTE:** Vamos fazendo a de apoio e, dependendo do tempo que gastar, aí seguimos com a de política. Pode ser assim? Ok. **SÁVIO, CMAS BH:** Bom, primeiro que o assunto diz respeito a uma solicitação feita ao Conselho Estadual, através da comissão de apoio, do município de Poços de Caldas com relação a necessidade de uma (trecho incompreensível) [02:42:01], de um apoio técnico, de uma capacitação com relação a inscrição de entidades no conselho municipal de assistência social de lá. E apresentando uma série de dificuldades, a gestão é recente, foi empossada em julho e que, nesse aspecto, estava apresentando algumas dificuldades. Eu e Paula nos apresentamos, marcamos uma videoconferência e assim foi feita a conversa. É importante trazer aqui, porque serve muito para nós o que foi dito lá e quais são essas dificuldades. Poços de Caldas não é uma cidade pequena, é uma cidade, acredito, de porte médio para grande. É uma cidade onde a política apresenta um certo desenvolvimento. Poços de Caldas tem um indicador, por exemplo, quase todos os profissionais de lá são concursados. Um indicador interessante para ser medido o desenvolvimento da política, acredito. E dentre outros, teve uma gestão muito boa de uma pessoa que trabalhou com a gente, em Belo Horizonte, a Lúcia, e ela foi secretária lá. Nesse tempo, a educação permanente foi enfatizada, houve vários cursos, várias capacitações. Então estou falando isso porque, se uma cidade dessa apresenta determinados problemas que eu listarei aqui, eu faço ideia o resto das outras cidades. Eu faço ideia de que é um contingente significativo de cidades quanto de problemas, com relação a inscrição de entidades. E, para começar, como a gente disse, a importância das entidades. Faz parte de uma descentralização administrativa onde é delegada as entidades fazer os serviços na área da assistência social, mais, para isso, ela tem que ser inscrita no conselho municipal de assistência social. Quem dá o aval é o próprio conselho municipal de assistência social. (Trecho incompreensível) [02:44:11] nos apresentava problemas de toda a ordem e, por sorte, não é, Paula? A gente até que respondeu bem. Eu tenho um acúmulo de Secretaria Executiva

do conselho municipal de assistência social, durante algum tempo, então conseguimos responder bem, mas aqui fica registrado a dificuldade que esses conselhos tem na inscrição de entidades no conselho. Eu já começo pelo primeiro problema que apareceu, justamente de inscrição de comunidades terapêuticas. Eles tinham essa dúvida, olha só. Ou seja, nesse aspecto aí a Paula foi muito enfática dizendo que não é competência de o conselho inscrever comunidade terapêutica e eu reforcei também. E é isso, mais reforço a gente recebeu naquele evento do conselho, ontem, na parte da manhã. Agora, fico imaginando, essas entidades são passíveis de receberem recurso porque, em alguns lugares, elas são inscritas. Elas solicitam recursos de emendas parlamentares, que é um recurso significativo, é muito dinheiro e ela só pode solicitar a partir da inscrição dessas entidades no conselho. O segundo ponto, derivado deste, que discutimos muito também foi justamente da pressão política para o conselho inscrever determinadas entidades. Cidades pequenas, a prefeitura está do outro lado da rua, então sofre pressão política muito forte e acredito que, devido a essa pressão, algumas são até inscritas indevidamente. Teremos que ver isso. Talvez, em uma metodologia de educação permanente. Temos que tratar desse assunto, são problemas muito graves. O terceiro problema: elas perguntaram se elas poderiam inscrever a entidade antes mesmo de ela ser inscrita. Com a promessa de ser inscrita, elas já poderiam estar com o título de inscrição no conselho. Dissemos que não, porque a entidade poderia ter dificuldades em desenvolver o serviço em um determinado momento, até de forma extraordinária, apesar da pretensão. E aí ela já estaria inscrita no conselho e entidade inscrita no conselho é entidade que desenvolve serviços na área da assistência social. Aí o conselho fica na mão da entidade, inscreveu e não tenho serviço. Então a visita técnica é feita antes mesmo de homologar a inscrição dessa entidade no conselho, respondemos dessa forma. Outra coisa: entidades de educação, aquela questão da preponderância. Isso, de certa forma, nossa vantagem é que nosso regramento é que tem muito regramento na área da assistência social com relação a quase tudo ultimamente, então fica você fica difícil você ter dúvidas. Mas, para quem ainda tem dúvidas, entidades de saúde vão pegar o seu (trecho incompreensível) [02:47:41] na saúde. O da assistência, na assistência. O da educação, na área da assistência. Então não era para ter dúvida, mas, dado a herança de que muitas entidades desenvolveram, durante esse tempo todo, serviços, programas e projetos na área da assistência social, justamente para se inscrever na assistência social, a gente inscreveria os programas e os projetos, diferentemente da inscrição da entidade. O documento lá tem que ter essa diferença. A entidade não fica isenta de impostos e fica sujeita à obtenção de recursos de emendas ou de parcerias simplesmente com a inscrição dos programas e projetos, mas, sim, com a inscrição dos serviços, que através dos serviços a gente a inscreve preponderantemente. Essa foi outra dúvida e várias outras dúvidas que rondam esse processo aí. Por exemplo, se toda entidade que vá se inscrever no conselho precisa de ter trabalhador profissional. Isso é uma questão

que teremos que resolver, a partir de qual momento teremos que cobrar isso? Na minha opinião, já está passando até da hora. Você vai no posto médico, você vai conversar com médico. Se você vai na educação, é pedagogo. Na assistência social não vai ser por qualquer um, vai ter que ser o profissional da área. Está passando da hora de firmarmos a cobrança com relação a isso. Apareceram vários problemas, acho que respondemos bem, mas eu fico imaginando. Nós temos agora, para entrar para a prefeitura prefeito novo tomando posse. Logo, já tem alguns conselheiros que nem vão participar justamente por isso, porque troca-se algumas coisas, troca-se o pessoal. E aí teríamos de aproveitar esse semestre, principalmente no segundo trimestre. podemos até fazer esse propósito de desenvolver determinados processos de educação permanente que seriam absolutamente úteis para nós para esse ano que vem. Mesmo porque terá eleição, nova composição da sociedade civil e do conselho estadual, vai ter conferência, então é importante que façamos um bom trabalho no trimestre que antecede a conferência. De se posicionar com relação a esses problemas, não é? Educação permanente é isso, é tratar do problema. Não é levar política nacional, NOB 12... Isso aí já está dado. Educação permanente é você pegar quais são os gargalos da política que os municípios de Minas Gerais estão lidando para que possamos sanar esses problemas e, um deles, é inscrição de entidades no conselho. A entidade é importantíssima. Seus trabalhadores ainda não tem a segurança devida, feito o que está proposto para o trabalhador na esfera pública, que é o concurso público. O trabalhador das entidades não tem um plano de carreira satisfatório também, tipo o plano de carreira previsto para os trabalhadores do serviço público. Então tem uma diferença grande que nós precisamos dar uma nivelada. Ok? Seria, mais ou menos, isso. Temos que pensar em quem oferta serviços em uma escala muito grande, a entidade é essa instância. Pensamos no Suas como um sistema único, mas aí tem que tirar essa diferença que tem no trabalho das entidades e o trabalho do campo público governamental. Eu acho que serve muito para nós isso que nos apareceu e, além de dar resposta, nós desdobramos com vocês no Conselho Estadual de Assistência Social. Ok, foi só.

PRESIDENTE: Ok, Sávio, obrigada. O Élerson está inscrito. **ÉLERSON, CÁRITAS**

BRASILEIRA: Gostaria de parabenizar o Sávio e... Esqueci quem estava junto com Sávio na reunião. Fugiu o nome. **SÁVIO, CMAS BH:** A Paula. **ÉLERSON, CÁRITAS BRASILEIRA:** A

Paula, isso. Pelos esclarecimentos, a sensibilidade. De fato, isso é um desafio grande para nós, entidades, em todos os municípios. Isso tem sido um desafio. Eu fui Presidente da comissão de inscrição no CMAS BH, que é considerado um dos mais avançados, o Sávio era Presidente inclusive, e nós conseguimos organizar bastante as coisas no CMAS BH. E, mesmo assim, ainda temos desafios. Imagina o que não pode acontecer para o interior? Eu gostaria de sugerir, diante das colocações de Sávio e dos apontamentos que ele fez que foram muito na linha do que nós, entidades, temos solicitados a esses outros municípios... Tem municípios, vocês sabem, que a secretaria de assistência social é junto com várias outras secretarias.

Sequer, às vezes, tem técnico. O encaminhamento que eu gostaria de fazer, uma vez que vocês já têm algumas orientações pré elaboradas, de o CEAS produzir uma nota. Que o CEAS pudesse produzir uma nota – eu não diria nota técnica, porque a nota técnica vai demandar mais trabalho, vai ter que produzir muito mais coisa – mas, quer dizer, para um futuro, uma nota técnica. Mas, agora, produzir alguma nota com algumas orientações e esclarecimentos aos conselhos municipais (áudio ruim) [02:53:54] de inscrição de entidades. Porque isso seria muito elucidativo e já seria um referencial para esses conselhos que nós temos. Gostaria de propor esse encaminhamento em relação a esse ponto. **SÁVIO, CMAS BH:** Concordo com você, Élerson, estaremos produzindo, sim, comissão de apoio. Muito bom. **PRESIDENTE:** Ok, Élerson, obrigada. Faço minhas as suas palavras. Isso mesmo. Acho uma importante proposta de encaminhamento. Alguns outros pontos aí podemos pensar, para retornar para comissão de apoio também e amadurecendo a discussão dessas temáticas, mas eu acredito que já podemos deliberar por essa proposta de encaminhamento, para a produção de uma nota com orientações de inscrição das entidades. Talvez, seja até um trabalho conjunto da comissão de normas com a comissão de apoio. Mais alguma proposta de encaminhamento, gente? Estou vendo aqui o pessoal parabenizando o Sávio, a Paula e o Élerson. Realmente, acho que eles disseram tudo mesmo. Muito importante essa nota para orientar os conselhos municipais. Sempre tem essas dúvidas em relação a inscrição de entidades e outras coisas pontuados pelo Savio. Como não estou vendo nenhuma manifestação contrária no chat, acho que podemos deliberar esse encaminhamento por aclamação, não é? Os conselheiros que concordam... Cristiano se inscreveu. **CRISTIANO, SEDESE:** Desculpa, Patrícia, é porque me veio aqui agora. Só aproveitar – não sei se coloca como o registro para a hora que for pensar essa nota – lembrarmos dessa discussão que fizemos ontem, na roda, porque existe confusão também em relação às comunidades terapêuticas. Às vezes, surge essa dúvida também nos conselhos municipais em relação a inscrição de comunidades terapêuticas. As comunidades terapêuticas não são um serviço do Suas, então eu não sei se vale a pena também chamar a atenção na nota, mas aí é uma questão mais técnica – que não vem ao caso agora – mas, é só porque eu lembrei desse assunto. **PRESIDENTE:** Bem colocado, Cristiano. Obrigada. Ontem, no finalzinho da roda, a Sandra deu uma sugestão de uma nota técnica sobre isso, mas eu pensei também de ser específica sobre comunidade terapêutica, porque eu acho que existe uma certa confusão. Não sei. É uma coisa que teremos que pensar é isso. Se seriam duas notas técnicas, uma da comissão de apoio com a comissão de normas, sobre a inscrição de entidades e uma nota técnica da comissão de política, também, sobre as comunidades terapêuticas, junto com a comissão de normas. Para ter uma nota aí, ou se seria uma nota só com tudo isso? Teremos que pensar nessa possibilidade. Passo a palavra para a Mariana, que se inscreveu. **MARIANA, SEDESE:** Isso. Acaba que já entramos no ponto que a outra comissão também ia discutir, que foi a roda de ontem. E, pensando nisso tudo que estamos falando, eu acho que vale sim duas

notas separadas. Até no final da reunião ontem, acho que o Éleron fez um comentário assim: “Nós, enquanto CEAS, devemos nos posicionar”. Eu penso assim, a questão das comunidades terapêuticas é uma questão muito delicada. Não ficou claro para mim, ainda, e ontem como já estava no final da discussão, a Andreza não conseguiu responder a todos os questionamentos, que é sobre como o conselho de saúde está procedendo com os pedidos de inscrição das comunidades terapêuticas, considerando que a lei estadual fala que elas podem ter o vínculo SUS. Como a questão das comunidades terapêuticas envolve muita informação, eu acho que deveríamos tratar separadamente. E aí, já passando para sugestão de encaminhamento: fazemos notas técnicas separadas, duas. Uma é sobre geral, função dos conselhos e inscrição de entidades, papel das entidades, vínculo Suas. A outra é sobre o trabalho das comunidades terapêuticas. Eu acho também, gente, que vale conversar melhor com o Conselho de Saúde porquê... Ontem, eu acho que ficou muita coisa ainda para aprofundarmos, na verdade, é isso que eu queria dizer. Eu acho que temos que continuar a discussão, sim. E, antes de tomar uma manifestação concreta, precisamos aprofundar e pegar mais elementos, para não correr o risco – também – de ter consequências por um cenário que eu vejo sim, para nós, na assistência, ainda tem coisas. Já sabemos dos problemas, mas estão faltando informações concretas. Ontem alguém perguntou assim: “Tem financiamento da assistência para comunidades terapêuticas?”. Na Sedese, na Subas, não tem. Na Sedese, tem lá na Subpod. Nos municípios, vemos que a realidade está muito variada. É isso. Eu acho que temos que aprofundar e tratar esse assunto melhor mesmo. Já entrando no próximo ponto, está bem, gente? **PRESIDENTE:** Obrigada, Mariana. Que bom, temos várias inscrições. O próximo é o Éleron. **ÉLERSON, CÁRITAS BRASILEIRA:** Na verdade, para mim, ficou claro ontem. O que ficou claro, para mim, ontem? Que tratamento, nos moldes de comunidades terapêuticas (áudio ruim) [03:00:20] da assistência social. Eu acho que isso é essência. Qual é o nosso Norte, qual é o nosso referencial? No temos de nos basear? Nos baseamos na LOAS, na NOB Suas, nas tipificações. Isso que deve pautar o nosso posicionamento. Eu entendo quando a Mariana fala de que tem muita coisa nebulosa, mas a nebulosidade e a confusão têm se dado porque há um esforço para se inserir as comunidades terapêuticas dentro da assistência social. Eles querem uma regulamentação conosco, então o que... Aí acho que o Cristiano vai colocar melhor o que foi a discussão ontem, que ficou, pelo menos para mim... O que ficou muito claro – para mim, na discussão de ontem – é que comunidade terapêutica não é um serviço ofertado pelo Suas, pela assistência social. A assistência social não trabalha com tratamento, isso está no âmbito da saúde. Concordo que possam ser duas notas, mas eu acredito que a nota que vai orientar os conselhos municipais para a inscrição de entidades, também precisa abarcar esse ponto de comunidades terapêuticas. Não é falar sobre comunidades terapêuticas, é falar sobre aquilo que é o Suas. Orientar os conselhos municipais de que não é um serviço regulamentado dentro da Política de Assistência Social. Então, por isso é que elas não podem ser escritas. Nós não

podemos falar do outro e não podemos falar do outro, porque ele não nos pertence e a política nacional não prevê isso. Eu acho que, para mim, ficou claro. **PRESIDENTE:** Excelente, Élerson, obrigada. Concordo demais com tudo que você disse. A próxima inscrita é a Sandra. **SANDRA, CMAS MONTES CLAROS:** Eu queria reforçar a fala da Mariana. Para mim, ontem, senti que não ficou muito claro... Senti não, não ficou muito claro essa questão da saúde, a relação dela com as comunidades terapêuticas. Eu concordo com o Élerson, elas não são da assistência, mas podem inscrever projetos dentro... Tipo serviços de convivência e fortalecimento de vínculo lá no conselho, e aí, através desses serviços que elas se inscrevem no conselho e que recebem recursos. Em Montes Claros teve uma comunidade terapêutica que foi destinada um recurso de emenda parlamentar. Ela não pode receber. Nós fizemos uma discussão com o Fundo Nacional e ele ficou de encaminhar, para nós, um documento reforçando que não pode receber porque não é da Política de Assistência social e, até hoje, o Fundo Nacional não fez isso. Isso já está indo para sete meses. Só para vocês perceberem como que a questão é complexa. Eu entendo que teria de fazer um novo momento com o Conselho de Saúde e, inclusive, para termos mais segurança nessa questão. Por que a comunidade terapêutica não é nossa, não é da Saúde, de quem é? Ela recebe recurso da saúde também. Tem uma situação, que a situação dos adolescentes, ou mesmo de adultos internados nas comunidades terapêuticas e acho que também devemos ter um olhar para esse público, principalmente para os adolescentes. E isso foi relatado ontem. Não é nosso, mas de quem é? Eu penso que temos de contribuir com essa discussão, de fazer esse entendimento. Como se dará esse trabalho com as comunidades terapêuticas? Então é isso, viu? Obrigada. **PRESIDENTE:** Obrigada, Sandra. Próximo inscrito, Sávio. **SÁVIO, CMAS BH:** Bom, pessoal, primeiro eu queria parabenizar a comissão de política deste conselho que promoveu ontem aquele debate. Eu concordo inteiramente com Élerson. Eu acho que foi absolutamente esclarecedor. Eu acho que as entidades convidadas se expuseram muito bem. Deu para ficar claro que não é entidade na área da assistência social. Como diz o Élerson, a assistência não é tratamento, é proteção. Simone falou isso, então eu acho que não temos problemas não. Simone ainda disse uma coisa importante: não está no limbo, não. É entidade de saúde, é tratamento médico. Então a saúde vai ter que lidar com essa situação, a saúde deve estar muito apertada mesmo porque tinha um pessoal da saúde fora da saúde, tinha pessoal da saúde... Eles devem estar muito apertados. Agora, o alívio é para nós. Tem outra coisa também: nós inscrevemos entidades de assistência social, mais várias outras entidades que se dizem de assistência social não estão inscritas no conselho também. E nós nem sabemos o que elas estão fazendo. Então não é ficar no limbo, não, só não vai ter acesso a uma inscrição, a uma possibilidade de alçar as isenções sociais e as subvenções que são a parceria e as emendas parlamentares, vai funcionar sozinha. Naturalmente vai receber no dia que os conselhos municipais tiverem pernas, ele vai começar a atuar nesse campo. A saúde da

mesma forma, a princípio comunidade terapêutica não vai se inscrever... Pelo que eu percebi ontem. Também não vai inscrever comunidade terapêutica no conselho municipal de saúde, pelo que eu percebi. Não vai receber recursos públicos também, porque elas recebem muito recursos públicos. Até pela Sedese recebe recurso público, basta ter inscrição nos conselhos municipais de assistência social. Temos que inibir essa possibilidade. Mas, se é uma entidade, porque não quer ser inscrita? Porque não quer fazer com uma política demanda. Se não quer fazer como a política demanda, não vai ter recurso público. Isso é o mínimo. Então não vai continuar atuando. Uai, então nós temos entidades de assistência que não se inscreve no conselho e que atuam dessa forma. Se tiver alguma denúncia, o conselho não vai ter nada a ver com isso. Infelizmente, ainda não temos condições de ir até essas entidades. A demanda por inscrição é muito grande. Acredito que na saúde é a mesma coisa. Não tem condição de ficar indo trabalhar com essas entidades, a não ser que elas requisitem inscrição, aí é hora de conversar, aí a hora do diálogo. Mas, aí vai ficar até elas se adequarem, porque dessa forma não tem como. Não sei quem falou ontem, quem dirige essas entidades são obreiros, pessoas ligadas à religião, etc, onde poderia muito bem ter um profissional da área, ter uma equipe profissional. Não, não tem a mínima pretensão de ter equipe. Coloca lá um da assistência, um da saúde, um de não sei onde, para – minimamente – dizer que trabalha com profissionais. Eu acho que aquelas visitas, aquelas visitas a entidades precisam ser feitas sempre. O conselho faz visita a entidade, não faz como deveria fazer também, não é, Élerson? Teríamos que ir. É muito bom você ver, você recomenda, você discute, a entidade gosta, adora que a gente vá também. Essa conversa que se tem. Mas, pelo que eu percebi, comunidade terapêutica está muito destoado. Nossa senhora, está destoado demais do que seja, minimamente, uma política pública. Ah, e sou a favor. Já podemos escrever essa nota, sim. Acho que já pode definir como... É ruim você colocar um indicativo na nota de não é para se inscrever comunidades terapêuticas, mas fazer com que a pessoa possa compreender que não se deve inscrever comunidade terapêutica, ter a compreensão, ter um entendimento, isso que é importante. Aí a nota tem que ser caprichada, não é? **PRESIDENTE:** Ok, Sávio, obrigada. Tem vários comentários no chat, eu queria até sugerir que se inscrevessem. Lucas (áudio ruim) [03:10:25] com muitas coisas, Sandra, vocês foram acrescentando comentários, então eu peço para vocês se inscreverem para nós não perdemos (áudio ruim) [03:10:29]. A próxima inscrita é a Luanda. **LUANDA, FETSUAS/MG:** Pois é, gente. Esse tema das comunidades terapêuticas eu acho, como o Élerson muito bem disse, o Sávio também pontuou que é algo que não nos compete, uma vez que não temos oferta de tratamento e o objetivo da comunidade terapêutica é realizar tratamento da forma deles. Eu entendo isso o que Sandra coloca no chat e é uma realidade, eu, como trabalhadora, vivo lutando contra isso no cotidiano de trabalho mesmo, porque a gente tem órgão de sistema de garantia de direitos encaminhando adolescentes para as comunidades terapêuticas. Coisas trágicas ocorrendo no meio desses caminhos, então

necessita urgente de uma orientação do CEAS nesse sentido. Primeiro isso. Segundo, eu falo de outro lugar, que é o lugar das lutas da saúde. Eu, como dirigente sindical, e temos aí no sindicato também uma inserção no Conselho Estadual de Saúde – nas lutas da saúde mesmo – o acúmulo que nós temos, em relação as comunidades terapêuticas, é de que ela não oferta o tratamento como a saúde preconiza e é por isso que elas não são vinculadas a saúde. Todas as discussões, no campo da saúde mental, no campo das questões das drogas. Na saúde tem uma orientação no sentido da redução de danos, que é o que as comunidades terapêuticas não adotam e se recusam a adotar. Como o Sávio disse, se elas não seguem uma normativa... Qualquer entidade inscrita no conselho estadual de assistência, que vá ofertar um serviço da assistência, vai seguir uma normativa que é uma normativa da assistência. É o que está colocado. Está colocado em lei, está colocado nas resoluções. E as comunidades terapêuticas não seguem, elas seguem algo que é dogmático, que é da cabeça de cada um que está na comunidade e este é um ponto também importante que nós precisamos muito bem diferenciar: de que lugar é esse que nós estamos falando aqui. Nós não vamos fazer essa discussão que compete à saúde. É da competência da saúde discutir a metodologia de tratamento das comunidades e ver se vai aceitar ou não uma inscrição de uma entidade que foge de toda a metodologia de tratamento. Vamos falar desse lugar aqui, que é da assistência, não é? E que, para mim, ontem – já havia lido, discutido a respeito – ficou muito nítido esse lugar, qual é o lugar das nossas ofertas e que não está dentro de uma comunidade terapêutica. Então, por isso, eu acho que já pode escrever uma nota. E, em segundo lugar, eu queria pontuar uma questão que é conjuntural. Nós precisamos entender que estamos em um contexto, em uma conjuntura nacional que de cima para baixo estão impondo a presença das comunidades terapêuticas nas políticas públicas. Precisamos nos localizar e não ser inocente em relação a esse fato. Temos um Presidente da república que está colocando as comunidades terapêuticas no lugar de políticas públicas – que não é o lugar delas – afinal de contas não seguem nenhum trâmite, nenhum rigor das ofertas das políticas públicas. E isso vem reverberando nos estados, então nós precisamos aqui, enquanto CEAS, fazer essa discussão, porque isso está sendo posto. Acho que a fala da Sandra também traz isso, está sendo discutido a nível nacional também. Está se fazendo uma empurra das comunidades, por diversos motivos – que todo mundo que está atento as forças políticas, entendem. Elas têm componentes religiosos fortíssimos que apoiam também a gestão atual. Precisamos também falar disso e falar abertamente. E aí eu acho que nós precisamos muito, enquanto CEAS, sim, fazer esse posicionamento porque está invadindo a oferta da política. Ontem eu dei exemplos, não posso detalhar muito pela questão de ética, mas afeta completamente o que eu estou fazendo nos meus atendimentos. Eu, que atendo adolescentes, afeta diretamente. Tem ocorrido coisas trágicas como homicídios, tem acontecido coisas horríveis que eu tenho acompanhado. É muito necessário que o CEAS se posicione, porque nos municípios, principalmente nos municípios

pequenos, a coisa está totalmente... É como se as comunidades fizessem parte do fluxo do Suas, do fluxo dos equipamentos e isso corroborado pelo sistema de garantia de direitos, principalmente Conselho Tutelar. E aí, entra inclusive ordem judicial, internação compulsória e tudo mais. Precisamos, sim, posicionar e o que foi proporcionado para nós, na roda ontem, dá um (áudio ruim) [03:15:42] de podermos falar a partir da Política de Assistência. Da saúde nós não temos que falar. Não agora, mas a ideia é seguirmos conversando com a saúde, com Conselho Estadual (áudio ruim) [03:15:55] mas, pelo CEAS, eu acho necessário falarmos a partir da Política de Assistência. **PRESIDENTE:** Ok, Luanda, certíssima. Dona Anédia abriu o microfone, a senhora gostaria de fazer uma fala? A próxima escrita é a Mariana. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Sim. **PRESIDENTE:** Eu passo para Mariana e, em seguida, a senhora. Ok? **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Sim, ok. **MARIANA, SEDESE:** Pode falar, Dona Anédia. Ela abriu, pode falar que eu falo depois. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Obrigado. Eu vou dizer que estou de acordo com a Luanda, estou de acordo com o Élerson, não é? Quem é que falou? O Sávio... Os que falaram primeiro, todos estão certos. Só acho que nós, da assistência social, temos que nos envolver para dar ajuda a essas crianças. Ver como é que podemos ajudar. Não como saúde mental, que doença é com a saúde, mas nós temos que nos envolver, sim, para ver o que podemos fazer para melhorar a vida dessas crianças, para ter uma juventude melhor. Eu, ontem, até falei sobre isso. Não sei se me entenderam. Que eu fui uma das vítimas de antes, desse livrinho que saiu do “Menor adolescente” e que muitas coisas estão sendo mal interpretadas. Sabe? Eu acho que a Luanda está certa, nós temos que nos envolver sim. Ver como? Conversar... Ver o que nós podemos ajudar. Está bem? É isso que eu tinha para falar, obrigada. **PRESIDENTE:** Realmente, Dona Anédia, nós temos o nosso papel, sim. Obrigada, e também aproveitar e dizer da sua fala de ontem, o quanto foi importante as considerações que a senhora colocou. Como sempre, reflexões muito pertinentes. Eu passo a palavra agora para Mariana. **MARIANA, SEDESE:** Eu concordo com um pouco do que cada um falou e muito com a Luanda e com a Sandra, no seguinte sentido: nós temos um papel e, para mim, não existe dúvida do lugar das comunidades terapêuticas. Em termos de legislação, quando eu falo tipificação de serviços e legislação de vínculo do SUS – porque existe a lei que fala que ela se vincula a um tipo de serviço. O que nós estamos falando é de orientação e de como a coisa está acontecendo, na prática, e do porque ela está acontecendo. Acho que a Luanda também trouxe um histórico que está vindo de cima para baixo, questão política, que tem completa razão. Agora, eu quero alertar que também nos municípios pequenos, médios... Aí, eu vou falar médios/grandes. Onde os Cras e os Creas estão envolvidos? Porque no relato ficou claro também que, hoje, nós temos, além dos profissionais – vou dizer ‘nossos’, assistentes sociais, psicólogos, técnicos sociais, o Conselho Tutelar, o poder judiciário e o Ministério Público, fazendo o uso desse serviço de comunidade terapêutica. Eu acho que a questão está muito além. Nós estamos falando que inscrever a entidade vai leva-la a receber recurso público da

assistência ou da Saúde. Isso é uma situação. A outra situação é o tipo de atendimento que está sendo prestado a uma pessoa e como que nós, profissionais da área de assistência, também estamos nos prostrando diante desse tipo de atendimento. Estou querendo chamar atenção para isso, porque a saúde deixou clara qual é a visão, qual é a metodologia correta. Eles têm clareza disso. Só que a sociedade, por motivos culturais e religiosos, também faz uma pressão em outro sentido e o que vemos acontecer é que nos municípios nós temos secretaria de assistência social, Cras Creas e conselhos municipais de assistência social que, talvez, não estejam sabendo se portar diante dessa situação porque não entenderam ainda a gravidade, a peculiaridade desse tipo de tratamento, atendimento que eles vão dando nomes como se isso tivesse algum fundamento técnico. A discussão é ampla e precisa ser aprofundada. Partindo para o encaminhamento: é fundamental uma orientação para conselhos de assistência social. Também é fundamental orientações técnicas para serviços de assistência social e profissionais de assistência social, nesse sentido. Acho importantíssimo que o Cress, o Conselho de Psicologia, também esteja junto nesse processo, porque nós sabemos que os técnicos que estão lá atendendo são profissionais com registro profissional ativo. Eu quero pontuar nisso, porque para mim, nós temos fundamento legal para dizer de quem elas são. Elas são serviços de saúde, desde que elas façam um serviço conforme a saúde preconiza. Essa foi a questão trazida para gente ontem. A saúde tem um serviço que chama residência terapêutica, tem um serviço de atendimento à saúde mental, mas o que significa isso? Não é o que estamos vendo, na prática, que essas instituições estão executando. No sentido de também contribuir, concordar e discordar, um pouco de cada um, para chegarmos em um encaminhamento aqui. Obrigada. **PRESIDENTE:** Obrigada, Mariana. Você trouxe uma pontuação importante em relação ao papel dos equipamentos socioassistenciais mesmo. Nós – que somos trabalhadores, que estamos na ponta – sempre vemos no município, às vezes, os Cras trabalhando de forma diferente. Até mesmo dentro do próprio município, alguns territórios tem algum posicionamento, outros tem outro. Então nós carecemos mesmo de mais orientações técnicas em relação a essa temática, sim. Estou vendo que tem alguns comentários no chat, da Rosiane, que trabalha em comunidade terapêutica. Se a Rosiane ou mais alguém quiser se inscrever, vou pedir para se inscrever no chat ou então partir para os encaminhamentos. Já são 12h11. Estou vendo que várias falas foram de acordo com o encaminhamento de duas notas, não é? De, de repente, igual ao é Élerson propôs: de fazer a nota das inscrições das entidades, mas pontuando a inscrição de comunidade terapêutica e outra mais específica sobre a comunidade terapêutica, que foi a proposta de ontem mesmo, e aí podemos aprofundar nesse debate depois do almoço, quando passarmos para a pauta da comissão de política, que entraremos, de fato, nessa pausa da roda de conversa. Tem vários comentários no chat, não vai dar para ler todos. Como não tem nenhuma inscrição, vou sugerir esse encaminhamento das duas notas, lembrando de na inscrição das entidades pincelar alguma coisa sobre a

comunidade terapêutica. Temos mais alguma proposta de encaminhamento? Lucas, por favor.

LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV: Presidente, obrigada pela palavra. Eu acho que de tudo que foi exposto, é claro que precisamos, como o pessoal costuma dizer: “pôr o pé no barranco”, para pontuar mesmo o quadrado de cada um. Claro que é uma política de saúde e, querendo ou não, a nossa política de rede nos permite dar um passinho além do que é de competência nossa. E eu acho que não perde uma qualidade se traçarmos dentro dessa nota, alguma coisa assim, uma orientação para que a assistência social consiga colaborar com a saúde, demonstrando mesmo que as comunidades terapêuticas são de competência da saúde. Até mesmo para facilitar a leitura, como a Mariana bem pontuou, da formação das secretarias municipais de assistência que faz uma leitura de que aquilo é uma Política de Assistência erroneamente. Para colocarmos cada qual no seu quadrado e auxiliar na formulação da própria Política de Assistência mesmo. Acho que seria interessante esse viés de orientação conjunta, um auxílio na orientação para os conselhos municipais, também de saúde. Mas, é justamente nesse sentido de colocar cada qual no seu quadrado. Política de Assistência é política de assistência de proteção e política de saúde é política de tratamento, então são coisas distintas. Eu acho que precisa de a assistência reforçar o seu lugar de fala e pôr o pé no barranco mesmo, pontuar a sua qualidade e sua qualificação para tal. É isso. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE: Obrigada, conselheiro Lucas. A Rosiane se inscreveu. **ROSIANE, CMAS CAMPO BELO:** Bom dia, gente. Vou falar rapidinho. Como eu sou nova no conselho, ontem eu não consegui acompanhar as falas em relação as comunidades, mas acho bacana falar um pouquinho, de forma rápida para não atrasar todo mundo. Eu fiquei horrorizada com as falas dos adolescentes, alguém esclareceu, colocou aí. Eu trabalho em uma comunidade há quase quatro anos. Antes, eu achava que andava na contramão da minha formação, sou assistente social nela e coordeno. Eu acho bacana a gente poder conhecer um pouquinho. A que eu trabalho é masculina, em um município pequeno, que é de Campo Belo, para conhecermos um pouquinho essas falas que vocês trazem, até para nós que prestamos serviços para essas entidades. Dificulta mesmo, porque a gente não sabe se está na assistência ou se está na saúde. Um usuário é uma demanda de alta complexidade mesmo, então você pega questões familiares, a questão de saúde e vê um usuário com uma alta complexidade e nós temos que trabalhar todas as demandas, geralmente. São pessoas que não conseguem dar sequência no Caps, que é a área da saúde, que ele não consegue ficar no permanência-dia, não consegue esse serviço lá e encaminha para a comunidade. Eu acho que, por mais que estamos na luta em defesa do Suas, nós temos que defender mesmo o nosso serviço, nós temos também que conhecer e entrar em uma luta que podemos modificar esse espaço. Quando eu entrei, foi para modificar esse espaço e toda a equipe, mas nem todas as comunidades trabalham da forma que tem que ser, então a gente é inscrito no conselho municipal, presta todos os serviços para o município também, então fica tudo claro no serviço.

Sem privar a pessoa da liberdade dela, então a pessoa tem direito de escolha. Por mais que ela vem voluntária, nós trabalhamos todos o prontuário com ela. Ela tem todo o direito de escolha, não isola da família, então tem a questão do celular para usar, tem o direito de sair e entrar. Tudo é uma questão da pessoa, da demanda da pessoa. O que demanda naquele município? O que o município presta conta para a população? Eu acho que depende tudo de município, quando a gente fala de questão de comunidades terapêuticas, porque, às vezes, tem o aparato do município que não contempla aquelas demandas. Aí é muito complicado quando se fala de comunidades, mas eu vejo que nem todas funcionam. Mas, as que conseguem funcionar de acordo e em coligação as redes do município, prestam serviço bacana. Vê se ficou claro a minha fala, não é? **PRESIDENTE:** Ficou sim. Você concluiu, Rosiane? **ROSIANE, CMAS CAMPO BELO:** Conclui. O que vocês trazem é muito difícil mesmo, que a gente não sabe se estamos na área da assistência ou se estamos na área da saúde. É muito complicado. Quando traz essa questão do usuário mesmo, ele tem alta complexidade. Nem ele sabe se é saúde ou se é assistência, viu? Conclui sim. **PRESIDENTE:** Não, tudo bem. Obrigada, Rosiane, por compartilhar com a gente essas reflexões. A Sandra se inscreveu. Eu vou pedir para os conselheiros, que quiserem falar ainda, para se inscreverem durante a fala da Sandra. Finalizada a fala da Sandra, encerramos as inscrições para partirmos para os caminhamentos e para o horário do almoço. **SANDRA, CMAS MONTES CLAROS:** Sim. Eu penso que nós podemos ampliar o diálogo. Eu até coloquei no chat que eu penso que tem que envolver outras secretarias nessa discussão. Não sei se é secretária, mas é um setor que está na Sedese e o Cristiano até colocou aí que é um... Deixa eu pegar aqui. **CRISTIANO, SEDESE:** É uma subsecretaria, Sandra. **SANDRA, CMAS MONTES CLAROS:** Isso. Uma secretaria que está na Sedese, trazer para uma discussão. O que eu penso? Quando fomos convidados para participar da reunião da comissão de saúde mental, para discutir essa questão, eu cheguei lá e cai de paraquedas. Eu não sabia a pauta. Eu não tinha conhecimento da pauta, não tinha informação. Acho que também nos convidaram, mas não sabíamos que o tema era tão profundo. A pergunta inicial que as meninas me fizeram foi: como o CEAS estava tratando essa questão de encaminhamento de adolescente para as comunidades terapêuticas? E eu penso que, a partir dessa discussão, nós podemos ampliar e trazer com muito mais elementos... Não que eu seja contra as notas, não, inclusive ontem eu sugeri isso, que se fizesse uma nota de esclarecimento para os CMAS saberem como lidar com essa situação. E eu penso que à medida que o CEAS vai fazendo essa discussão, ela pode (trecho incompreensível) [03:31:44] para os conselhos municipais, para que eles também vão fazendo a discussão nos municípios. Eu acho que a questão é tão complexa que não dá simplesmente para fazermos uma nota e nos isentarmos da situação, não. Eu vejo o seguinte (trecho incompreensível) [03:31:59] nós temos que ter um olhar para os meninos, para os adolescentes. Eles são usuários da nossa política. Eu sinto, como um dever nosso, ampliar

essa discussão, de continuar fazendo isso aí. Tentar entender qual é esse serviço mesmo que a saúde presta, qual o serviço do setor antidrogas do estado, como eles trabalham também. Buscar informação a nível nacional, fazer isso, porque nós temos uma questão muito séria aí. O relato dos adolescentes (áudio ruim) [03:32:46] a falas, ontem, foram muito sérias. São meninos que estão sofrendo, e aí, eu penso que nós temos, talvez, a gente possa querer ousar muito. Eu acho que a palavra é essa mesmo. Trazer outros atores para essa discussão, sabe? E aí, eu vejo assim... Não estou dizendo que as notas não sejam importantes, eu acho que temos que fazer, mas nós não temos que nos contentar com ela. Nós temos que ampliar essa discussão. E, nesse sentido, eu faço um encaminhamento aqui também: que o CEAS já consiga agendar um outro momento, com a Secretaria de Estado de Saúde e com o setor sobre drogas, antidrogas, e trazer eles para essa discussão com o CEAS, para entender qual é o serviço ofertado. Bom, é isso. **PRESIDENTE:** Ok, Sandra. Obrigada. O Lucas se inscreveu durante a fala da Sandra. Então a última inscrição é do Lucas. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Só pegando um gancho, Presidente, na fala de Sandra. Complementando, aliás, essa ideia que ela traz de fazer essa parceria com a Secretaria Estadual de Saúde, com próprio conselho, com a política de drogas também, para que possivelmente seja construído um trabalho de orientação mesmo. Uma cartilha, algo, ou uma campanha nesse sentido, que possa orientar a assistência, a saúde, de qual o local que as comunidades terapêuticas ocupam e como ela deve proceder ao longo das realizações dos seus trabalhos. É claro que nós temos, como foi diversas vezes falado, comunidades terapêuticas que exercem o serviço de tratamento... Também executam serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, outras atividades ligadas a assistência social, mas que não observam as normativas de uma área e nem de outra. Elas ficam a ver navios, ficam ali boiando na água e sem saber para qual lado seguir. Até muita das vezes, com o perdão da palavra, por falta de formação de muitas das diretorias. É claro que não é algo geral, mas são casos muito específicos daquelas que não conseguem seguir um determinado direcionamento. Acho que é importante, pegando o gancho nesta fala da Sandra, que seja construída uma campanha ou uma cartilha, uma orientação conjunta para que essas comunidades terapêuticas também sejam resguardadas de segurança jurídica porque, na discussão política, querendo ou não, uns tratam como saúde e outros tratam como assistência social. Justamente pelo desconhecimento e uma confusão a mais. Acho que o reconhecimento dessas comunidades terapêuticas do seu local de fala, da sua segurança jurídica, de estar aportada na saúde e ter essa possibilidade também de executar serviços da assistência social, acho que é importante construir esse fomento de instrução para essas comunidades terapêuticas. Obrigada, Presidente. **PRESIDENTE:** Obrigada, Lucas. Concordo com o que você fala, com o que a Sandra traz. Retomando – lembrando que estamos na falta da comissão de apoio – surgiu proposta de encaminhamento de uma nota sobre a inscrição de entidades e, a partir daí, surgiu

também sobre a comunidade terapêutica, não é? E lembrando que, no período da tarde, vai ter a pauta das comissões em que vai ser tratada essa pauta da roda de conversa. Os conselheiros entendem que podemos já encaminhar tudo junto, agora, ou que seria melhor, considerando o horário: 12h35, deliberarmos só sobre o encanamento das notas da comissão de apoio e, depois, retomar e finalizar essa discussão da roda de conversa e o desdobramento? O Cristiano está sugerindo a volta do tema das comunidades a tarde. A Rosa está deixando aqui as propostas de encaminhamento a salvo. E, agora, nós voltamos ao encaminhamento do Sávio. Eu estou de acordo com o Cristiano, acho que vai ficar mais didático separar um pouco isso, considerando o horário e que da roda de conversa teremos mais propostas de encaminhamento, possivelmente. Estou lendo chat... Ok. Então, gente, eu acredito que entramos em consenso em relação ao encaminhamento para a comissão de apoio de elaboração de uma nota técnica feita, acredito eu, pela comissão de apoio com a comissão de normas, sobre a inscrição de entidades e também uma nota técnica sobre a comunidade terapêutica. E comunidades terapêuticas, outras ações, detalhamentos da nota, discutimos na parte da tarde. Mariana está inscrita. **MARIANA, SEDESE:** Só para completar. Eu entendi que podemos tirar até três encaminhamentos, uma nota sobre a inscrição de entidades, a nota sobre inscrição ou funcionamento de comunidades terapêuticas, relacionada à assistência. E aí, para construir isso, a gente vai chamar e aprofundar no debate com a Secretaria de Saúde e com a Subsecretaria de Políticas sobre Drogas. Porque eu estou vendo assim, acho até que a gente já aprofundou muito a discussão e, na verdade, já vamos partir para ação. E, como eu acho que na parte da tarde também não conseguiremos aprofundar, pelo tempo, eu já ia sugerir até uma nova reunião só sobre o tema e já convidando essas áreas. O fruto da nossa reunião também vai consubstanciar o conteúdo da nota técnica. Eu estou querendo já até pensar na ação mesmo, porque eu acho que também não conseguiremos aprofundar nesse monte de questão hoje. E temos que ouvir as outras áreas, acho que temos que trazer até materiais para leitura e aí o encaminhamento poderia ser uma agenda para aprofundar essa questão específica de comunidades terapêuticas. É a sugestão. **PRESIDENTE:** Ok, Mariana, obrigada. A Rosa está anotando lá e aí retornamos essa proposta de encaminhamento que é concernente a comissão de política e a roda de conversa, não é? Já fica anotado para retornarmos nessa discussão, ainda hoje. Ainda mais que já subimos muitos pontos de pauta da parte da tarde. Eu acredito que estamos com um consenso em relação as duas notas, acredito que possa ser por aclamação. Vou colocar em votação. Os conselheiros que concordam com a emissão de uma nota sobre a inscrição de entidades e uma nota sobre as comunidades terapêuticas, a ser detalhada ainda o formato, participantes, enfim. Os que concordam com a proposta de encaminhamento, permaneçam como estão. Os que discordam, por favor, se inscrevam no chat. **CRISTIANO, SEDESE:** Patrícia? Eu me inscrevo, eu não consegui... **PRESIDENTE:** Pode falar. **CRISTIANO, SEDESE:** Eu estou de acordo com o

encaminhamento da nota referente ao assunto do Sávio. Em relação a nota das comunidades, eu sugiro que, já que não conseguiremos... Para mim, pelo menos, eu imagino que seria melhor que discutisse, se for o caso, à tarde de novo. Porque a Sandra colocou alguns pontos, Mariana colocou alguns pontos aí, então eu acho que seria mais interessante. Como o assunto das comunidades voltará à tarde, voltarmos à tarde. Obrigado. **PRESIDENTE:** (Trecho incompreensível) [03:41:41], Cristiano, eu acolho a sua proposta para voltarmos a tarde, aí detalha mais essa nota da comunidade terapêutica. Tudo bem dessa forma, conselheiros? Não estou vendo nenhuma manifestação no chat, então acredito... **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Sim, concordo. **PRESIDENTE:** Ok, Dona Anédia. Então acredito que a gente já está aprovando a nossa proposta pela comissão de apoio e a nota técnica discutiremos mais no período da tarde, na pauta da comissão de política. Os conselheiros estão manifestando de acordo no chat. Aprovada a nota de orientação sobre a inscrição de entidades. Bom, agora são 12h30, acredito que possamos sair para horário de almoço. Uma hora, como o de costume. Retornamos às 13h30 com o ponto de pauta da prestação de contas dos três trimestres de 2020, ok? Bom almoço para vocês e até o retorno no (áudio ruim) [03:42:39]. **PRESIDENTE:** A Secretaria Executiva já retornou? Poderia verificar se já temos quórum? Lembrando que retomamos com a pauta da prestação de contas e precisamos de quórum qualificado, correto? **ROSA, SEDESE:** Estou verificando os conselheiros que já chegaram, até agora temos oito conselheiros, Patrícia, e o quórum qualificado seria de treze. Dona Anédia chegou. Deixa eu ver se alguém chegou, que não marquei ainda. Estamos com nove conselheiros. Para a prestação de contas ainda não temos qualificado, mas se for continuar a pauta da comissão de política... **PRESIDENTE:** De repente, esperar mais alguns minutinhos porque é importante a prestação de contas já ser deliberada. Se nos estendermos na comissão de política e depois na prestação de contas, corremos o risco de ficar, de não conseguir deliberar. Talvez esperar mais uns minutinhos. Temos oito, não é? **ROSA, SEDESE:** Nove. O senhor João já entrou. **PRESIDENTE:** De repente, a Claudinha vai iniciar a apresentação da (trecho incompreensível) [00:02:26]. Está aquecendo a voz. Tudo bem, Claudinha? **CLÁUDIA, SEDESE:** Tudo bem, Patrícia. Boa tarde, gente. Tudo bem? Agora pegou de vez, não é, Patrícia? **PRESIDENTE:** Oi, Claudinha. Não escutei. **CLÁUDIA, SEDESE:** Agora, você é Presidente de vez, não é? **PRESIDENTE:** Pois é, acabei assumindo várias vezes no outro mandato, mas agora espero ficar até o final do ano que vem. **ROSA, SEDESE:** Claudinha, você quer a apresentação que você mandou ontem? **CLÁUDIA, SEDESE:** Não. É a que as meninas mandaram para você hoje. Não sei se foi a Su, a Marilene. **ROSA, SEDESE:** Não, mandaram pelo (trecho incompreensível) [00:03:25] não sei. **CLÁUDIA, SEDESE:** Não. Apresentação, não. **MARIANA, SEDESE:** Oi. Vocês me ouvem? **ROSA, SEDESE:** Oi, Mariana. **MARIANA, SEDESE:** Oi. **PRESIDENTE:** Sim, Mariana, nós te ouvimos. Pode falar. **MARIANA, SEDESE:** Rosa, a Suzanne vai projetar. Eu vou colocar o número do processo do SEI aqui, vocês viram o

processo? **ROSA, SEDESE:** Você repete, por favor, porque ficou ruim sua voz. **MARIANA, SEDESE:** Só um minuto que eu vou ligar. **CLÁUDIA, SEDESE:** Porque a que foi ontem é a prestação de contas inteira. A que a Su vai projetar é a apresentação, a mais resumida que a Patrícia pediu para apresentar para todos os conselheiros. **SUZANNE, SEDESE:** Patrícia, assim que você me der o ok, eu já projeto aqui na tela. **PRESIDENTE:** Sim, pode projetar, por favor. E aí eu vou pedir para a Secretaria Executiva contabilizar de novo. Acho que entraram mais alguns conselheiros. **ROSA, SEDESE:** Patrícia, nós estamos com doze conselheiros, dez titulares e dois em condição de titularidade. A Dona Laureci, suplente do Lucas, que não está presente ainda, mas, talvez, ele deve entrar. E a Vilma, que é suplente da Secretaria de Saúde, que a Cláudia Hermínia não vem, então nós temos dois em condição de titularidade e dez titulares. **PRESIDENTE:** Ok. Acredito que já podemos iniciar a apresentação, que até o momento da votação já deve ter obtido quórum qualificado de treze. Vou pedir à Claudinha para iniciar a apresentação. Obrigada. **CLÁUDIA, SEDESE:** Gente, trouxemos, conforme a Patrícia solicitou ontem, nós fizemos a apresentação da prestação de contas. A Rosa apresentou as considerações, enquanto CEAS, e a Natália, enquanto comissão de orçamento. Agora, vamos fazer uma resumida com tudo, incluindo as considerações que a gente levou, os ajustes necessários que fizemos no corpo da prestação de contas e enviou pelo SEI as devidas assinaturas para este conselho. O primeiro questionamento que observamos – foi, inclusive, solicitado pelo Sávio – que puséssemos um quadro comparativo. Por quê? Ontem entrou com a informação de que já estamos com previsão dos repasses de recursos até dezembro. Apesar de essa não ser a prestação de contas do quarto trimestre, já possui informações muito importantes. É a última do ano, não justifica esperar para dar informação do percentual de execução, lá em março quando apresentar o quarto trimestre. Viemos com as ações – algumas delas com baixa execução – apresentamos as justificativas. A baixa execução, na verdade, neste ano, foi basicamente com recurso da conta 56, que é aquela passiva de reprogramação. Temos o saldo em conta. A baixa execução foi pelo fato da pandemia, igual a gente falou ontem, a pandemia não é uma justificativa, a pandemia é um fato. Não teve como realizar. Tinha previsão de execução de emenda pelo CEAS, execução de emenda nossa. Mas, o recurso do serviço vem na integralidade: Piso Fixo, Casa Lar e manutenção de Creas. Onde sempre encontramos maior dificuldade, que são recursos do tesouro, só não conseguimos, na verdade, o Piso Variável. Conforme explicamos ontem, a Mariana está pedindo um trabalho grande com relação a isso para a gente, vamos rever toda a legislação, já estamos fazendo isso para retomar os pagamentos do recurso previsto para o Piso Variável. Essa apresentação que trouxemos é por quê? Até o terceiro, estávamos com percentual de execução – apesar de algumas delas estarem com baixa execução – no computo geral, estávamos com 51% de execução. O que fizemos? Com as informações, vamos fazer o levantamento do que é a gente já fez até agora. Isso confirma o nosso percentual de execução, porque fizemos em cima do

BO, isso aí já é pagamento efetivado, então estamos com uma execução do orçamento de 69,4%. Como eu disse, já está com a previsão de pagamento integral do Piso Fixo e das Casas Lares. A parcela de novembro já está aqui, do piso. A de Casa lar já está aqui, inclusive o financeiro já está realizando os pagamentos. Esses dois valores, com certeza. E sinalizou de pagar ainda este ano, o de dezembro. Fazendo isso, se a gente conseguir todo o recurso para executar até dezembro, vamos executar 85% do orçamento. Isso, para nós, é muito importante. Vamos conseguir fazer o cofinanciamento integral do Piso Fixo. Como eu disse ontem, a gente vem com uma execução, de 2018, de 12%. Não pagamos nem uma parcela de Piso Fixo, obviamente que, ao longo da nossa jornada, do nosso trabalho, vamos encontrando cenários. Eu não acredito que as pessoas assumam determinadas funções e não se esforcem para executar da melhor forma possível. Diante de cenários que vamos caminhando e aproveitando as oportunidades. A Beth fez um esforço, junto ao governo, que voltou a olhar para a assistência social, que já estávamos há dois sem cofinanciamento de piso. O nosso trabalho de CEAS, CIB, Cogemas, em todas as reuniões, todas as discussões que fazemos, tudo isso pesa muito para o sucesso da assistência, porque todos nós trabalhamos em prol da assistência. Esse trabalho conjunto – graças a Deus, depois de muito tempo – conseguimos um percentual bem satisfatório de execução. A fonte 56, como eu disse, foi mesmo em relação a impossibilidade de fazer capacitações presenciais. Executamos recursos de Assesuas Trabalho, pet, as próprias capacitações novas que tiveram que ser feitas virtuais, mas no decorrer eu vou demonstrar que, mesmo com isso, conseguimos, no cômputo da capacitação, superar a meta. Eu estou bem satisfeita com o que conseguimos. Essa construção que fizemos e chegamos nesse percentual. Eu fui ontem, para a reunião, muito satisfeita. Obviamente encontramos algumas baixas execuções, mas, como eu disse, o maior recurso que temos é o recurso do tesouro e esse, graças a Deus, estamos fazendo uma boa execução. Aí, gente, se alguém já quiser completando, pode também. Ou, se eu apresento tudo e, depois, vamos conversando, porque isso tudo foi apresentado e discutido ontem. Havia algumas coisas, no primeiro documento que eu enviei, que eu não tinha prestado atenção, mas alguns foram erros só de preenchimento mesmo. Eu usei singular e era plural, mas eu vou explicar para vocês. Por exemplo, na ação 1059 - Aproximação Suas, estava constando a primeira com meta zero, mas entendemos, passamos para 16 porque tinha que contemplar os 16 municípios da regional de Teófilo Otoni, que participaram das oficinas de 2020. Se esses 16 municípios teriam que ter ido para meta física e a meta física lá estava zero. Corrigimos na prestação de contas. Corrigiu na hora da apresentação. Quando eu fiz a apresentação, tivemos esse entendimento. Quando faz a apresentação, as equipes olham novamente e identificamos que faltava isso lá, acrescentamos na apresentação e na prestação de contas. Na ação de capacitação, fizemos uma suplementação de saldo para usar o do exercício anterior, só que em um campo informei R\$ 1.277.544,00 que era o correto e lá na justificativa só deixei os 925. Não computei os 351

de investimento. Corrigimos também na apresentação para vocês e corrigimos na prestação de contas. A outra ação era de apoio, gestão e controle social, que a gente incluiu a justificativa da baixa execução e as razões da não execução da emenda. Na capa fazia referência só ao primeiro trimestre, corrigimos e colocamos 1º, 2º e 3º trimestre. E essa de baixo, na apresentação, conforme eu disse, é porque quando fui colocar as ações executadas para tudo, no trimestre, passei tudo que estava no trimestre para 'nos trimestres'. Eu expliquei um pouco sobre a questão da suplementação, aí eu vou trazer para vocês, está bem? A lei orçamentaria foi aprovada na Resolução do CEAS nº 672/2019, em setembro, para enviar à Assembleia, que tem o prazo até o dia 22 para aprova-la. Nesse orçamento, prevemos recursos próprios do tesouro, que no nosso caso trata-se de recurso do FEM para os serviços e quando tinha as emendas em fonte 10, que são as duas fontes que tramitam pelo caixa único do tesouro. E a previsão de recurso do Feas, que são aqueles do Fundo Nacional, que a gente recebe de cofinanciamento federal, as contas dos blocos, dos IGPs e dos programas. Sempre, depois que aprovamos a LOA, ficamos com o saldo em conta do exercício anterior, trazemos para a prestação do conselho, para ser reprogramado. Diante dessa reprogramação, para que possamos usar saldo do exercício anterior, ele não pode ser executado como orçamento do exercício. Recursos que entram no orçamento do exercício são suplementados por excesso de arrecadação. O oriundo de exercício anterior era para o superávit financeiro, terminou o ano com saldo e a gente suplementa. Por isso que os orçamentos são distintos. Orçamento de 2020, receita prevista em 2020, só pode ser feita com arrecadação que ocorrer em 2020. Normalmente, em todas as prestações de contas, se observar, no princípio do ano tem a suplementação orçamentária para começar executar o recurso porque, normalmente, no princípio do ano não tem ainda arrecadação do exercício. Para não parar a nossa execução ou para iniciar a nossa execução, temos que fazer essa suplementação. Agora vou passar para vocês o resumo. No Aproximação Suas só previmos recursos de fonte 56. O orçamento estimado lá foi de R\$ 144 mil, já com a suplementação que fazemos todo início de ano. Qual era a meta física dele? A meta física executada foi 16 municípios apoiados. Em função de quem? Encontro presencial em fevereiro de 2020, de apresentação do projeto, diagnóstico e realização de mapa falado com os municípios da Diretoria Regional de Teófilo Otoni. O plano de ação aprovado no plano de aplicação do CEAS previa o dispêndio de recursos com despesas, com diárias e passagens para apoio técnico. Com as normativas do distanciamento social, em virtude da pandemia, as oficinas presenciais previstas não foram executadas. Além disso, considerando a troca de gestão municipal, tais atividades serão realizadas em 2021 e adaptadas para modalidade à distância. Aí está a meta física e a justificativa de não execução da ação. Como eu disse, o fato da pandemia inviabilizou as questões da execução referente à capacitação. Capacitação, Apoio Técnico e Gestão do Suas: aqui temos saldo. Temos as fontes 56 e a 10, que é uma emenda não impositiva. Temos um orçamento inicial de R\$

3.526.651,00. Empenhamos R\$ 183.166,56, que corresponde a 5,2% do orçamento. Liquidamos R\$ 158.399,75, que corresponde a 4,5% e R\$ 157.968,26 (áudio ruim) [00:18:13] foram despesas com viagens, estagiário e FONSEAS. A meta física prevista era de 4.500 pessoas qualificadas e a meta física executada foi 10.337, 230%. Destaques: foram contemplados 832 municípios, 98% dos municípios contemplados. Contemplado, não. Abrangeu 832 municípios. O que foi realizado nessa ação? Mais de 26 materiais de orientação técnica produzidos, inclusive do tema pandemia; cursos com grande adesão sobre: participação e controle social, art. 30 da LOA, Acessuas trabalho, gestão financeira e orçamentária, benefícios socioassistenciais, trabalho social com famílias, etc; produção do PEEP e retomada do NEEP. Agora é a justificativa da execução. O planejamento da ação, aprovada no plano de aplicação de recurso, previu o dispêndio de recursos em eventos presenciais, custeio de deslocamento, diárias, espaços e materiais para ações de qualificação *in loco*. Com as normativas de distanciamento social, em virtude da pandemia, a ação foi redesenhada com a utilização de estratégias não presenciais, que não possuíam repercussão orçamentária, tais como: atendimento remoto aos municípios; realização de videoconferências com diretorias regionais da Sedese, para multiplicação aos municípios; disponibilização de cursos e treinamentos na plataforma EAD – Suas/MG, etc. Portanto, constata-se a comprovação de execução física da ação a despeito da baixa execução financeira em virtude do ano atípico, pandemia. Além disso, a principal fonte financiadora desta ação, fonte 56, que é recurso da União, trata-se de recursos de programas e incentivo que estão no devido prazo de execução e podem ser reprogramados para o exercício seguinte. É aquilo que eu falei, a nossa tranquilidade, bom seria se a gente tivesse conseguido fazer a execução, mas a falta de execução financeira, estamos vendo bem claro que não comprometeu a execução da ação, que inclusive a meta física foi até bem maior do que a prevista, 230% para além. Ação da Média Complexidade. Essa ação, temos fonte 51 e 56. O orçamento previsto é R\$ 5.781.984,00, empenhamos R\$ 2.258.247,93 que é 39,1% do orçamento. Liquidou R\$ 1.986.111,51, que corresponde a 34,4% (trecho incompreensível) [00:21:11], e pagou R\$ 1.201.445,59, que corresponde a 20,8% do orçamento. A meta executada são 32 municípios abrangidos, 100%, que são os nove Creas que mantemos. Cinco que cofinanciamos e quatro que mantemos. A baixa execução financeira se justifica em função de a receita prevista ser maior que o efetivamente gasto para execução integral da ação, manutenção dos serviços regionais implantados. Soma-se a isso a necessidade de suplementação para utilização de saldo financeiro de exercício anterior e ainda não estar contemplado a execução do último trimestre. Na verdade, o que é expliquei ontem nessa ação? Ela parece estar com baixa execução por causa da estimativa de receita que é feita. O que acontece? No mês de maio, quando a gente começar a trabalhar a elaboração da proposta, temos que encaminhar para a Diretoria de Planejamento e Orçamento, para envio para a Seplag, a estimativa de receita.

Estimamos R\$ 5 milhões de receita e temos que estimar o valor real da receita, é o que temos previsão de receber e tem de ser aportada ao orçamento. Quando eles definem o valor de despesa no orçamento, distribuimos toda a despesa – que é o recurso nosso de fonte 71 e 10 – e coloca as receitas que previmos. No nosso caso, só temos fonte 56. Muitas vezes essa receita é maior do que o recurso que vem. Maior do que a nossa necessidade para execução. Dá a sensação de baixa execução, em face a essa receita. Eu conversei ontem, pedi uma proposta, já estou avaliando, vou conversar com a Diretoria de Planejamento e Orçamento porque, para além de estimar a receita, ainda tem que fazer uma nova suplementação para gastar o recurso do exercício anterior, então ficamos com muita receita. Eu já tive uma conversa lá antes, mas eu vou retomar para que não tenha essas distorções quando for apresentar para vocês, porque essa ação está sendo cumprida na integralidade. Se você for avaliar, não tem necessidade. Ao mostrar aqui, vemos um percentual de execução de 20%. Por exemplo, o gasto com pagamento de pessoal é mais de R\$ 2 milhões, então só temos refletido, até agora, R\$ 1,2 milhões. Essa ação, para além, terá mais execução até o fim do ano. A gente faz o pagamento de servidor da MGS, que é o pessoal que trabalha nos quatro Creas regionais, e esse pagamento é assim: estamos sempre pagando dois meses para trás. Essa é a forma que a MGS se organiza e é lá o financeiro. Aqui ainda vai ter uma execução bem maior. Expliquei bem essa ação, que não tem baixa execução, porque é sempre paga integralmente. Ela é uma das ações. Ela, o Piso Fixo e a Casa Lar são as ações em que já tem um recurso garantido para o cofinanciamento, então não tem justificativa de baixa execução mesmo. **PRESIDENTE:** Claudinha, desculpa te interromper. Essa ação, qual é o percentual de execução no terceiro trimestre mesmo? **CLÁUDIA, SEDESE:** Até o terceiro é esse que está aqui. Lá em cima, deixa eu ver para quanto ela foi. Se for considerar o que executamos, está vendo? Ela passou de 28, que tinha feito execução até o terceiro. Considerando o que já pagou agora, foi para 33,10. Com as coisas, tudo que ainda tem que pagar, deve vir com um percentual de 50% até o término do quarto trimestre. Porque, igual eu falei, só vai ver tudo no quarto. Mesmo estando com esse percentual, não é uma ação com baixa execução, não. Vai ter 100% de execução. **PRESIDENTE:** Claudinha? **CLÁUDIA, SEDESE:** Oi. **PRESIDENTE:** Cristiano está perguntando se é 4130, e a Sandra, se paga somente recursos humanos. **CLÁUDIA, SEDESE:** Não, pagamos água, luz, telefone. É porque a parte da manutenção, água, luz, telefone e aluguel, é feito como recurso da fonte 56, as parcelas do governo federal. Como as parcelas do governo federal não conseguiriam absorver o pagamento de pessoal – o pessoal dela gira em torno de R\$ 2 milhões, R\$ 2,2 milhões – nós não tínhamos condição de pagar o pessoal com isso, então o governo federal passa o recurso para a manutenção e o estado assumiu o pagamento de pessoal. Essa ação está sendo paga (trecho incompreensível) [00:26:26]. **PRESIDENTE:** É a 4130, proteção social especial de média complexidade? **CLÁUDIA, SEDESE:** Média, isso. (Trecho incompreensível) [00:26:30] cofinanciamento e

manutenção dos Creas, dos nove Creas, está bem? **PRESIDENTE:** Obrigada. **CLÁUDIA, SEDESE:** Por nada. Nesse orçamento teve uma proposição de emenda para implantação e manutenção de serviços regionais de média e alta complexidade. Essa ação, ficamos sem execução porque a execução toda já está em andamento. Colamos bem em baixo, aqui na apresentação, porque a execução está toda feita na 4130. Criamos essa ação como vinha, mas era antiga. Era média e alta juntas, então separamos. Estou apresentando para vocês, agora, a média. Logo em seguida vou apresentar a alta. Mas, ainda assim, é entender o que seria necessário à ação 4533, mas como já estávamos executando lá no serviço, lá na ação 4130, ela ficou sem execução porque está executando em outra ação. Aí, é o que eu falei, logo abaixo, aquela ação foi criada era média/alta. No orçamento desse ano separamos, aí a proteção especial de alta complexidade cofinancia as nossas Casas Lares. Estamos com percentual de 70%, mas essa é sempre cumprida na integralidade, até o fim do ano. A próxima liberação de parcela foi agora, em dezembro. O financeiro já chegou. Hoje eu já conversei lá e já está pagando as Casas Lares, inclusive tinha uma 13ª parcela de 2019, que não conseguimos passar, ela também foi liberada. Então colocamos todo o pagamento da alta complexidade em dia, a de 2019 e a de 2020. Teve um percentual maior de execução porque a previsão era de 330 pessoas acolhidas, quando fizemos a renovação da parceria, aumentou o número de vagas para 379 pessoas acolhidas. Essa ação, com certeza, tem 100% de execução. O Piso Mineiro é fonte 71, é todo com recurso do FEM. O orçamento estimado: R\$ 88.657.510,60. Tivemos empenhado, liquidado e pago R\$ 35.952.627,20, que corresponde a oito parcelas do piso e 40,6% do orçamento. Até esse terceiro trimestre, efetuamos um pagamento de oito parcelas do piso porque em setembro pagamos a parcela de agosto. Estávamos com seis municípios que não receberam o pagamento, porque não concluíram o preenchimento do plano de serviço. Com informação atual, eles já estão recebendo normalmente porque, pela resolução, eles tinham até 30 de junho para entregar o plano de serviço preenchido. Enquanto não preencheram, a parcela fica suspensa, mas, imediatamente após o preenchimento, os municípios receberam tudo a que tinham direito. Eles concluíram o preenchimento, então, por hoje, estamos cofinanciando os 853. Não tem mais nenhuma pendência. Conforme eu falei lá na frente, já recebemos a parcela de novembro junto com essa de Casa Lar, e a Fazenda já sinalizou que vai liberar também a parcela de dezembro. Esperamos que o Piso Fixo esteja todo concluído ao término do exercício. Paralelo a isso, também criaram a emenda do Piso Variável. Pediram para separar o Piso Fixo do Variável. Por quê? Porque quando teve a previsão para o orçamento desse ano, na 4132, já preenchemos o valor necessário para o cofinanciamento dos dois pisos. O que acontece? A ação do Piso Variável, conforme eu falei lá no início, ainda estamos fazendo o trabalho para retomar esses pagamentos. A Mariana já vem conversando isso com a gente, na CIB, e temos trazido no CEAS também. Existe uma proposta para retomar os pagamentos utilizando esse recurso

orçamentário, que está previsto, mas ainda não temos o correspondente financeiro. É isso que eu falei, diante desse cenário de restrição – e a gente ainda está fazendo esse levantamento do Piso Variável – ação não teve execução. Ação 4133. Essa é o conselho e a gente teve a fonte 56 e a fonte 10, que também foi uma emenda não impositiva. Tinha um orçamento inicial previsto de R\$ 820 mil que também sofreu uma suplementação, conforme eu disse, em função, para a utilização do saldo do exercício anterior. A gente teve empenhado R\$ 69.416,66, que é 8,5% do orçamento. Liquidado R\$ 38.712,42, que corresponde a 4,7% do orçamento. Valor pago R\$ 46.339,15, que corresponde a 5,7%. E a execução dessas despesas foi viagens e degravação. Tivemos uma execução de meta física de 15 reuniões e plenárias realizadas, sendo sete reuniões da CIB e sete reuniões do conselho, porque essa ação contempla as duas, a CIB e o CEAS. A justificativa da baixa execução é em razão da suspensão das reuniões presenciais, que têm um custo em torno de R\$ 20 mil/mês e demais ações que não puderam ser executadas presencialmente. Havia uma previsão de emenda que o conselho solicitou, que era para o encontro de Presidentes de Urcmas, reunião regional de conselhos de assistência social e o evento do Dia D, que se dariam presencialmente, o que não foi possível diante da pandemia. Observamos, na execução do orçamento, que a fonte 56, que usamos para a gestão e, grande parte dele, com diária de viagem, capacitação, equipamentos, não conseguimos executar porque as plenárias foram todas realizadas virtualmente. Com essa questão da pandemia entrando também para o exercício de 2021, já estamos fazendo nosso plano de aplicação, inclusive, para trabalhar a melhoria na questão dessas reuniões virtuais, porque já temos a certeza de que não vamos conseguir fazer reunião presencial. Não sei nem quando, quiçá no segundo semestre de 2021. Vamos avaliando, mas temos que melhorar nossa estrutura para realizar as plenárias virtuais sem problemas. Essa é a ação do Rede Cuidar. Não houve financiamento e ainda tinha a vedação de repasse de recursos para entidades no ano eleitoral. Mas, a despeito da realização da nova rodada do Programa Rede Cuidar, em 2020, durante os trimestres analisados houve um monitoramento, avaliação e orientação técnica às unidades parceiras, celebradas em 2017 e 2019. Além das providências para celebração dos termos aditivos, a pedido das entidades, em função da não execução de recurso recebido em 2019 até o momento, em função da pandemia. Isso está estranho aí. Esse deve ter sido o 'copia e cola'. Aí ficaram os pedacinhos. Trouxe algumas considerações, que achamos importante dizer na análise geral da prestação de contas e na própria apresentação: o relatório dos trimestres trata da execução do Feas, de janeiro a setembro, e não de todo o exercício de 2020. O quarto trimestre, que é apresentado em março. Conforme falei, já trouxemos algumas informações importantes que não vamos esperar até março para dá-las, com relação a nossa execução de acima de 80%, em função de concluirmos o pagamento todo do Piso Fixo, das Casas Lares e do CEAS. Apesar de algumas ações orçamentárias apontarem baixa execução, as metas físicas foram alcançadas ou superadas. Os recursos

ordinários não utilizados de fonte 56, conforme normativa do Suas, poderão ser reprogramados para utilização durante o exercício seguinte, sem prejuízos. Não houve descontinuidade na prestação de nenhum serviço ou ação prevista. As justificativas técnicas foram apresentadas em todo o documento e todos os questionamentos e solicitações de esclarecimentos foram atendidos durante a discussão, na reunião conjunta das comissões em 17/12/2020. Por ocasião da pandemia, todo planejamento de atividade de capacitação e apoio técnico presencial foi suspenso, o que gerou saldo de recursos do governo federal que seriam utilizados para essa finalidade. **PRESIDENTE:** Claudinha, só um minuto. A Gabi se inscreveu para fazer uma correção. Se bem que você terminou, não é? **CLÁUDIA, SEDESE:** Terminei, gente. Obrigada pela atenção. **PRESIDENTE:** Pode finalizar e passo depois para a Gabi. **CLÁUDIA, SEDESE:** Obrigada pela atenção. Estou à disposição, está bem? **GABRIELE, SEDESE:** Pode voltar o slide, Suzanne. O slide do Rede Cuidar, por favor. Só esclarecer. **PRESIDENTE:** Muito obrigada, Claudinha. Sua apresentação ficou ótima. O resumo muito bom para registro em ata, bem esclarecedor. **CLÁUDIA, SEDESE:** São as meninas maravilhosas da secretaria, Patrícia. **PRESIDENTE:** Eu sei. A Suzanne é ótima. Eu sei que essa equipe é muito boa. Pode ir, Gabi. **GABRIELE, SEDESE:** Posso? Rapidamente. Primeiro, a Claudinha mencionou na meta física da execução do conselho, 15 reuniões realizadas, aí são sete da CIB e oito do CEAS. Ela falou sete e sete, mas não dava nem a soma. No slide do Rede Cuidar, esse finalzinho que a Claudinha não explicou, é só no sentido de... Como essa ação foi gerada no orçamento de 2020 como janela orçamentária, só com R\$ 1.000,00, por emenda de comissão de participação popular, não foi executada. A Mariana explicou também, ontem, que em função de não haver fonte financiadora de recurso e também por causa das vedações do período eleitoral para repasse de incentivo a entidades. E esse finalzinho aí, só dizendo que apesar de não ter tido nova rodada do Rede Cuidar, no ano de 2020 foi feito um monitoramento das rodadas de 2017 e 2019. E, no caso da rodada de 2019, como as entidades receberam o recurso no finalzinho do ano, era para elas gastarem o recurso em 2020. Só que tiveram muitos problemas de execução, em virtude da pandemia, e aí o próprio conselho estadual trouxe essa pauta aqui, de solicitar termo aditivo para que essas entidades consigam usar esse recurso no ano que vem, justamente por causa da pandemia. Não é só o órgão gestor governamental que teve problemas de execução dos recursos. As entidades também sofreram com isso. Vão reprogramar, vão replanejar essa despesa para o ano que vem. Seria só esse esclarecimento mesmo. **CLÁUDIA, SEDESE:** Ótimo. **PRESIDENTE:** Ok, Gabi. Obrigada. Agora eu queria pedir à Natália para fazer a apresentação da súmula das discussões das comissões de ontem. **NATÁLIA, FEAPAES/MG:** Olá, boa tarde. Eu gostaria, se possível, projetar a súmula. **ROSA, SEDESE:** Natália, só um minutinho que já vou exibir. **NATÁLIA, FEAPAES/MG:** No dia de ontem ocorreu a reunião conjunta das comissões. Essa reunião conjunta está prevista regimentalmente para se discutir a prestação de contas. Infelizmente tivemos pouca

participação da sociedade civil, que ao longo da reunião também foi entrando e foi participando mais. Foi uma reunião que gerou bastante discussão. A súmula, vocês vão ver que traz todas as discussões de forma bastante completa, mas a ideia é não retomar todos esses pontos. Eu pretendo fazer um resumo do que ocorreu para que possamos dar continuidade, até porque foi uma reunião que possibilitou a participação de todos. Foi uma reunião para discutir a prestação de contas dos 1º, 2º e 3º trimestres do ano de 2020. As discussões principais foram relacionadas a baixa execução orçamentária e financeira. Ao longo dessas discussões a Claudinha sugeriu algumas alterações que foram apresentadas aqui, nessa reunião. Diante disso, a comissão de orçamentos não sugeriu encaminhamento, até porque seriam apresentadas algumas alterações, como foram feitas hoje. Eu vou apresentar o fechamento dessa súmula, para que depois também encaminhe para uma votação na plenária, e também falar um pouco do resumo do que foi observado nessa análise de prestação de contas. Como eu falei, ela não foi realizada. A sugestão do encaminhamento não foi realizada na reunião de ontem. Foi observada uma baixa execução orçamentária, exceto no Piso Mineiro e da alta complexidade, Casa Lar. As demais apresentaram baixa execução. A Claudinha apresentou alguns esclarecimentos relacionados a fonte 56, foi apresentado também um quadro de percentuais de execução até o mês de novembro. E essas alterações vão constar no documento final da prestação de contas. A consideração final, que não houve encaminhamento para aprovação ou reprovação, considerando inclusive as alterações do documento. Eu queria só repassar por alguns pontos principais aqui da prestação de contas. A Claudinha já apresentou, eu queria só retomar algumas questões, que foi justamente a baixa execução orçamentária e financeira das ações, desde a 1059, que é o Aproximação Suas, que a gente teve 0% de execução orçamentária e 0% de execução financeira. A capacitação, apoio técnico e gestão do Suas teve 4,49% de execução orçamentária e 4,48% de execução financeira. Proteção social especial de média complexidade 34,35%, de execução orçamentária e 20,78% de execução financeira. O apoio ao controle social e gestão descentralizada não houve execução orçamentária e financeira, 0%. Implantação e manutenção de serviços regionais de alta e média complexidade também 0%. Piso Mineiro de assistência social variável 0% e Rede Cuidar 0%. Dessas, quatro ações foram suplementadas: que é o Aproximação Suas, capacitação e apoio técnico, proteção social especial e apoio ao controle social e gestão descentralizada. Lembrando que a suplementação vai apontar para um saldo existente do recurso federal, de 2019, que foi incorporado para esse ano, mas que, de acordo com o que a gente tem visto nesse orçamento, provavelmente não será executado até o final do ano em sua completude. Também queria ressaltar que no ano passado, eu não estava como conselheira, mas foi autorizada a emenda de R\$ 17 milhões para o Piso Mineiro de assistência social na Assembleia Legislativa, e a emenda de Piso de proteção especial, que também não foram executadas esse ano. As justificativas que foram apresentadas estão relacionadas à questão

da pandemia e do próprio decreto que é citado ao longo da prestação de contas, o Decreto nº 211/2020. Também reforçando que durante a pandemia algumas ações e aí a Política de Assistência Social é fundamental. E quando a gente observa essa discrepância da baixa execução, é algo que chama atenção em relação ao orçamento. Enquanto conselheiro, é importante se atentar a esse aspecto, principalmente porque vai impactar na execução da Política de Assistência Social. As duas ações que tiveram execução mais satisfatória, de acordo com o que foi apresentado, é a proteção social especial de alta complexidade e Piso Mineiro de assistência social. É isso. Se alguém tiver alguma dúvida ou quiser perguntar também, e eu puder ajudar de alguma forma, mas o intuito foi apresentar o resumo dessas discussões que ocorreram. E, acredito, que abrir para os conselheiros se inscreverem ou comentarem. Obrigada. **PRESIDENTE:** Obrigada, Natália. Eu já solicitei no chat para os conselheiros irem se inscrevendo. Eu fiz a minha primeira inscrição, em seguida da Mariana. É importante levar em consideração, além da baixa execução dessas nove ações – que praticamente duas tiveram execução que foram Casa Lar e Piso Mineiro – essa informação que a Claudinha trouxe da conta 4130, que é do Piso de proteção social especial de média complexidade. A gente acredita que tenha uma execução maior, considerando que grande parte é pagamento de pessoal e que até o final do ano tenha uma execução de um percentual maior. Uma questão problemática que o CEAS, foi (trecho incompreensível) [00:46:49] passado na Assembleia, o que a Natália já citou. A questão do Rede Cuidar: ontem foi trazida a questão das vedações, dos prazos em ano eleitoral, mas entendendo um pouco melhor dessa questão, percebemos que em ano eleitoral, apesar dos prazos, talvez o estado pudesse ter lançado um edital em fevereiro, porque quando são programas novos que é vedado. De repente, no prazo, poderia ter sido feito de outra forma e as entidades teriam sido contempladas com recurso do Rede Cuidar, enfim. E considerando nosso papel de controle social, de zelar pela execução da Política de Assistência no estado, enquanto corresponsáveis, pensando nas discussões de ontem, na baixa execução de algumas ações, fizemos algumas discussões, amadurecemos uma proposta de encaminhamento. Queria registrar para secretária executiva uma proposta de encaminhamento, que é pela aprovação das ações da Casa Lar, do Piso Mineiro, da proteção social especial de média complexidade, que é a 4130 – as outras eu não lembro o número. E pela reprovação das outras ações que foram apresentadas, outras quatro, se não me engano. Não, são nove no total. E pela reprovação dessas outras ações, devido à baixa execução. A proposta de encaminhamento, a primeira, seria essa. Eu passo a palavra para próxima inscrita que é a Mariana. **MARIANA, SEDESE:** Eu queria pedir para voltar a tela projetada. A que tem aquela planilha, porque tem todas as ações com o percentual de execução de cada uma. Acho que facilita para todo mundo visualizar os números na tela e a ação. Primeiramente, voltando aqui, quando estamos falando de 0% de execução, estamos falando da Rede Cuidar, do Aproximação Suas e do Piso Variável. São três ações com 0% de execução porque essa ação,

que fala de manutenção de serviços regionais, na verdade ela é uma ação fantasma repetida. Ela foi criada pela Assembleia, mas já era contemplada em outra ação. A gente teve duas ações orçamentárias com o mesmo objetivo e finalidade, então obviamente só executa em uma. A segunda coisa que eu ia colocar é que as outras baixas execuções que estamos citando aqui, no caso do apoio, controle social e as capacitações presenciais não ocorreram por causa da pandemia. Nós, estado, não deixamos de executar a Política de Assistência. Não deixamos de prestar os serviços que nos compete de apoio técnico, de capacitação, de proteção especial de média complexidade regional, de cofinanciamento dos municípios, de manutenção das Casas Lares, que é a rede indireta do estado. Quando a Patrícia vem falar de reprovação, eu gostaria também de fazer uma reflexão sobre quais motivos ensejam reprovação de prestação de contas. Porque nós estamos apresentando a prestação de contas de execução orçamentária financeira do Feas, unidade orçamentária Fundo de Assistência Social, que tem recursos próprios do estado e recurso do governo federal. Não houve desvio de finalidade, não houve irregularidade, não houve dano ao erário. Não houve aqui vício de execução orçamentária financeira. O recurso todo utilizado foi dentro da finalidade legal, constitucional do estado e da Lei Orgânica de Assistência. Em momento nenhum isso aqui motiva uma reprovação. Eu gostaria que, se os conselheiros se manifestassem por reprovar uma prestação de contas, que apresentassem inclusive os fundamentos legais. Porque uma coisa é vocês acharem que o estado poderia ter melhorado suas ações, poderia ter feito de outra forma. Ótimo, também concordo. Estamos aqui para dialogar, para construir. Tenho falado isso em todas as reuniões desse conselho. Quanto a justificativa também de baixa execução, a maior justificativa esse ano foi, sim, a pandemia. E ela não afetou só o governo do estado. A Rede Cuidar, como é o exemplo que vocês estão falando: “Ah, a Rede Cuidar poderia ter recurso esse ano”. Não teve. As entidades que receberam o recurso em 2019, 50%, salvo engano – eu vou até olhar o número – não executaram nada. Elas estão com saldo integral em conta. Eu tenho aqui 35 entidades que estão com R\$ 100 mil parados em conta, que foram depositados no ano passado. Uma ou outra que teve problema de repasse que foi feito esse ano. E eu ainda tenho 36 entidades com mais de R\$ 50 mil em conta. O repasse, o ano passado, foi de R\$ 100 mil, ou seja, tenho a maioria das entidades que não gastaram o recurso e que pediram autorização do estado para usar ano que vem, alegando que a pandemia paralisou várias atividades e, inclusive, paralisou a capacidade de ação das entidades, porque elas foram impossibilitadas ou tiveram dificuldade de executar esses recursos. De modo geral, eu queria pontuar porque acho gravíssimo quando escuto vocês, no caso, Patrícia, sugerindo reprovação de prestação de contas com essa motivação. Gostaria de me posicionar fortemente nesse sentido, que não existe motivo de reprovação. Eu posso ir mais além, se a gente fizer um comparativo com execução orçamentária e financeira de recursos estaduais em anos anteriores. Por quê? Nós sabemos que o Piso Mineiro ficou dois

ou três anos sem ser pago. Eu gostaria de perguntar para o conselho, se nos anos que o Piso Mineiro não estava sendo pago, se as prestações de contas do fundo foram reprovadas. Porque eu até desconheço essa informação, mas eu estou usando como exemplo, ok? Porque eu não tenho notícia de que uma prestação de contas de fundo estadual, da Subas, tenha sido reprovada em algum momento. Mas, se tivesse sido por esse motivo, se isso já tem precedente, acho que é uma questão também para aprofundar. Obrigada. **PRESIDENTE:** Obrigada, Mariana. Meu microfone travou aqui. Eu estava falando (áudio ruim) [00:54:56] no vazio. A próxima inscrição é do Cristiano. **CRISTIANO, SEDESE:** Boa tarde, pessoal. Vocês conseguem me ouvir? Acho que a minha internet está meio instável. **ANÉDIA, FMUSUAS/BH:** Eu estou ouvindo. **CRISTIANO, SEDESE:** Boa tarde para todo mundo, de novo. Eu queria só aproveitar também e reforçar algumas coisas que a Mariana já trouxe, e lembrar do rito que foi feito. Temos vários instrumentos que são utilizados pela gestão estadual para informações das instâncias de controle social e participação do Suas. E a gente tem duas em Minas Gerais, que são: a CIB – Comissão Intergestores Bipartite, que é composta por gestores municipais e o estado, e o Conselho Estadual de Assistência Social, que é composto pela sociedade civil e por representantes governamentais. Essas duas instâncias funcionam muito bem em Minas Gerais. A gente teve um ano superdifícil, com uma pandemia que ninguém iria imaginar que fosse ter um impacto que teve e com a duração que teve. E com todos os problemas, desafios enormes que tivemos, sabemos aqui e não preciso listar, essas duas instâncias de controle social e participação do Suas em Minas Gerais, como deve ser, de fato, continuaram fazendo o seu papel durante esse período todo. Eu acho que, primeiramente, é agradecer a oportunidade de participar disso e ver que, mesmo diante de um desafio gigantesco que a gente tem, a gente conseguiu e vem conseguindo, com todos os desafios e necessidades de melhorias que temos, de continuar exercendo esse papel. Isso foi previsto lá na origem do Suas. E em Minas Gerais eu acho que nós, com todos os desafios, podemos nos orgulhar de que tem controle social e participação. Para que esse controle social e as instâncias de participação possam funcionar, temos vários instrumentos que são instrumentos de gestão – que não só servem para essas instâncias, mas para sociedade como um todo – instrumentos de transparência que servem para regular e dar freios e melhorias para o funcionamento da nossa democracia. Eu queria só chamar atenção para isso, para lembrarmos, cada um de nós que é conselheiro e conselheira no CEAS, que estamos exercendo um papel muito importante. Um dos instrumentos que temos é esse instrumento que foi enviado no mês passado para todos os conselheiros, que é a prestação de contas. Mas, ao longo de todos os meses, a gente tem teve reuniões constantes, com todas as dificuldades, mas conseguimos manter uma regularidade nas reuniões. E durante todas essas reuniões, os representantes da Subas, da Sedese, estiveram sempre presentes trazendo informações, discutindo, abertos para discussão. E isso é muito bom porque a gente pode, de novo, afirmar que a gente tem um controle social no estado funcionando, com

representantes colocando suas dúvidas, suas sugestões, seus pontos, os embates. Tudo isso fortalece a nossa democracia. O que foi feito em relação a esse instrumento? Só lembrando. Isso foi encaminhado para todos os conselheiros. Vou repetir algumas coisas que eu falei ontem na reunião da tarde. Esse instrumento, que é uma planilha no Excel, a gente começa o preenchimento dessa planilha na Subas, muito antes de ela chegar para vocês. É um instrumento, que é uma planilha complexa, com várias abas. Como eu falei ontem, tem vários cálculos matemáticos. Eles precisam estar corretos porque estamos tratando do dinheiro público, então precisamos dar segurança para as informações que estão sendo transmitidas para vocês. E, além do mais, todas as informações também estão disponíveis nos portais de transparência. Ontem a gente teve a reunião, à tarde, das comissões. A reunião foi um debate rico, importante. Em alguns momentos chamamos a atenção para alguns pontos sobre a participação e o envolvimento dos conselheiros em um tema tão importante. E fizemos ontem – só queria registrar isso porque acho que é importante – logo após a reunião ontem, a equipe da Subas se debruçou de novo sobre esse instrumento para tentar trazer para vocês, hoje, nesta reunião, já que ontem não foi possível sair com um encaminhamento. Foi feito um esforço durante a noite toda, para que pudéssemos trazer as informações de forma mais fácil e para que os conselheiros pudessem compreender as informações que estamos trazendo. Eu queria somente destacar a responsabilidade que a gente tem. Mariana deu alguns exemplos, eu também estou na gestão estadual desde 2011. Venho participando de reuniões de CIB e CEAS desde 2011, como alguns dos conselheiros que a gente tem aí. E já vi várias coisas, já passei por várias gestões. E queria só chamar atenção para isso mesmo, sabe? Para ficamos atentos. É lógico que existem várias ressalvas que foram colocadas ontem. Algumas delas foram colocadas hoje também, acredito que outras serão colocadas. Isso é importante, faz parte demais e é necessário para esse exercício da cidadania e da democracia que estamos fazendo, mas tudo isso tem impactos muito sérios. Estamos fazendo questão de trazer todas as informações para que todo mundo tenha muita tranquilidade para questionar, perguntar, travar o debate necessário. E eu queria trazer, para finalizar, esses principais pontos que a Mariana trouxe, que são: em relação a execução física, mesmo com a pandemia executamos várias ações, tanto na ação da qualificação quanto na ação do Aproximação Suas; as ações que estão com a execução zero são ações repetidas, que a gente já executa em outras ações já previstas; na ação do Rede Cuidar não depende da gente a execução porque a execução financeira é um recurso que não é da Subas, da Sedese, ele é da loteria. Não veio recurso esse ano, então não é possível executar a ação, e outras justificativas que tivemos. Para fechar, eu gostaria só de lembrar que esse ano, apesar de tudo, tivemos um trabalho com todos os desafios e necessidade de melhoria, fizemos um trabalho conjunto entre o controle social, com a sociedade civil, o CEAS, a Subsecretaria de Assistência, a Sedese, o Cogemas, os gestores municipais, para ter vários resultados que a gente tem hoje, com todas as

necessidades de melhoria que precisamos. Eu não vou me alongar porque, se deixar, eu vou ficar falando a tarde toda aqui, mas era isso. Obrigado pessoal. **PRESIDENTE:** Ok, Cristiano, obrigada. É importante mesmo sempre reconhecer o esforço da equipe da Subas. Isso é inquestionável. Mariana perguntou um pouco sobre como que foi nos anos anteriores. Eu não lembro 100%, mas me recordo que teve até o encaminhamento de uma denúncia para o Ministério Público para apurar se houve crime de responsabilidade do governador porque não teve destinação para o Piso Mineiro. Às vezes, a Secretaria Executiva pode até resgatar. Não lembro se aprovou com ressalvas, se reprovou, mas teve essa denúncia para o Ministério Público, sim, mas eu não me recordo totalmente não. Confesso. Desculpa, acabei falando muito sem estar inscrita. A próxima inscrição é da Gabriele. **GABRIELE, SEDESE:** Obrigada, Patrícia. Eu acho que essa retomada de histórico é fundamental. Eu não era conselheira, mas já era técnica da Sedese. Não me recordo se foi no ano de 2018, acredito que sim. Essa mesma discussão aconteceu no conselho. O conselho, antes de tomar uma atitude como citar reprovação, ele consultou, convidou órgãos competentes como o Tribunal de Contas do Estado. O Tribunal de Contas do Estado veio, participou de plenária do CEAS e explicou o que enseja em reprovação; o que é aprovado; o que é aprovar com ressalva. Não sei se todos os conselheiros tiveram a oportunidade de participar desse momento. Eu achei que essa questão já estava até superada no conselho, mas eu acho que a Mariana já trouxe esse resgate. Eu preciso chamar atenção, nem enquanto Sedese, mas enquanto conselheira mesmo, que para uma reprovação, a gente tem que ter como motivação que a gestão desviou finalidade de recurso, que a gestão provocou algum dano ao erário, que ela fez alguma despesa com vício, que tem indício de danos orçamentários e financeiros, enfim. Chamando a atenção, primeiro, para a necessidade de uma motivação legal, um respaldo muito grande para que o conselho tome uma decisão como essa e também, além da motivação, do respaldo, todos os conselheiros têm que ter ciência dos impactos de uma decisão como essa. Como órgão responsável pela fiscalização dos recursos, esse conselho, no momento que reprova, será chamado no processo de tomada de contas especial, a comprovar. Ele vai responder em conjunto com a gestão e vai ter que comprovar o que motivou a reprovação. Então ele vai ter que comprovar danos ao erário, vai ter que comprovar vício, vai ter que comprovar que o recurso foi gasto fora da finalidade. Eu acho que precisamos estar na mesma página quanto a esse tipo de decisão. Chamo a atenção, por exemplo, para algumas ações. Aquele quadro é bem explicativo, eu vou usar a ação 4129 como exemplo. Por mais que o órgão gestor veio até ao conselho no início do ano e apresentou ao conselho um plano de aplicação de recursos. Esse conselho aprova o plano de aplicação de recursos pela Resolução nº 690/2020. Nessa resolução, aí eu vou na ação 4129. Se vocês quiserem, a resolução está no site do CEAS. O planejamento para o gasto do recurso nessa ação, vou citar alguns: despesa com viagem, realização de ações de capacitação presencial. A todo momento, está vendo? Realização no

quarto trimestre, realização de capacitação e apoio técnico em ações presenciais, então formulário do CadÚnico, sistema de condicionalidades. No documento aprovado, o órgão gestor não pode gastar o dinheiro da cabeça dele. Ele vem ao conselho e aprova como será esse gasto. A todo momento estávamos dizendo que o ano seria com gasto de ação presencial. Eu tenho um cenário de pandemia, que aí eu preciso parar todo termo de referência que está rodando para locação de espaço para atividade presencial e tem que parar. Eu tenho que suspender diária de viagem e, qualquer reunião que tenha mais de 10 pessoas, eu tenho que suspender por normativas da saúde e todo mundo aqui tem conhecimento, não vou precisar explicar. Eu, órgão gestor, consigo me adaptar, crio uma plataforma de educação à distância, crio cursos de capacitação de apoio técnico online, consigo atingir 10.000 trabalhadores de 97% dos municípios mineiros e tenho a minha prestação de contas reprovada. Para eu reprovar uma ação como essa, eu teria que ouvir do conselho: “As capacitações foram ruins. Não conseguimos comprovar, atingir os objetivos. Os temas das capacitações estão equivocados”. Eu precisava de uma análise técnica para reprovar uma ação como essa porque, do contrário, fica parecendo que o objetivo do conselho é gastar o dinheiro por gastar. Se eu consegui atingir uma meta física gastando menos recurso, eu atingi o objetivo da ação. O objeto aqui não é só olhar: “Ah, o percentual foi 5% de execução financeira orçamentária”. E a execução física que está 230%? O conselho não analisa? Não analisa os cursos? Não analisa a qualidade? Eu chamo, realmente, a atenção. No caso da 4129 também, é um bom exemplo. Muitos recursos que estão previstos lá na 4129, é o recurso do Programa Acessuas Trabalho. Por normativa, eu tenho até 2021 para executar esse recurso. Se eu optei usar o recurso no ano de 2021, minha prestação de contas será reprovada por quê? Se eu estou respaldada com normativa federal. E, além disso, os outros recursos que estão lá eu posso reprogramar para qualquer ação de educação permanente. Eu não provoquei nenhum dano ao erário. Não perdi nenhum recurso porque eu posso executar o mesmo montante no ano seguinte, que não teremos mais pandemia. Eu chamo esses exemplos só para ter ciência do que estamos falando. Quando a gente reprova, vamos ter que explicar, inclusive o conselho, essa motivação porque nós somos o órgão fiscalizador das contas. Se fizemos isso e viu equívocos, viu danos ao erário, tem que reprovar. Se a gente acha que a execução financeira poderia ser melhor, mas tem todos os dados comprovando que a execução física aconteceu, então o encaminhamento é uma aprovação com ressalvas, com recomendações. Essa seria a minha proposta de encaminhamento e desculpa ter me alongado. **PRESIDENTE:** Ok, Gabi. A Secretaria Executiva conseguiu pegar a proposta de encaminhamento? Estou vendo aqui que está digitando. Vocês querem mais um minutinho ou já posso passar para a próxima inscrita? Que é a Natália. Vou passar para Natália, qualquer coisa, a Secretaria Executiva pede apoio para a Gabi na redação da proposta. Natália é a próxima. **NATÁLIA, FEAPAES/MG:** Eu não sei se vocês estão me ouvindo bem, porque a

Rosa me mandou – não sei se está dando eco na minha voz, mas, enfim, qualquer coisa alguém me fala se não estiver sendo possível ouvir. Quero só retomar alguns pontos para avançar nessa discussão. Eu acredito que a base da reprovação, gostaria até que depois comentassem a respeito, mas acredito que tem embasamento em relação ao LOA, o descumprimento da Lei Orçamentária Financeira. Eu acredito que isso possa ter base para essa reprovação do orçamento. Eu também queria ressaltar que vivenciamos algumas situações ao longo desse ano, eu acho que bastante tristes em relação à Política de Assistência. A gente já viu em relação aos próprios recursos da pandemia, que não repassaram para o Feas, que ficaram sem a própria regulação do conselho e diversas discussões que tivemos ao longo desse ano, referente a isso. E quando olhamos para o orçamento, a gente também verifica uma ausência de investimento político na própria Política de Assistência Social que, nesse momento, se faz ainda mais necessária. Uma política básica e para atenção à população, principalmente no momento da pandemia. A gente vê até a própria dificuldade, depois, do CEAS pedir emendas parlamentares na Assembleia porque a gente vê um histórico de suplementação. A Gabriele deu alguns exemplos aqui, mas, por exemplo, a ação 4133, que é o apoio ao controle social e gestão descentralizada, foi uma ação que houve suplementação e, ao longo do ano, teve diversas dificuldades de manutenção básica do CEAS. É algo que chama atenção. A interpretação que muitas vezes dá é que para a Política de Assistência Social acontecer não precisa de recurso. Enquanto a Gabriele disse que parece que a análise é de que tem que gastar o dinheiro de qualquer forma, a impressão que dá é que não precisa de dinheiro para Política de Assistência Social e, ao mesmo tempo, a gente vê diversas dificuldades. Chama atenção toda essa situação de baixa execução financeira orçamentária e da situação da própria Política de Assistência Social. É preocupante isso à nível estadual, nacional também. A gente observa pouco investimento político nessa Política de Assistência que é tão importante e fundamental nesse momento que estamos vivendo. Eu acho que a Gabriele deu exemplo da ação 4129, execução comprovada de meta física. Eu entendo, Gabriele, eu estou só reforçando que em muitas coisas precisamos de recurso financeiro para fazer, inclusive para adaptar nesse momento da pandemia. A gente vivenciou isso aqui, inclusive na federação, que exigem recursos financeiros, mesmo que possam ser executados, será que não teriam formas de ampliar ou de melhorar o que foi feito? Não sei, mas o que me passa, enquanto impressão, é que não precisa do recurso mesmo, enfim. Eu acredito que a questão da reprovação está baseada na LOA, na Lei Orçamentária Anual. Se mais alguém quiser falar, os demais inscritos. É isso. **PRESIDENTE:** Ok, Natália, obrigada. A próxima inscrição é da Sandra. **SANDRA, CMAS MONTES CLAROS:** Boa tarde. Estou levantando um monte de questões para ver se eu consigo organizar minhas ideias. Eu também mexo com prestações de contas aqui, apresento para o conselho. O pessoal faz essa discussão da baixa execução, mas vamos lá. Primeiro, não vou fazer nenhuma análise de

pandemia porque já falamos muito de pandemia. Mas, eu quero lembrar que nesse ano de 2020, nós recebemos diversos recursos. Esses dois recursos. Os municípios receberam três, eu não sei se o estado recebeu incremento temporário para as proteções básicas e especial. Mas recebeu recurso da Portaria nº 369 e recebeu recurso da Lei Complementar nº 173, que ainda não estamos prestando conta deles, mas temos que considerá-los nessa discussão também. Por que considerá-los? Porque teve várias despesas que foram executadas dentro da Portaria nº 369, da Lei Complementar nº 173. Eu coloco uma questão, às vezes temos baixa execução financeira, mas conseguimos cumprir as metas. Isso é um fato. E eu estou falando isso por conta do que vivencio no município. Muitas vezes também, os municípios também não conseguem fazer uma execução financeira e aí o meu amigo Aloísio, lembrava para mim a questão dos 3% do IGD Suas e do IGD Bolsa Família. Que muitas vezes o município não consegue fazer essa execução financeira. Bom, eu estou falando tudo isso daí, por quê? Eu até tinha feito um comentário anteriormente, no *chat*, vou resgatá-lo aqui. Que temos que desconsiderar as ações 4533 e a 4534. Uma porque ela já foi contemplada em outra e outra porque era o Piso Variável que a gente não discutia. Isso já venho falando várias vezes. Há muito tempo que o estado deixou de passar recurso para ele, inclusive fica aqui, novamente – vou ser repetitiva – mas fica aqui, novamente, essa orientação para Sedese, que é discutir rapidamente essa questão juntamente com o Cogemas – e juntamente conosco, com o CEAS, é claro – do Piso Variável, porque ele não tem sentido. Tanto é que está aí e a gente até incluiu ele na discussão, mas não tem que desconsiderá-lo porque não está passando recurso com ele. Eu fico pensando: recebemos recursos, tem possibilidade de reprogramação? Eu não tenho elemento suficiente para dizer que nós podemos reprovar uma prestação de contas. Por quê? Percebo que houve outras ações ligadas à assistência. É claro que o orçamento – eu já falei isso ontem – o estado tem que rever essa questão do orçamento da assistência, assim como o governo federal também tem. Os municípios têm assumido esse cofinanciamento, tem assumido maior parte do cofinanciamento das ações da assistência social. Agora, eu, particularmente, nem falo de ressalvas, eu digo recomendações. Talvez tenhamos que repensar isso daí na lógica do aprovar com recomendações para que haja uma boa execução financeira dos recursos da assistência. O recurso é pouco, mais um motivo para que possamos gastá-lo. Mais um motivo que possamos aplica-lo. Mas percebo que, muitas vezes, a gente consegue cumprir as metas sem executar. Aí eu quero dar um exemplo, a partir do que eu estou vivenciando: nós optamos por gastar alguns recursos que têm, até então, que gastá-lo até 31/12/2020. Por quê? Porque o recurso do governo federal poderíamos reprogramá-lo. Aqui nós fizemos isso porque senão a gente ia devolver o recurso. Quando abre essa possibilidade de reprogramação, eu penso que a gente tem que ter mais tranquilidade, inclusive, para isso daí. É o que Mariana colocou, quando você reprova as contas, ela vai para tomada de contas. Isso daí – já participei aqui, já fui de comissão de tomada de contas – você

tem que provar muitas questões, tudo isso que foi colocado, gasto errado, desvio de finalidade e vai por aí. É isso, não sei se contribui, mas a reflexão que eu faço é essa daí. Muito obrigada.

PRESIDENTE: Ok, Sandra, obrigada. A próxima inscrita é a Luanda. **LUANDA, FETSUAS/MG:**

Só mesmo para contribuir, já passou um pouco, mas do histórico mesmo, porque eu estava como conselheira, então acho importante resgatar. Em 2018, fizemos uma aprovação no conselho do que foi executado e a gente reprovou a não execução do piso, por ser uma despesa legal e que não pode ser contingenciada e tudo mais. Se a Secretaria Executiva quiser, depois, projetar a resolução e a denúncia que foi feita ao Ministério Público em relação a isso. Só mesmo, a título de observação, que foi pontuado de como é que foi feito. É só essa contribuição mesmo que tenho para dar. **PRESIDENTE:** Ok, Luanda. Tudo bem, obrigada. Eu estou procurando aqui quem é o próximo inscrito. Me perdi um pouco no chat. **CLÁUDIA,**

SEDESE: Acho que sou eu, Patrícia. **PRESIDENTE:** Claudinha, não é? **CLÁUDIA, SEDESE:**

Oi? Sou eu? **PRESIDENTE:** Acho que é mesmo. **CLÁUDIA, SEDESE:** É só uma coisa para reflexão. A gente já discutiu tudo aí. Pelo que eu me lembro, em 2018, não teve reprovação de prestação de contas, não. Teve aprovação com ressalvas em função da baixa execução do piso. Então é o que a Luanda falou, resgatar as resoluções para dar uma olhadinha. Outra coisa que eu acho que a gente tem que refletir é essa fala de ausência de força política. Temos conversado isso no CEAS, na CIB, sabemos que são instâncias que também têm esse viés, que estão sempre olhando essas questões. A CIB sempre fala com a gente, o José Crus está sempre na CIT, Cogemas. Quer dizer, eu não entendi a fala de ausência de força política, tirar em dois anos, recompor um orçamento em que 2018 não houve nenhuma transferência de recurso ao município, nenhuma. Nós não transferimos R\$ 0,01 do Piso Fixo para município em 2018. No ano seguinte conseguimos transferir 44% e agora vamos transferir o piso integral. Eu não entendi onde está a ausência de força política. Temos que lembrar que as ações da fonte 56 são ações de gestão. Obviamente que elas impactam diretamente na execução dos municípios porque são elas que fazem essas capacitações, os materiais, que, aliás, não deixaram de ocorrer, como está comprovada a execução da meta física e que, basicamente, os recursos do FEM são para serviços, são recursos que chegam nos municípios. Eu não entendi onde está a ausência de força política, tirando em dois anos um orçamento de 12% para mais de 80% de execução. É só para refletir mesmo, ainda com essas considerações, o que requer uma reprovação de prestação de contas. Tem 14 anos que eu trago prestação de contas para esse conselho. Tem 14 anos que eu estou no fundo. Eu já vi, sim, aprovações com ressalvas. Eu não me lembro, obviamente não vou ter memória para tanto, nenhuma sequer reprovação de prestação de contas do conselho. É só para refletir mesmo para não tomar uma decisão equivocada. Obrigada. **PRESIDENTE:** Ok, Claudinha. Obrigada. A próxima inscrita é a Mariana, correto? Por favor, Mariana. **MARIANA, SEDESE:** Obrigada. É só para retomar, gente, exatamente esses pontos aqui, que eu acho que a gente tem que ter muita clareza do

que está falando. E, logicamente, conhecimento e objetividade e isso tudo vinculado as nossas responsabilidades. É clareza do que significa reprovação. Eu vou falar isso novamente, clareza do que significa aprovar com ressalvas e não vamos confundir uma aprovação ou apresentação, deliberação sobre prestação de contas de fundo estadual com a questão da luta política pela assistência social. Algumas falas, eu acho que pode acontecer essa confusão com os conselheiros e acho que é normal também que isso aconteça, porque não são todas as pessoas, lógico, que não têm conhecimento, experiência, nem vivência de administração pública e, principalmente, na área de contabilidade, de orçamento e de finanças públicas que é o que nós estamos falando aqui. Entendeu? Eu acho isso extremamente importante. Outra questão muito relevante que a Claudinha falou, quando estamos falando da baixa execução dos recursos do governo federal, que são recursos da gestão, a gente não teve baixa execução nos recursos que impactam diretamente no serviço, na ponta, que no caso é o repasse do Piso e da Casa Lar. São duas coisas que eu queria frisar. Quanto a questão do compromisso político, eu acho bom lembrar que o estado de Minas foi o único estado que utilizou quase 100% de recursos extraordinários da pandemia na assistência social, que foi a criação do Programa Renda Minas. Lembrando também a fala da nossa secretária, quando ela esteve com esse conselho, esteve com o Cogemas: o fato de o governo ter colocado esse recurso na assistência social tem uma grande importância política da assistência social no estado. Demonstra, além do que a Claudinha falou, de estarmos com todos os repasses em dia, demonstra que estamos conseguindo, sim, melhorar nossa gestão orçamentária financeira, a priorização de utilização de recurso na assistência. Nada disso que eu estou falando vai mudar o fato de que estamos passando por um momento de enfraquecimento do Suas, que está vindo principalmente do governo federal. Que nós estamos com vários problemas de pessoal no estado, que a equipe da subsecretaria é pequena para dar conta de atender 853 municípios. Nada disso muda os problemas que nós temos, em momento nenhum estamos fechando os olhos para eles. Agora, a gente tem que saber exatamente o que nós estamos colocando e quanto nós devemos colocar. É isso que eu queria chamar atenção. Obrigada. **PRESIDENTE:** Mariana, obrigada. A próxima inscrita é a Gabriele. **GABRIELE, SEDESE:** Agora a minha fala é rápida. É só para esclarecer, a Luanda também se reportou a 2018, aí eu encontrei a resolução aqui. Em 2018, o conselho optou por fazer duas resoluções separadas, uma de fonte 56 e outra de fonte 71. A Resolução nº 650/2019 aprova com ressalvas o relatório trimestral de atividades do quarto trimestre do CEAS. A ressalva é justamente na execução do Piso Mineiro. A gente não tem histórico nenhum de reprovação, nesse conselho, das contas do Feas. O que tem é, ou aprovação ou aprovação com ressalvas. E aí eu coloquei, claro que vamos achar 'n' jurisprudências sobre esse assunto, mas eu coloquei no *chat* também o que a gente considera como, pela maioria dos nossos recursos serem de fonte 56, coloquei a portaria nº 113/2015, que regulamenta os recursos de cofinanciamento federal. Lá, no art. 35, quando ela fala como

o fundo nacional analisa as contas, aí coloca: I pela aprovação quando estiverem regulares; pela aprovação com ressalvas quando evidenciada impropriedade ou qualquer falha de natureza formal; pela reprovação parcial ou total, quando constatadas falhas que comprometem sua regularidade e que resultem em danos ao erário; e pelo encaminhamento a tomada de contas especial em razão da omissão no dever de prestar contas. Mais uma vez reitero que nenhum desses dois fatos temos nenhum indício de que isso aconteceu. O § 1 fala: “Erros formais ou falhas que incidam sobre o conjunto da prestação de contas, mas não impliquem dano ao erário, não ensejam sua reprovação ou reavaliação, devendo o fato ser comunicado no relatório de atividades do gestor das próximas contas anuais do ordenador de despesas”. Eu acho que esse é o embasamento legal, normativo, inclusive, que o conselho tem para uma aprovação ou uma aprovação com recomendações, como até a Sandra falou. E a recomendação seria no sentido da baixa execução orçamentária e financeira mesmo, então recomenda a melhoria na execução financeira orçamentária dos recursos. Assim que eu entendo pela discussão que fizemos ontem e hoje. **PRESIDENTE:** Ok, Gabi. Obrigada. A próxima inscrição é a do João. Eu não sei se o João não está com algum problema com o microfone ou se caiu, porque ele tinha pedido inscrição. Talvez você esteja falando com o microfone desligado. **CRISTIANO, SEDESE:** Ele está aparecendo aqui na lista, Acho que é problema lá mesmo. **PRESIDENTE:** É, ele se inscreveu no *chat*. Depois dele não temos nenhum inscrito. João, se você estiver com algum problema, digita no chat, está bem? Agora abriu o microfone, João. Pode falar, se quiser. Fechou de novo. Você tinha aberto o microfone e fechou de novo. Tenta dar só um click, porque quando dá dois clicks rápidos, às vezes, abre e fecha. Deixa eu ouvir. Fechou de novo, João. **JOÃO, UNAPIR:** É, está difícil viu. **PRESIDENTE:** Agora deu. **JOÃO, UNAPIR:** Beleza. Não, é só para tirar uma dúvida com a Cláudia com relação a essa questão da baixa execução. Ela falou que já viu aprovação com ressalva. Nós temos esse hábito de fazer isso aqui, tanto no conselho de saúde quanto no da assistência. Eu queria só tirar uma dúvida, Claudinha, é o seguinte: se isso é um artifício legal, porque no meu entendimento aprovamos ou não aprovamos. Com ressalva, eu acho difícil. Eu não consigo entender muito bem isso. No conselho aqui, eu também faço parte da comissão de finanças, do conselho de assistência do município e a gente costuma falar em aprovação parcial: “Ah, vamos fazer isso parcial”. Eu só queria que você me tirasse uma dúvida, é a mesma coisa que aprovar com ressalva? Porque a gente já fez aqui aprovação assim, dessa forma. Agora, com relação à questão do estado, eu não peguei o momento em que você estava falando – eu tive que dar uma saída daqui – era sobre a questão do Piso Mineiro. Eu queria saber qual que é a execução do Piso Mineiro. São só essas duas dúvidas que eu fico, se é legal essa aprovação parcial ou com ressalva e também a questão da execução do Piso Mineiro. E nas demais, já está mais do que catedrático em saber que, se algumas políticas não puderam ser implementadas, alguns recursos não puderam ser gastos em determinadas áreas,

sabemos que a pandemia também contribuiu com isso. Era só para Claudinha me esclarecer um pouco sobre isso. **CLÁUDIA, SEDESE:** Bom, João. Existe aprovação e a reprovação. Eu estou te passando o meu entendimento, a minha vivência. Eu não tenho conhecimento legal. Quem tiver pode até ajudar a gente, mas a aprovação com ressalva, por exemplo, para você reprovar tem que ter irregularidade, o que não é o fato. Mas, eu entendo que se o conselho avaliar que existe algumas considerações que devem ser aportadas ao documento de aprovação, elas têm que ser ditas. Essa questão da baixa execução, se o conselho entende: “Ah, tem baixa execução nessas ações”, vamos levar. Isso não é motivo para reprovar a prestação de contas. Mas, se ela tem que ser transparente em algum documento, é onde que eu entendo essa aprovação com ressalva ou encaminhamentos. Igual eu te falei, eu não sei se dizer essa questão, eu não entendo isso como aprovação parcial também. Eu entendo isso como uma aprovação dizendo, no documento, que esse ponto foi satisfatório, que ele não é motivo para reprovar uma prestação de contas, mas que a gente quer que conste em documento. É isso que eu entendo como aprovação com ressalva ou com recomendações, conforme a Sandra propôs. **SUZANNE, SEDESE:** Claudinha, posso só te interromper? João, isso que a Gabriele colocou no *chat*, a portaria nº 113/2015, do Ministério da Cidadania, que fala sobre exatamente sobre esses feitos que eu estou entendendo que a sua dúvida é nessa. Eu vou ler para você, caso não tenha acesso ao *chat*. O art. 35, fala que as opções são: I – pela aprovação, quando estiverem regulares; II – pela aprovação com ressalvas, quando evidenciada impropriedade ou qualquer outra falha de natureza formal; III – pela reprovação parcial ou total, quando constatadas falhas que comprometam a sua regularidade e que resultarem em dano ao erário; e IV – pelo encaminhamento para tomada de contas especial em razão da omissão no dever de prestar contas. Na normativa, formalmente, existem todas essas opções. **JOÃO, UNAPIR:** Beleza. **CLÁUDIA, SEDESE:** Com relação ao Piso, João, que você perguntou, na apresentação aí já está com percentual de execução porque já pagamos integralmente oito parcelas, está bem? A gente trouxe, o Sávio pediu para a gente trazer, para ver, avaliar a execução também até dezembro. Então a gente também já subiu. A previsão é que a gente execute 100% do Piso Fixo. Eu trouxe no início da apresentação, já conseguimos a liberação da parcela de dezembro. E a Fazenda já sinalizou que vai liberar também a de dezembro. Aquele universo que a gente tinha de dois anos sem pagamento de Piso Fixo, isso não foi repetido agora, está bem? Com certeza, vamos pagar o Piso Fixo integralmente. **JOÃO, UNAPIR:** Está joia. Porque eu não tinha ouvido, quando eu dei uma saída, passou um pouco. Mas, é isso, era para eu entender melhor. **PRESIDENTE:** Obrigada, João. Obrigada, Claudinha, pelos esclarecimentos. Não tem mais nenhuma inscrição no *chat*. Têm vários comentários. Se alguém quiser se inscrever, porque tem muita lei, muita coisa aqui e vai ficar difícil de eu ficar lendo. Se alguém quiser se inscrever, passo a palavra, senão, eu gostaria de passar para as propostas de encaminhamento. Alguma inscrição? Podemos passar para

propostas de encaminhamento? Acho que sim. **SILVESTRE, SEF/MG:** Patrícia, um momento. Eu me inscrevi há pouco e gostaria de dar a minha opinião a respeito disso tudo.

PRESIDENTE: Está bem, Silvestre, por favor. Desculpa, porque teve muita mensagem no *chat* e eu não vi. Pode falar, por favor. **SILVESTRE, SEF/MG:** Eu ouvi as ressalvas. Eu não encontro nenhum argumento isso está merecendo reprovação das contas. Não existe, nessas normativas todas, algum argumento que comprove isso. Eu acredito, eu vi, eu enxerguei que existem ressalvas a serem colocadas, no máximo isso. Eu sou pela aprovação com ressalva, mas jamais reprovação porque não enxergo nenhum argumento nesse sentido. É isso que eu quero falar. Obrigado.

PRESIDENTE: Ok, Silvestre. Obrigada. Tem mais alguém inscrito que eu não vi a inscrição, gente? Por favor, Gabi. **GABRIELE, SEDESE:** Patrícia. Se puder, só para registrar em ata uma fala da Luana, no *chat*, que acho importante. A Luana representa a Secretaria de Planejamento de Gestão. Gostaria de fazer só um adendo sobre a questão da LOA que foi citada há pouco. Acho que foi na fala da Natália. Ela é uma lei autorizativa e não impositiva. Acredito que isso não cabe como base para reprovar prestação de contas. Só para registro em ata dessa fala também.

PRESIDENTE: Ok, está registrado. Temos duas propostas de encaminhamento. Eu quero ver se a gente tem inscrição para mais alguma proposta. Eu me inscrevo aqui. Retomando um pouco as discussões, a gente tem lei que dispõe de orçamento financeiro da assistência, a lei orçamentária (áudio ruim) [01:39:34] anual, Feas 2020. O governo transferiu os recursos e o estado não gastou, os federais. Essa questão da suplementação do saldo financeiro, o governo arrecadou impostos e não executou a lei orçamentária para a área da assistência social, baixa execução, não é? E que isso traduz em um pouco de falta de prioridade para assistência social, sabe? Em tempo de pandemia que os usuários mais precisam, que a assistência mais precisa. Eu sinto que, quando a gente aprova uma prestação de contas com baixa execução, mesmo com uma meta física alcançada, a ação 'x' teve 200% meta, mesmo gastando 5%. Eu estou dando um exemplo, está gente? Isso para mim diz que não precisa, que tudo bem, que não precisa de curso para fazer a assistência social. Conversando com outras pessoas que têm conhecimentos, experiência de gestão, vamos discutindo as propostas, amadurecendo e apareceu essa proposta que eu fui porta-voz, de aprovação de duas ações. Gostaria que a Secretaria Executiva voltasse na minha proposta, mas (áudio ruim) [01:40:52] a Sandra, as ponderações que foram feitas ao longo das discussões, no encaminhamento que eu encaminho é de aprovação da ação da Casa Lar, do Piso Mineiro, daquela da proteção especial de média complexidade e as outras duas que a Sandra falou, que é do Piso Variável e a outra esqueci o nome agora. Se a Sandra puder me lembrar aqui.

SANDRA, CMAS MONTES CLAROS: Teria que abrir a planilha porque é uma ação que já está contemplada. Nem sei, inclusive foi a Mariana mesmo que colocou que ela está contemplada. Poderia abrir a planilha?

PRESIDENTE: Está contemplada dentro da outra, não é?

SANDRA, CMAS MONTES CLAROS: É.

PRESIDENTE: Não lembro o nome.

SANDRA, CMAS MONTES CLAROS: Eu coloquei o número dela, da ação, mas ela (áudio ruim) [01:41:51] se puder abrir a planilha. **MARIANA, SEDESE:** Suzanne. A apresentação está com a Suzanne. Eu vou escrever no chat uma proposta de encaminhamento porque, pelo que eu entendi, a Patrícia continua insistindo na reprovação. Só que eu não entendi os fundamentos. Eu vou apresentar a proposta de aprovação com recomendações. Eu vou escrever no chat, obrigada. **PRESIDENTE:** Mariana, enquanto a Secretaria Executiva vai pegando a numeração para formular direitinho a proposta de encaminhamento, a gente entende essas sugestões, essas falas que foram feitas das motivações de prestação de contas. Só que é importante lembrar também a ação política enquanto Conselho Estadual de Assistência Social porque temos, com certeza, (áudio ruim) [01:42:47] todas as contas que são reprovadas, talvez abre uma tomada de contas especial, às vezes nem chega nisso. Mas o Tribunal de Contas ou o órgão competente analisa se há desvio de finalidade, se há uma malversação do recurso público, enfim, vários termos que já foram falados ao longo da discussão. Só que o CEAS também é um espaço político e a gente vê em muitos conselhos em que há reprovação por baixa execução. No demonstrativo físico financeiro do MDS mesmo tem uma pergunta impeditiva de aprovação, que é aquela: “Cumpriu os princípios da administração pública? LIMPE, eficiência”. Já vimos vários conselhos reprovando porque não foi eficiente, porque teve baixa execução de custo. Muitas vezes uma reprovação de um conselho, isso acontece em muitos conselhos, pode ser de âmbito político. Mesmo que um Tribunal de Contas verifique é na legislação não tem. Porque quando a gente aprova que executou 5%, estamos dizendo assim: “Olha, tudo bem não ter recurso para isso, que a gente consegue executar essa ação sem recursos”, sabe? Então não precisa priorizar a assistência. Às vezes, a gente sente isso. Falando muito humildemente mesmo, como trabalhadora. E temos que pensar que tem desmonte no Suas, no âmbito federal e que nós não podemos deixar que ocorra um sucateamento em Minas Gerais. Eu apresento, sou porta-voz dessa proposta, considerando que é importante sim a execução financeira. O valor global aí, aprovando essas cinco ações, é um percentual da execução muito grande. E a gente mantém essa proposta que pode ou não ser aprovada, mas, de qualquer forma, seguimos com essa proposta de encaminhamento para votação. Deixa eu ver se a Secretaria Executiva conseguiu pegar o nome certinho dessa proposta. **MARIANA, SEDESE:** Então a motivação é política, é isso que você está me dizendo? **PRESIDENTE:** É, porque se não prioriza a assistência social e tem uma baixa execução de recursos, não podemos aprovar que tem uma baixa execução de recurso na Política de Assistência, sabe? Temos que olhar todas as dimensões mesmo porque, em nenhum momento, falamos que houve desvio de finalidade, desvio de função, mas não houve uma priorização da assistência social. E aí, quando o conselho (trecho incompreensível) [01:45:27] a gente já viu muitos conselhos... **MARIANA, SEDESE:** Mas, então vocês não estão entendendo os conceitos e eu acho que está faltando clareza é na atribuição, na

responsabilidade do que nós estamos fazendo aqui, porque prestação de contas é isso.

PRESIDENTE: Ok, Mariana. Então vamos seguindo para os encaminhamentos, a discussão já encerrou. Agora, a Mariana anotou aqui a proposta de encaminhamento. **CRISTIANO,**

SEDESE: Encerrou? Encerrou as discussões? **PRESIDENTE:** Não, eu vou indo para as propostas. Lembra que eu falei: “Tem mais alguma inscrição? Tem mais alguma inscrição?”

Podemos reabrir o debate sempre. **GABRIELE, SEDESE:** Eu não ouvi. **PRESIDENTE:** Como

vocês sempre pedem objetividade, objetividade, desde a hora que o João estava falando, mas a gente reabre aqui toda hora, está bom? E assim, se possível, encaminhando para os encaminhamentos. Mas, enquanto tiver inscrições, a gente pode abrir para poder qualificar o debate. Mas eu queria resgatar o que a Mariana tinha escrito para falar a proposta de encaminhamento, que eu já tinha apresentado uma e ela estava também. Não sei se a

Secretaria Executiva já pegou. Eu sigo com a nova ordem de inscrição. Secretaria Executiva conseguiu pegar, porque a Mariana falou que iria digitar. Mariana digitou. A próxima inscrição é da Suzanne? **SUZANNE, SEDESE:** Cristiano. **PRESIDENTE:** Eu estou vendo aqui 15h16min,

Suzanne; 15h16min inscrição Cristiano, 2 Suzanne. Para mim apareceu aqui a Suzanne primeiro, mas, Cristiano, por favor. **CRISTIANO, SEDESE:** Eu sei que a gente já está partindo

para os encaminhamentos e que é importante ter objetividade, mas é porque o assunto é realmente muito sério. Temos que estar muito conscientes do que é estamos fazendo, porque é assim, eu falo enquanto conselheiro e falo como trabalhador da gestão. Sou responsável por uma superintendência de proteção social especial que lida com a média e a alta complexidade.

Uma parte boa dessa prestação de contas tem a ver com isso e eu queria só lembrar o seguinte: primeiro, que fazer dessa forma, aprovando uma parte e reprovando outra, eu não entendi. Porque, para mim, é a prestação de contas que está sendo analisada e não as ações em separado. Se em algumas ações, como está claro para todos nós aqui, de todos os argumentos que vocês estão colocando, pelas palavras da Patrícia, de que há necessidade e a gente concorda de que há necessidade de melhoria, como a própria regulamentação que a Gabi falou e que a Suzanne falou, dá esse indicativo de que as ressalvas existem para isso. As

recomendações existem para isso. E eu discordo, sabe, Patrícia, de que a reprovação de algumas ações pode servir como um recado político da necessidade de valorização do orçamento, do financeiro, da assistência social. Eu discordo de que isso pode ser um sinal. O

sinal político que será dado, será outro. Eu acho. E é muito sério isso porque a gente tem feito, falo também como trabalhador da gestão, o esforço que temos feito é muito grande para conseguir garantir uma série de ações que precisam ser melhoradas. Precisamos melhorar, sabemos disso, mais vários exemplos que a gente deu hoje demonstram a força que a Política de Assistência Social em Minas Gerais tem. Nós não estamos no pior cenário do Brasil. A

Mariana deu um exemplo de uma negociação interna, que houve no governo, recursos que iriam para saúde da Lei nº 173, foram quase a totalidade para a assistência social, para um

programa gigantesco de transferência de renda para pessoas em extrema pobreza, repasses para os municípios. Tudo isso foi feito com muito diálogo junto com o Cogemas, junto com a Comissão Intergestores Bipartite, sempre com transparência, com diálogo. Em momento nenhum – eu falei isso antes – nos furtamos de fazer o diálogo, pelo contrário, várias das propostas que foram levantadas nessas instâncias foram dialogadas. Existe hoje, dentro do governo, a assistência social tem um papel muito importante. A gente viu isso ao longo do ano. Precisa melhorar, mas a gente já deu várias sinalizações. O piso é um outro exemplo disso. A gente retomou o pagamento integral do Piso, também um esforço conjunto. O nosso papel aqui, de controle social, é um papel muito importante e é feito em conjunto, tanto que é formado por sociedade civil e por representantes governamentais, do governo do estado e dos conselhos municipais de assistência social. De novo, eu queria chamar a atenção para isso. Para mim, a temos duas situações: ou reprova a prestação de contas ou aprova a prestação de contas, ou aprova a prestação de contas com recomendações ou ressalvas. Todos esses pontos que vocês falaram aí, se a justificativa é política para reprovar algumas ações – coisa que eu nunca vi, tudo bem que vai para votação, vamos votar aqui – mas, fizemos um esforço nas últimas reuniões que foi muito bacana da chegar em consensos. Quando o conselho consegue chegar em consensos é tão legal. Eu acho que demonstra uma força democrática de diálogo, de abrir mão de uma coisa, abrir mão de outra. Acho que caminhar para o consenso demonstra uma força política muito maior do que reprovar algumas ações. Sabemos das nossas falhas, de tudo que precisamos melhorar. Isso está descrito em todos os relatos que foram feitos ontem e hoje. Isso já gera uma recomendação gigante e muito importante. Isso em si já é um sinal político importante que o CEAS dá para o governo. Mas, eu acredito que se o objetivo é reprovar algumas ações por uma questão política de sinalizar a importância da assistência social tem – isso, sinceramente, eu falo como servidor, como trabalhador, superintendente de uma superintendência dentro da Subas – que isso realmente traz para a gente uma... Eu fico um pouco preocupado, para não dizer outras palavras, mas aí eu não vou entrar para esse lado porque não faz sentido. Eu queria só deixar isso, essa preocupação. Gosto muito de participar desse conselho, acho que é um exercício de cidadania muito legal. E o exercício da política, dentro do conselho, é fundamental também e a política é feita disso. Quando conseguimos chegar em um consenso, acho que é muito bom. Eu solicito a todos vocês, conselheiros, solicito a você, Patrícia, hoje Presidente deste conselho, que a gente consiga chegar em um consenso para conseguir fazer dessa forma, porque o sinal político disso é muito maior. A força política disso é muito maior, pode ter certeza. Obrigado.

PRESIDENTE: Ok, Cristiano, obrigada. Temos Suzanne, Sandra e Gabriele. Vou passando a inscrição e vou pedir aos conselheiros se inscreverem à medida das falas e, quando encerrar a fala da Gabriele, encerramos a discussão e passa para os encaminhamentos. Pode ser assim? Para ficamos atentos para voltar a fazer as inscrições aqui. Por favor, é a Suzanne. **SUZANNE,**

SEDESE: Boa tarde, gente. Eu não sou conselheira (áudio ruim) [01:53:37] pessoa formada em administração pública. Ouvi muitas falas falando de princípios da administração pública, eu vou chamar a atenção a uma em especial, que é o princípio da razoabilidade e vou pegar dois exemplos. O primeiro é: falas dizendo que parece que o recurso não é importante para assistência social. Vou dar dois exemplos: o governo de Minas Gerais recebeu um recurso da Lei Complementar nº 173, que o governo poderia escolher, foi uma escolha política de alocar esse recurso ou na saúde ou na assistência social. Desse recurso que a gente recebeu, 93% foi para a assistência social. Esse recurso gerou essas parcelas extraordinárias que foram passadas aos municípios, com base no recurso do valor do Piso Mineiro. E foi com esse recurso que a gente conseguiu operacionalizar o Programa Renda Minas, que o Elder apresentou de manhã os números, 900 mil famílias atendidas em Minas Gerais. Eu me preocupo de ver a razoabilidade de dizer que não houve uma escolha política do governo de Minas Gerais em priorizar a assistência. A segunda questão é: parece que o recurso do governo federal não é importante, para Sedese, porque não foi executado. E eu vou chamar mais uma vez a atenção ao plano de aplicação de recursos aprovado por este conselho na Resolução nº 690/2020. Se quiser eu posso projetar, mas nesse plano de aplicação está escrito literalmente que várias dessas despesas com fonte do governo federal eram despesas com viagens, despesas com diárias, despesas para capacitações presenciais, despesas para locação de espaços para capacitações presenciais. De novo, vou chamar o princípio da razoabilidade e dizer qual é a razoabilidade de ter executado esse recurso com ações presenciais diante de um cenário de restrições às aglomerações, restrições às ações presenciais. Essa é a minha fala. Como eu falei, eu não sou conselheira. Estou falando como pessoa formada em administração pública. É isso, obrigada. **PRESIDENTE:** Obrigada, Suzanne. Fique à vontade para se inscrever. Os participantes, os ouvintes sempre têm direito a voz. E a próxima inscrita é a Sandra. **SANDRA, CMAS MONTES CLAROS:** Eu me senti contemplada em várias falas, principalmente na última fala, que foi da Suzanne. Me senti contemplada e eu quero dizer o seguinte, (trecho incompreensível) [01:56:14] não tem como aprovar os itens e outros itens serem reprovados, não. Vou nessa linha da reflexão do Cristiano. Já tinha feito a proposta de aprovar fazendo algumas recomendações e a Mariana fez a proposta aí e, penso que depois das falas, que têm duas propostas e encaminhar para votação. Obrigada. **PRESIDENTE:** Ok, Sandra, obrigada. A próxima inscrição é da Gabriele. Enquanto ela estiver falando, vamos se inscrevendo para a gente encaminhar para votação. Está bom? Gabriele, por favor. Depois dela a Natália já está inscrita. **GABRIELE, SEDESE:** Acho que também fui contemplada bastante na fala da Suzanne e da Sandra. Também, a minha inscrição era justamente para entender a proposta de encaminhamento. Se estamos apreciando a prestação de contas de três trimestres, se cabe aprovar uma ação e não aprovar a outra. A matéria de discussão é a prestação de contas de janeiro a setembro de 2020, então

concordo com o que o Cristiano e com o que a Sandra ressaltou agora. A minha proposta de encaminhamento está contemplada na proposta dois, é uma aprovação com ressalva, aprovação com recomendações, da forma que esse conselho achar mais pertinente, mas eu entendo, foi até registrado isso em ata, foi dito uma reprovação por motivo político. Precisamos tomar bastante cuidado, o nosso compromisso é ético, técnico e político. Somos seres dentro das políticas públicas, que atuamos nesse sentido. Mas, eu reprovar uma prestação de contas porque eu consegui executar, então eu volto na 4129... Eu tinha pactuado, eu tinha deliberado que eu ia gastar o recurso com ação presencial. Eu tenho um decreto, uma lei nacional, um decreto estadual que fala que eu não posso fazer ações presenciais por causa de uma pandemia de amplitude mundial. Isso está no plano de aplicação de recurso que o conselho aprovou. Eu executo a ação, eu me reinvento, redesenho, replanejo a ação, executo com qualidade com uma plataforma de educação à distância, que custou zero reais para a política pública. É uma inovação eficiente para política pública, ou seja, eu respeitei os princípios da legalidade, da moralidade, da eficiência, que a Patrícia até mencionou. Eu queria que isso ficasse bem claro, registrado em ata, quais os conselheiros – no caso, a proposta quem trouxe foi a Presidente Patrícia – os motivos de reprovação da 4129. Isso precisa estar registrado em ata porque, realmente, fere os princípios da administração pública, fere o que estamos dizendo do que é o conceito de reprovar ou aprovar. Eu acho que, na hora de propor o encaminhamento, a gente tem que ter clareza e dar clareza para os conselheiros, que esse é um encaminhamento legalmente e razoavelmente também aceitável para todos os conselheiros. Para colocar uma proposta dessa em votação, eu acho então discrimina ação por ação. A 4129 será reprovada por quê? Porque isso precisa estar bem claro, porque não faz nenhum sentido. Inclusive, o conselho solicitou para a gente um curso de gestão financeira e orçamentária, que a gente foi lá e prontamente elaborou e ofertou na plataforma de educação à distância. A gente elaborou 'n' materiais, recomendações de orientação técnica. Se essa ação é reprovada, não faz sentido. A nossa atuação, então está toda equivocada. Inclusive, até por deliberações, por recomendações do próprio conselho durante o ano. Eu acho que isso precisa estar bem claro. Não é assim: “Eu aprovo a ação ‘x’ e ‘x’” e as que você está reprovando? Qual que é a motivação técnica, legal e política? Foi dito aqui que é uma reprovação política.

PRESIDENTE: Obrigada, Gabi. Só lembrando que não foi política partidária. A Gabi não disse isso não, mas às vezes pode ter aí uma confusão. Nem filiada sou e nunca fui na minha vida, graças a Deus. É uma questão de que a Política de Assistência Social precisa de ter recursos e a baixa execução, que foi o que eu disse ao longo das discussões. Na fala da Gabi, encerrou a inscrição. A próxima é da Natália e a última é do Lucas. **NATÁLIA, FEAPAES/MG:** Só também reforçar um ponto que eu gostaria de ter trazido. Foi observado um valor de R\$ 2.407.128,00 de suplementação no orçamento, oriundo da FNAS. Quando a gente fala da questão da vontade política é com base no orçamento. Claro que tiveram outras ações ao longo do ano,

mas precisamos ter em mãos aqui o orçamento, que é o instrumento que estamos analisando. Então, de fato, quando não se usa, não faz uso do recurso, ou, de fato, você não precisa dele ou há uma interpretação de que não há um investimento naquela política. E reforçar o papel do CEAS também enquanto defesa da Política de Assistência Social que foi isso que a Patrícia colocou aqui anteriormente à minha fala. Queria aproveitar a minha inscrição porque eu não me sinto esclarecida em relação aos mecanismos de aprovação ou de reprovação do orçamento, apesar de terem colocado aqui diversos argumentos. Eu ainda não me sinto esclarecida, nem à vontade para fazer esse tipo de votação. Não sei se a Secretaria Executiva ou alguém poderia apoiar de forma mais clara, em relação a isso, porque eu acho que é um elemento importante para que os conselheiros possam dar encaminhamento para essa análise da prestação de contas. Tem uma questão, acho que algo nos faz questionar é justamente essa questão da defesa da Política de Assistência Social e que já foi colocado aqui pela Mariana, talvez, há confusão disso na análise da prestação de contas. Como conselheira, eu não me sinto esclarecida em relação a esses critérios de votação. Se alguém puder apoiar em relação a isso, por favor. **PRESIDENTE:** Ok, Natália. Obrigada. Eu vou passar a fala para o Lucas e, em seguida, vou abrir a fala para uma ou duas pessoas darem esclarecimentos para conselheira. Lucas, por favor. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Obrigado pela palavra, Presidente. Eu ia trazer um pouquinho dessa questão, no meu entendimento, sobre essa aprovação que a Natália até solicitou. É de costume o termo aprovação quando estiver cumprida toda regularidade do trâmite, verificado todos os princípios de administração pública, a LIMPE e diversos outros princípios. A aprovação com ressalva, é quando resta verificar regularidade dos atos, mas que há algumas determinadas situações que precisam ser melhoradas e pela reprovação quando não se verifica a presença do cumprimento desses princípios e dos preceitos legais. Em tese, é essa a visão geral e legal, jurídica também, da aprovação parcial e a reprovação. Esse aí é o conceito mais técnico possível. Voltando à minha fala, eu queria pontuar o seguinte: que estamos analisando um documento fechado e eu acredito que não caberia uma análise de ações em específicos, em separado. Se assim o fosse, o próprio órgão que presta contas, apresentaria as ações em separado e não um documento em si. Nós estamos analisando aqui um documento fechado, em que estão previstas todas essas ações e toda execução financeira e orçamentária. E, nesse sentido, lembrar também que da mesma forma que se cobra uma visualização e respeito de princípios da administração pública por parte do governo, nós também, enquanto conselheiros, órgão de conselho que, querendo ou não, caracteriza-se por uma entidade pública, nós também devemos nos ater aos princípios da administração pública: legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade. Da mesma forma que exigimos isso do governo, nós também estamos sujeitos a esses princípios. Querendo ou não, se a gente faz um encaminhamento... Na verdade, toma uma decisão que possa ferir esses princípios, futuramente podemos ser

responsabilizados porque, querendo ou não, a lei de responsabilidade fiscal não é só para o gestor, mas também até do órgão que aprova. A lei de responsabilidade é para todos que têm poder de decisão. É importante evidenciar isso, que se a gente vota de uma maneira errada, querendo ou não, futuramente a gente pode ser responsabilizado por esse ato de que não visualiza esses princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, dentre outros princípios que regem a administração pública. Não estou falando isso tirando isso da minha cabeça. Podemos verificar isso no Regimento Interno, no próprio código de ética. É só mesmo lembrar para a gente ter um pouco mais de cautela e certeza na hora de externar o nosso voto, independente do encaminhamento que for dado. Claro que temos dois já externados, mas é justamente isso: ter essa compreensão de que esses princípios também regem as nossas decisões. Por mais que sejamos órgão que tem essa característica política e de cobrança da Política de Assistência Social, nós também estamos sujeitos a esses princípios da administração pública. Obrigado, Presidente. **PRESIDENTE:** Ok, Lucas, obrigada. Me perdi um pouco na inscrição. O Lucas era o último inscrito. A Natália pediu um esclarecimento. A Luanda também disse que não entendeu bem o que o Lucas disse, para ele explicar melhor. Alguém gostaria de fazer o esclarecimento que a Natália pediu? Secretaria Executiva? Mais alguém? **GABRIELE, SEDESE:** Patrícia, talvez, a fala do Lucas tenha esclarecido a Natália, porque ela falava dos conceitos. Perguntou dos conceitos de aprovação, reprovação. Se a fala do Lucas não tiver esclarecido, eu posso falar novamente. Eu trouxe o texto da Portaria nº 113/2015 do Ministério da Cidadania. **PRESIDENTE:** A Luanda pediu para o Lucas explicar melhor o que ele disse. Não sei se o que o Lucas disse contemplou a solicitação de esclarecimento da Natália, mas vou pedir para o Lucas discorrer um pouco mais sobre a última fala. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Eu acho que é mesmo o que eu disse. Os mesmos princípios que a gente cobra do governo, de legalidade e impessoalidade, também estamos sujeitos a eles. É isso. Temos que ter cautela e certeza na nossa decisão quando a gente for fazer esse voto. É isso. **PRESIDENTE:** Natália está esclarecida? **NATÁLIA, FEAPAES/MG:** Bom, aqui, pelo que a Gabriele colocou... Não, não sei. A Suzanne colocou o art. 35, da Portaria nº 113. Ela coloca no chat que pela reprovação parcial ou total, quando constatadas falhas que comprometam sua regularidade e que resultem em dano ao erário. Gera uma amplitude de interpretação que eu acho que também dificulta a própria análise e gera, inclusive, uma insegurança em relação à própria votação. Mas, enfim, acredito que a gente possa encaminhar para a votação, Patrícia, a partir disso. **SUZANNE, SEDESE:** Natália, eu só sugiro que você leia o parágrafo primeiro, que ele fala de questões que não ensejam reprovação. É porque eu mandei logo depois. **PRESIDENTE:** Vou fazer a leitura aqui. “§ 1º Erros formais ou falhas que incidam sobre o conjunto da prestação de contas, mas não impliquem...” /Não, espera aí. Lê para nós, Suzanne. Eu me perdi porque o *chat* fica pequenininho aqui. Eu me perdi. Lê para nós, por favor. **SUZANNE, SEDESE:** Claro, Patrícia.

O art. 35 tem um § 1º que diz: “Erros formais ou falhas que incidam sobre os conjuntos da prestação de contas, mas não impliquem em dano ao erário, não ensejam sua reprovação ou reavaliação, devendo o fato ser comunicado no relatório de atividades do gestor nas próximas contas anuais do ordenador de despesas”. **NATÁLIA, FEAPAES/MG:** Eu acho que nós, enquanto conselheiro mesmo, vou dizer aqui porque não temos uma análise jurídica que nos subsidie para algum tipo de decisão mais embasada pela lei e temos que fazer uma análise muito fria do que está sendo colocado ali, sem uma reflexão maior e isso dificulta. Acredito que o CEAS tendo um apoio jurídico, também para nos auxiliar a interpretação, e como isso poderia ser enquadrado ou interpretado, porque a lei permite alguns tipos de interpretação que levam a dúvidas também. Mas, enfim, como nós também não dispomos desse apoio jurídico no momento, precisamos de tomar decisão com as informações que nós temos. Eu acho que é o que é possível de ser esclarecido até o momento. Dessa forma, o que nos resta seria o encaminhamento para votação. **PRESIDENTE:** Conselheiros, as inscrições foram encerradas na fala da Gabriele. A última inscrição era do Lucas. Abrimos de novo para inscrição para tratar dessa pauta da Natália, para esclarecer se enseja ou não reprovação, enfim. A Mariana e a Sandra estão querendo inscrever. Se for para esclarecer essa dúvida da Natália, beleza, se não, podemos encaminhar para votação? Estou vendo aqui que a Mariana: “Ok, tudo bem” e a Sandra sugeriu encaminhar para votação. Ok, finalizada. Vamos para os encaminhamentos. Deixa eu ler aqui o que a Rosa escreveu: “Proposta de encaminhamento. Aprovar as ações: Casa Lar, ação 4130 da proteção especial de média complexidade, ação 4534 - Piso Mineiro de Assistência Social Variável e a 4533 - implantação e manutenção de serviços regionais de média... Está faltando a do Piso Mineiro, não está, não? Não, está aí o Piso Mineiro. Porque são cinco, eram três: que era o Piso Mineiro, Casa Lar e eu tinha falado originalmente, Piso Mineiro, Casa Lar... **NATÁLIA, FEAPAES/MG:** Não é o Piso Variável, Patrícia? Não sei. **PRESIDENTE:** Eu tinha falado primeiro. Gente, acho que estamos precisando de beber água para lembrar. Piso Mineiro, Casa Lar que teve boa execução. Ah, está bem, média e alta complexidade que foi aquela que a Claudinha falou que é de pagamento de pessoal, que vai ter uma... Tem mais coisas, mas que vai ter uma execução melhor. Tinha essas três, depois eu agreguei na proposta para aprovar as duas ações que a Sandra falou, que foi a do Piso Variável. **ROSA, SEDESE:** Patrícia, as propostas da Sandra (trecho incompreensível) [02:14:18] 4533 e a 4534. A 4533 que foi pela 413... Agora eu esqueci. A 4533 que foi pela ação 4130, que ela falou que tinha esquecido qual era o número de uma, que foi pela outra. **PRESIDENTE:** Então são quatro? **ROSA, SEDESE:** É. **PRESIDENTE:** Uma que eu já tinha falado. **ROSA, SEDESE:** É, você já tinha falado o Piso Mineiro e ela também falou o número. Só que ela falou o número e você a ação, aí eu só substituí. **GABRIELE, SEDESE:** Patrícia, na minha fala eu sugeri isso, que precisa estar bem esclarecido para votar. Vai ter que listar qual ação que está aprovada e qual está reprovada. **PRESIDENTE:** Isso mesmo, Gabi. Tem algum

lugar que dá para copiar e colar, para ficar mais fácil? As outras, que seria a proposta de reprovação, a sugestão é de reprovação pela baixa execução, considerando aí a necessidade de recursos para execução da Política de Assistência. A Sandra falou que tem uma proposta de aprovar com recomendação, que é a segunda proposta. Eu até tinha até comentado no chat, não sei se a Gabi viu, é a proposta também listar as recomendações. **MARIANA, SEDESE:** Já está escrita a recomendação. **GABRIELE, SEDESE:** Já está (trecho incompreensível) [02:15:51]. **PRESIDENTE:** É bom que depois a Rosa só copia. **ROSA, SEDESE:** Não, já está na proposta. Aqui, recomendação: melhorar a execução orçamentária financeira do Feas com aplicação de recursos e execução. A Mariana já fez a proposta completa. Está na proposta dois: aprovação da prestação de contas de todas as ações orçamentárias com recomendações para a gestão estadual. Recomendação: melhorar a execução orçamentária e financeira do Feas com aplicação de recursos. **PRESIDENTE:** Eu estou ceguinha, está bem, gente? Vamos lá. Aprovar as ações Casa Lar, que é a ação 4130. Proteção social especial de média complexidade, que é a ação 4534. Piso Mineiro de Assistência Social, acho que não está com o número da ação que é do Piso Mineiro. E tem a outra ação que é Piso Variável. **ROSA, SEDESE:** Posso ler para você? **PRESIDENTE:** São duas ações aí. Pode, por favor. **ROSA, SEDESE:** A sua proposta era aprovar ações Casa Lar. Aprovar a ação 4130, que é a Proteção social especial de média complexidade. A ação 4534 que é Piso Mineiro de Assistência Social Variável, Piso Variável, e a ação 4533 que é implantação e manutenção dos serviços regionais de média complexidade. E reprovação de outras, devido à baixa execução, considerando a necessidade de recursos para Política de Assistência Social. Porque eu coloquei o número da ação e o nome dela na frente e faltou colocar o número das ações da Casa lar, que não deu tempo de achar. **SUZANNE, SEDESE:** Rosa, a ação da Casa Lar é a 4131. O nome dela é proteção social especial de alta complexidade. **ROSA, SEDESE:** Repete para mim, Suzanne. 41... **SUZANNE, SEDESE:** 4131, o nome dela é proteção social especial de alta complexidade. Faltou mais alguma ou era só essa? **ROSA, SEDESE:** Era só essa que faltava a numeração. A outra ação que vocês estão aprovando é o Piso Mineiro? O Piso Mineiro, Patrícia, que vocês estão aprovando? **SUZANNE, SEDESE:** Por enquanto está a proteção de alta, proteção de média, Piso Variável, implantação e manutenção de serviços regionais. São essas. Tem mais alguma, Patrícia? **ROSA, SEDESE:** Pois é, esse Piso Mineiro. Eu acho que dessa forma vai ficar (trecho incompreensível) [02:18:57] de visualizar. **PRESIDENTE:** Fica um pouco confuso, mas está melhorando. Eu estou vendo no chat, o Lucas perguntou quais as implicações da rejeição. **GABRIELE, SEDESE:** Eu acho que quem está propondo a reprovação tem que responder essa pergunta. **PRESIDENTE:** É, a Joana colocou: “suspensão de recursos federais, o que traz mais prejuízos para à assistência social”. Aí, realmente, foi importante o Lucas ter ponderado essa questão para pensarmos também, fazer uma conta mais esclarecedora. É claro que é importante ter

recursos para a assistência social, é importante ter uma boa execução financeira. Só que também não queremos que tenha devolução de recursos para o governo federal. Então, talvez – não sei o que é os conselheiros acham – tirar o ponto de pauta para ter uma consulta mais esclarecedora. **GABRIELE, SEDESE:** Eu acho que tem outra proposta, Patrícia. Essa não é a única proposta de encaminhamento. Eu acho que a gente votaria a segunda proposta de encaminhamento e se ela não for aprovada, aí sim. **MARIANA, SEDESE:** Eu queria sugerir também que, se a proposta dois não for aprovada, que abra o tempo para vocês fazerem a pesquisa necessária. **PRESIDENTE:** Não, o que eu estou pensando? Poderia alterar a proposta de encaminhamento um para fazer uma consulta e deliberar a prestação de contas do quarto trimestre junto, e fazer essa consulta em relação aos prejuízos para assistência social, caso houvesse uma reprovação. Isso poderia ser uma proposta um e a proposta dois segue como está. A proposta um retiraria e viraria consulta em caso de reprovação, quais os prejuízos. Deixa eu ver o chat. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Patrícia, questão de ordem. **PRESIDENTE:** Sim, Lucas, por favor. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Quando a gente faz o encaminhamento, não pode encaminhar no seguinte sentido: se essa proposta for reprovada, faz isso. A proposta tem que ser aprovada ou não. Reprovada, ela é excluída. Não existe uma condicionante a ser colocada em um encaminhamento. Ele tem que ser direto. Se é pela rejeição, é pela rejeição. Se é pela aprovação com ressalva, é pela aprovação com ressalva. Se é pela rejeição, é pela rejeição. A gente não pode encaminhar com uma condicionante, não. **PRESIDENTE:** É. Acho eu não me expressei, já estou um pouco cansada, com sede aqui. Estou até suada. Eu estava pensando e falando, ao invés de apresentar certinho. A proposta seria retirar de pauta, retirar a proposta de encaminhamento um, de reprovação. E a proposta seria retirar de pauta e fazer uma consulta sobre os prejuízos de uma reprovação. Entender melhor isso. E voltar para a pauta tudo junto, com o quarto trimestre. Como eu apresentei, eu acho que posso retirar a proposta um. **SANDRA, CMAS MONTES CLAROS:** Patrícia, eu posso falar? **PRESIDENTE:** Sim, por favor, Sandra. **SANDRA, CMAS MONTES CLAROS:** Gente, olhem só, eu vou chamar a atenção para nós, conselheiros. Nós estamos há um tempo discutindo essa questão. Várias pessoas falaram, inclusive tentando esclarecer questões da proposta de reprovação de algumas ações. Houve outra proposta, com outra proposta sendo colocada. Eu, Sandra, me sinto suficientemente esclarecida para votar. Eu penso que nós, enquanto conselheiros, precisamos assumir essa responsabilidade aqui. Tem uma prestação de contas de três momentos do ano para votar. Fizemos toda uma discussão, esclarecemos, pontuamos, pusemos mais uma ação. E aí, a gente vira e coloca que não está suficientemente esclarecido para votar? Tem várias propostas, eu penso que agora é o momento de votação. **PRESIDENTE:** Ok, Sandra, obrigada. É que essa pergunta que o Lucas fez me chamou atenção, deu esse receio. Que se tiver que devolver o recurso estadual para o governo federal em um caso de reprovação, isso também é

complicado. Por isso que eu retirei a proposta de reprovação. O Lucas está colocando no chat que tem prazo para isso. Aí a gente tinha que pedir para a Secretaria Executiva um apoio no Regimento Interno, porque eu lembro que fala que vamos deliberar no final de cada exercício a prestação de contas. **MARIANA, SEDESE:** Patrícia, na verdade, os prazos já estão vencidos porque o conselho pediu, no início do ano, para não fazer apreciação do primeiro trimestre porque entrou na pandemia. No segundo trimestre também não foi feito, também não sei se foi por pedido do conselho ou porque houve a troca mesmo, aqui na subsecretaria. Aí deliberamos na reunião de outubro, salvo engano, que faríamos os três trimestres agora porque o nosso prazo, na verdade, já está vencido há muito tempo. A aprovação é por trimestre e o acúmulo dos trimestres foi devido à pandemia. **ROSA, SEDESE:** Patrícia, só esclarecendo. No Regimento Interno, a aprovação da prestação de contas é trimestral, que é o que a Mariana falou. O conselho solicitou, por causa da pandemia, acreditando que ia voltar uma reunião presencial. O CEAS, dentro do Regimento Interno, a deliberação da plenária foi essa. Foi dar um prazo maior para essa deliberação. E, quando chegou em dezembro, foi feita essa dos três trimestres. **PRESIDENTE:** Ok. Lembrando mesmo que foi uma deliberação que a gente queria fazer uma apreciação presencial. Então, gente, a Sandra está aqui pedindo para colocar em votação. Eu vou pedir para a Secretaria Executiva subscrever essa proposta um. Tachar, que fala. Essa proposta um, que eu estou retirando, que a minha proposta apresentada é retirada de pauta e fazer uma consulta ao TCE? Não, eu acho que a gente pode discutir na reunião da comissão mesmo, estudar. Retirar de pauta e fazer uma consulta das consequências, no caso de reprovação, dos prejuízos, e voltar para a próxima plenária junto do quarto trimestre. **ROSA, SEDESE:** Patrícia? **PRESIDENTE:** E a proposta dois, prestação de contas de todas as ações orçamentárias com recomendações para gestão estadual de melhorar a execução orçamentária financeira do Feas com ampliação dos recursos e execução. Você queria falar, Rosa? **ROSA, SEDESE:** Só um esclarecimento. Na última plenária foi discutido sobre isso. Quando se pede uma consulta, vai consultar a quem? Já informaram aqui na plenária a quem será essa consulta. Essa consulta será só interna, dentro da comissão de orçamento? **PRESIDENTE:** Eu acho que é uma consulta mesmo. Eu entendo que seria uma consulta interna mesmo, estudar as normativas, levar isso para a discussão da comissão. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Patrícia, Conselheiro Lucas. **PRESIDENTE:** Sim, Lucas. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Só um esclarecimento. Você retirou o primeiro encaminhamento e está fazendo um novo? **PRESIDENTE:** Sim. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** É um terceiro encaminhamento, é a terceira proposta? **PRESIDENTE:** Isso, eu retirei a proposta um. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Então será votada a dois e depois a proposta três? **PRESIDENTE:** Isso. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Beleza. **GABRIELE, SEDESE:** Rosa, precisa... **SUZANNE, SEDESE:** Rosa, está confuso. **GABRIELE, SEDESE:** Precisa excluir ou

tachar como a Patrícia sugeriu. **PRESIDENTE:** Estou lendo as mensagens no *chat*. Cristiano colocou: “A Sedese encaminhou a prestação de contas com um mês de antecedência. A comissão de orçamento fez a análise. A Secretaria Executiva fez a análise. Fizemos a discussão técnica ontem, para tirar as dúvidas, e hoje desde 13h30min”. A gente retomou a discussão, já estávamos nos encaminhamentos e retomou a discussão, mas acho que foi proveitoso. Inclusive, houve a retirada de uma proposta de reprovação para uma consulta mais aprofundada e para tirar as dúvidas. A Luanda colocou que o exercício do controle social é isso: “Penso que estamos também pacientes demais, devido a todo momento, mas ela quer externar o incomodo com os recados sobre ser objetivos, pois estamos trabalhando na pauta. Nesse formato online as coisas estão mais difíceis mesmo, então tenhamos paciência com os tempos de entendimentos de cada conselheiro”. Muito proveitoso, mas o exercício é... Estou lembrando até do Sávio falando que em BH eles demoram dois, três dias para a prestação de contas. Cada um tem seu tempo. Cada um tem o seu conhecimento. Gente, agora nós temos novamente duas propostas. Podemos encaminhar para a votação? Eu vou colocar em regime de votação na ordem. Todos estão esclarecidos, gente? Vou ler os dois para iniciar o regime de votação, está bom? **MARIANA, SEDESE:** Rosa, coloca número um na proposta e a outra é dois. Não é isso? Só corrigindo a numeração, porque eu acho que na hora que for para planilha de Excel... Então é: votação de proposta um e votação de proposta dois. Correto? **ROSA, SEDESE:** Eu vou retirar essas propostas e vou exibir a planilha de votação. Ok? **GABRIELE, SEDESE:** Cópia e cola a proposta na planilha de votação, Rosa, para ficar bem esclarecido. Patrícia, eu sugiro que esse ponto de pauta exija quórum qualificado e aprovação de 2/3, então precisa que a Secretaria Executiva confira isso. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Patrícia, só um esclarecimento porque a Sílvia pediu, ela estava meio confusa. Se puder esclarecer para ela. **PRESIDENTE:** Obrigada, Lucas. Eu me perdi em algumas mensagens. Agora eu vi. A Sílvia está confusa. Eu vou ler de novo, está bem, Sílvia? Antes de colocar em regime de votação. **NATÁLIA, FEAPAES/MG:** Ela disse que não precisa. **SÍLVIA, SEE/MG:** Não. Não precisa, não, gente. Encaminha aí. **PRESIDENTE:** Está jóia. Em regime de votação. Antes de abrir a planilha, vou lendo aqui. “Proposta um: aprovação da prestação de contas de todas as ações orçamentárias com recomendações para a gestão estadual. A recomendação é para melhorar a execução orçamentária e financeira do Feas, com ampliação de recursos e execução”, “Proposta dois: retirar de pauta e fazer uma consulta dos prejuízos, no caso de reprovação, e voltar para a próxima plenária junto com o quarto trimestre”. Eu coloquei na comissão de orçamentária, mas é aquela mania de comissão de orçamento que faz isso. Na verdade, essa pauta é todas as comissões, não é? Esclarecendo: “retirar de pauta e fazer uma consulta das consequências, quais os prejuízos em caso de reprovação, e voltar para plenária deliberando junto do quarto trimestre com todas as comissões”. Ficou esclarecido? Acredito que sim. Vou pedir para a Rosa abrir a planilha de

votação. **GABRIELE, SEDESE:** Patrícia, só sobre o quórum qualificado de 2/3. Precisávamos saber quantos conselheiros online em condição de titularidade. **ROSA, SEDESE:** Paula, você conseguiu levantar? **PAULA, SEDESE:** Eu mandei para você. Nós temos 19 conselheiros no total, e em condição de titularidade... **PRESIDENTE:** Secretaria Executiva conseguiu contabilizar se nós temos quórum qualificado? **PAULA, SEDESE:** Solta essa planilha um pouquinho para mim, Rosa. Temos sim, dá para fazer. **ROSA, SEDESE:** Só lembrando, conselheiros, que o quórum qualificado é com 13 conselheiros. O mínimo é 13 conselheiros. **PAULA, SEDESE:** Isso. **PRESIDENTE:** Obrigada, Rosa. Sobe um pouquinho a planilha para nós. Encaminhamento: aprovação da prestação de contas de todas as ações orçamentárias da ação para a gestão estadual, melhorar a execução orçamentária e financeira do Feas com... Agora já não enxerguei mais, gente. **ROSA, SEDESE:** Quer que leia para você, Patrícia? **PRESIDENTE:** Com ampliação de recursos em execução. Consegui ler tudo. Em regime de votação. Como vota Patrícia, Presidente pelo Cress? Reprovo. Anédia, Fórum municipal dos usuários do Suas de BH? Dona Anédia está, gente? **PAULA, SEDESE:** Não, acho que a Anédia caiu. **PRESIDENTE:** Dona Anédia não está aí, não. Depois a gente volta, ou então a gente vê se o Irajá está. Mas, acho que ela não estava há algum tempo, acho que ela está com uma reunião do (trecho incompreensível) [02:36:14] e do CRAS lá em BH. **PAULA, SEDESE:** Mas, o Irajá está, deixa eu ver se ele continua. **PRESIDENTE:** O Irajá está presente. Como a Dona Anédia não está, Conselheiro Irajá, como vota? Não sei se o Irajá teve dificuldade em abrir o microfone. Por favor, Irajá. **IRAJÁ, APOINME:** Boa tarde. Eu estava com dificuldade de abrir o microfone mesmo. Já ajeitou. Boa tarde, conselheiros. Eu reprovo. **PRESIDENTE:** Próxima, Conselheira Isaura da Associação dos Quilombolas do Suaçuí e Pitangueiras? **ROSA, SEDESE:** Patrícia, a Ariadna. Você pulou o Élerson. **PRESIDENTE:** Gente, não estou enxergando mesmo. Primeiro foi o Lucas, agora estou falando Ariadna. Ariadna não está presente. **PAULA, SEDESE:** Não está presente. **PRESIDENTE:** Élerson, pela Cáritas Brasileira? Talvez, o Élerson também esteja com algum problema no microfone. Vamos passar para o próximo. Isaura? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Isaura manifestou no *chat*. **PAULA, SEDESE:** Exatamente, no *chat*, reprovando. **ROSA, SEDESE:** Desculpa, é aprovando ou reprovando? Ficou estranho. **PAULA, SEDESE:** Reprovando. **PRESIDENTE:** Ok. O Conselheiro Élerson votou aqui, colocou no *chat* pela reprovação. João Alves está presente? João, pela União das Associações de Pirapora - Unapir? **PAULA, SEDESE:** Ele está na sala. Não sei se ele vai conseguir votar. **PRESIDENTE:** Se quiser votar pelo *chat* também, às vezes o microfone agarra na hora que vai abrir. Eu vi que ligou a câmera do João. Seu microfone está desligado, João. Abriu e fechou de novo. Clica uma vez, assim, mais de leve. Abriu. **JOÃO, UNAPIR:** Precisei dar uma saidinha aqui. Está dando para ouvir? **PAULA, SEDESE:** Sim. **PRESIDENTE:** Sim. **JOÃO, UNAPIR:** Pois é. Eu parei aqui, perdi um pouco o fio da meada e estava até acompanhando muito de perto essa questão da discussão

da aprovação. **PRESIDENTE:** Gostaria de um esclarecimento, que eu lesse as duas propostas ou você gostaria de abster? **JOÃO, UNAPIR:** Ahn? **PRESIDENTE:** Você gostaria que eu lesse de novo as duas propostas para te esclarecer ou você gostaria de abster? **JOÃO, UNAPIR:** Para ler de novo. **PRESIDENTE:** É para ler de novo? **JOÃO, UNAPIR:** Se puder. **PRESIDENTE:** Proposta um: a proposta um, que está em votação, é pela aprovação da prestação de contas com recomendação para que a Sedese melhore a execução orçamentária para o próximo (áudio ruim) [02:40:06]. A outra proposta, a proposta dois é para retirar de pauta e consultar as consequências de reprovação e voltar na plenária do ano que vem, junto do quarto trimestre. Têm essas duas propostas e a primeira que está sendo votada, agora, é essa, se você aprova a prestação de contas com recomendação. Você gostaria de pontuar pela reprovação ou abstenção? **JOÃO, UNAPIR:** Não, eu aprovo. Já que foi feito esse procedimento em tempos passados, com recomendação. Eu aprovo com recomendações. **PRESIDENTE:** Ok, João, obrigada. Conselheiro Lucas do Conselho Central? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Acho que contabilizou o voto do João no meu. Pela aprovação. **ROSA, SEDESE:** Já corrigi. **PRESIDENTE:** Pela aprovação, Lucas? Eu não escutei direito. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Isso, Presidente, pela aprovação. **PRESIDENTE:** Ótimo. Próxima é Mayra, Fórum Regional dos Trabalhadores do Suas de Salinas? A Mayra colocou, no chat, pela reprovação. Ok, Mayra. A próxima é Natália, Federação das Apaes. **NATÁLIA, FEAPAES/MG:** Pela reprovação. **ROSA, SEDESE:** Eu não consegui entender a Natália. **NATÁLIA, FEAPAES/MG:** Pela reprovação. **PRESIDENTE:** Ok, Natália. Cmas Campo Belo e Cmas Juiz de Fora, eu acredito que elas não estejam na reunião. Não estão no chat, não. Ok. Agora, segmento governamental, como vota a vice-Presidente, representante da Sedese, Mariana? **MARIANA, SEDESE:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Como vota a representante do Cogemas, Aloísio? **ALOÍSIO, COGEMAS:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Ok, Aloísio, obrigada. Cláudia Hermínia, da Secretaria de Estado de Saúde, está? Ou é a Vilma? É a Vilma, não é? **VILMA, SES/MG:** A Cláudia já saiu. Pediu desculpas porque está com problema de internet, mas é pela aprovação. **PRESIDENTE:** Ok, Vilma, obrigada. A próxima, Gabriele da Sedese. **GABRIELE, SEDESE:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Ok, Gabi. A Haiandra do Cmas não está. Sávio também não retornou na parte da tarde, apresentou justificativa. Seplag, Luana. Ela aprovou no *chat*. Cmas Montes Claros, Sandra. **SANDRA, CMAS MONTES CLAROS:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Ok, Sandra. Próximo é a Secretaria Estadual de Fazenda, Senhor Silvestre? **SILVESTRE, SEF/MG:** Pela aprovação. **PRESIDENTE:** Ok, obrigada, Senhor Silvestre. A próxima, Secretaria de Estado de Educação, a Silvia? **SILVIA, SEE/MG:** Aprovo. **PRESIDENTE:** Ok, Silvia, obrigada. Na Seapa, o João Bosco justificou, o titular está vacante. Acho que todos votaram, a Secretaria Executiva pode contabilizar? **ROSA, SEDESE:** A soma já apareceu aí, Patrícia. Foram 10 aprovações e seis reprovações. **PRESIDENTE:** Ok, obrigada, gente. Achei que foi um exercício muito

bacana, democrático. Várias discussões. Aprovada a prestação de contas do 1º, 2º e 3º trimestre de 2020 com ressalvas para se recomendar melhorias na execução orçamentária financeira do Feas. Ok, gente? Obrigada. Eu queria sugerir que parássemos 10 minutinhos para tomar uma água. Agora são 16h16min. Podemos voltar às 16h25? Ok. Quem cala, consente. Vamos tirar um tempinho para beber uma água, até 16h25. Conselheiros, retornando. Acabou que passei um (áudio ruim) [02:55:03]. O próximo ponto de pauta, qual é mesmo? **ROSA, SEDESE:** Vou voltar a exibir a pauta. É o último ponto de pauta agora. Patrícia, agora é votar a discussão das comunidades terapêuticas, que começou antes do almoço, comissão de política. **PRESIDENTE:** Ok. Vou passar a palavra para o Élerson, coordenador da comissão de política. Élerson, está presente? **PAULA, SEDESE:** Acho que ele ainda não retornou, Patrícia. Aguardar alguns minutinhos. **PRESIDENTE:** Coordenador adjunto, Cristiano? **CRISTIANO, SEDESE:** Patrícia, eu até poderia fazer o relato, mas eu gostaria... Não sei... O Élerson, como coordenador, até perguntei mais cedo e não deu tempo de falar se queria que fizesse a fala. Mas, de qualquer maneira, a Luanda está presente. Inclusive, foi ela e o Élerson que conduziram essa demanda quando surgiu a partir da Sandra e das discussões. Eu não sei o que a Luanda pensa, mas eu estou à disposição. Se precisar... Parece que não chegou, mas se precisar... Vocês que sabem. **PRESIDENTE:** Ok. Não sei se ele vai conseguir retornar, mas iniciando essa pauta da roda de conversa, eu queria só registrar mesmo em ata, o que eu já disse no *chat* da roda de conversa ontem. Parabenizar a Secretaria Executiva, a comissão de política pela coordenação da logística para a realização desse evento. Achei que foi muito bom, os palestrantes também trouxeram bastantes elementos, a participação dos conselheiros, as problematizações foram muito importantes. A fala da Dona Anédia também foi muito bacana. Então só isso mesmo, dar parabéns a todos pela organização. E também ao pessoal da Sedese que fez a fala a pilulazinha do convite. Todo mundo pelo esforço, que foi um trabalho conjunto. Parabéns a todo mundo que estava envolvido. Se eu esqueci o nome de alguém, vocês me desculpem, que é o cansaço. Vou passar a palavra para o Cristiano e para Luanda, para vocês avaliarem a roda de conversa, apresentando as propostas. **CRISTIANO, SEDESE:** Quer falar primeiro, Luanda? Pode ficar à vontade. Não sei se a Luanda está na sala. Não sei se ela vai conseguir, mas, de qualquer maneira, vou adiantando aqui. Quando o Élerson, que agora é o coordenador da comissão chegar, ele pode falar, a própria Luanda também e os demais colegas da comissão. Sobre essa pauta, eu vou só retomar um pouco do histórico para contextualizar todo mundo. Essa demanda surgiu a partir da participação da Conselheira Sandra em uma reunião, em outubro, no Conselho Estadual de Saúde. Ela até fez esse relato mais cedo, de manhã, a respeito disso. Precisávamos dessa indicação para alguém participar da reunião. A Luanda chegou. Luanda, eu comecei a falar, mas é porque o Élerson não está e a Patrícia pediu para iniciar, mas se você quiser, estou assumindo aqui, mas você fique à vontade, viu? **LUANDA, FETSUAS/MG:**

Beleza, Cristiano. Está joia. Eu precisei atender uma ligação, por isso que eu atrasei. Vou acompanhando aqui. **CRISTIANO, SEDESE:** Posso continuar? Essa demanda surgiu em outubro e em outubro e novembro eu não consegui participar das reuniões, nem da comissão de política, nem das plenárias de outubro e novembro. Nesse intervalo, o pessoal da comissão de política com o Élerson, com a Luanda, a Jéssica, que foi a conselheira que chegou para compor o conselho, lá do Movimento Nacional, a Dona Anédia, a Silvia e também a ajuda importantíssima da Adelmira, que é a técnica que nos acompanha, da Secretaria Executiva, levaram essa questão para discussão – pelo que me foi informado, nas plenárias de outubro e novembro. Como encaminhamento da última plenária, parece que surgiu essa proposta da comissão e dos conselheiros fazerem uma roda de conversa sobre a temática de adolescentes em situação de... Não sei nem como falar os termos, porque a referência que a gente tem são os termos da assistência. Não sei se são atendidos. Acolhidos não são, porque não é uma unidade de acolhimento. Os adolescentes, principalmente que estão em comunidades terapêuticas, por motivo do uso abusivo de álcool e outras drogas e essa questão foi levantada na reunião que a Sandra participou. É uma temática que, vira e mexe, aparece porque tem muitas situações assim, como as que a Andreza citou ontem, de irregularidades e até de violações de direitos. E um pouco também dessa confusão, que a gente tratou de manhã, a respeito dos limites de atuação. Até que ponto a assistência entra? Até que ponto é a saúde? Como é que essa coisa da intersectorialidade nessa situação. Onde é o lugar dessas comunidades terapêuticas? A intenção foi essa. A partir dessas reuniões, da comissão de política junto com o CEAS, se definiu pelos nomes das pessoas que iriam participar dessa primeira roda de conversa. E sobre a organização, na segunda-feira a comissão de política começou a tratar, retomamos isso e fizemos reuniões, antes do evento, para organizar como é que seria a participação. Eu fiz essa proposta de chamar também a subsecretaria de política sobre drogas para falar, porque o tema da comunidade terapêutica no estado está nessa subsecretaria. E também chamar o Cedca e a Cepcad, que é a Coordenadoria dos Direitos da Criança e do Adolescente porque também tem tratado a respeito desse assunto. Fizemos uma organização da forma como isso se daria e fizemos essa roda ontem. Eu anotei várias coisas, mas, no geral, o que foi discutido ontem, bem resumidamente para os conselheiros – a Luanda vai completar, o Élerson e depois os outros – mas é a questão de uma resolução do Conselho Nacional Antidrogas, que trata de fluxos e procedimentos envolvendo pessoas nessas comunidades terapêuticas. É uma resolução superdelicada que está em pauta, a previsão de implantação, de isso passar a funcionar é no ano que vem, mas, rapidamente, teve também a mobilização do Conselho Nacional de Saúde, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e de outro conselho, não lembro qual. Não sei se é o Conad, mas para, no sentido contrário àquilo que essa resolução do conselho trata. Trouxemos essas questões iniciais para a discussão. A Doutora Paola foi uma das convidadas, que é do Ministério Público.

Tivemos a participação também da Janaína, que é do Fórum Mineiro de Saúde Mental; da Simone Albuquerque, que é da Prefeitura de Belo Horizonte, e que também trouxe contribuições importantes, principalmente no que diz respeito aos limites do Suas, nos serviços tipificados do Suas. Qual é o lugar dessas comunidades terapêuticas, que no Suas não fazemos tratamento, fazemos atendimento e proteção às pessoas e às famílias. Ela trouxe essa dimensão das funções da assistência social. Isso ficou muito forte para nós. Tivemos a participação da Andreza, que é do Conselho Estadual de Saúde e do Marcelo, que é da Supod, que é Subsecretaria de Políticas sobre Drogas, da Sedese, que também trouxe um pouco do trabalho que eles têm feito com algumas comunidades. E teve a fala da Eliane Quaresma, representando o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – Cedca, e também é coordenadora da Coordenadoria dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Subsecretaria de Direitos Humanos. Foi muito rica a participação de todo mundo. Eu aprendi bastante. Foi um momento, para mim, muito importante. Até emocionante ouvir as falas, são falas muito fortes, são questões muito pesadas que acontecem e sabemos. É lógico que têm casos em que aquilo que é ofertado nessas comunidades, pode até dar certo e tal, mas temos isso, não se pode negar, vários casos graves de violações e de irregularidades. A ideia é isso. A Luanda trouxe que é só o pontapé, mas ela vai falar mais disso. Desculpa, Luanda, eu me empolguei. **LUANDA, FETSUAS/MG:** Nada, Cristiano, só complementar mesmo. Dizer que não só a questão da... **PRESIDENTE:** Luanda, desculpa te interromper. Obrigada, Cristiano. Desculpa, gente, eu não vi o *chat*. Há sete minutos a Mariana se inscreveu. **MARIANA, SEDESE:** Pode falar, Luanda, eu falo depois. Pode ficar à vontade. **LUANDA, FETSUAS/MG:** Está bem. **PRESIDENTE:** Obrigada, Mariana. **LUANDA, FETSUAS/MG:** Eu vou só complementar o relato da comissão. Só para dizer que, acho que a questão principal também, para além de todas as questões envolvidas no tratamento ou não, é a questão da obrigatoriedade, da compulsoriedade da forma como isso tenha ocorrido. Eu acho que isso ficou muito nítido nas falas de ontem, porque quando a pessoa quer se internar – e aí estamos entendendo adolescentes também como sujeitos com poder de escolha, é uma coisa – mas, eles estão lá obrigados e estão presos. A discussão principal é essa e quando o Conselho Estadual de Saúde convoca o CEAS para a discussão, também é relativo a isso, porque todas as internações dos adolescentes são feitas de forma compulsória. Eu acho que isso também foi algo que ficou como ponto principal da discussão de ontem – ser obrigatório. Essas coisas ocorrerem de forma obrigatória e, como eu disse na comissão de política também, eu acho que a roda foi uma ideia que deu poder para desencadear o debate aqui no CEAS, muito para nos empoderar de argumentos mesmo e para conhecer o que as outras políticas estão discutindo também. E que é o início desse debate, que precisamos fazer porque é um debate urgente, como eu falei de manhã. A conjuntura está exigindo o debate sobre esse ponto e se posicionar. Acho que é isso. **PRESIDENTE:** Ok, Luanda, obrigada. Próxima inscrita é a Mariana.

MARIANA, SEDESE: Era no sentido, acho que os dois falaram muito da importância, do resumo de tudo. Eu queria retomar aquela questão que a gente conversou sobre o encaminhamento. Eu estava aqui pensando, lógico, amadurecendo a ideia. Como a gente já tirou o encaminhamento de fazer a nota técnica que vai orientar a inscrição das entidades, isso, de forma geral, vai contemplar serviços de assistência social, entidades de assistência social. E o que eu ia propor mesmo é de voltarmos nesse encaminhamento para já agendar – considerando que até em janeiro o CEAS acho que não reúne – uma reunião técnica. Eu pensei em forma de reunião. Não sei o que vocês entendem outro formato. Pode ser só da comissão, pode ser de todos os conselheiros para aprofundar na discussão e para tirar... O Cris comentou assim: “Na verdade, a gente não sabe nem exatamente os termos que a saúde trata, o que a saúde entende de comunidade terapêutica”. Sabemos algumas coisas da Política de Saúde Mental que eles falam, mas a gente não sabe. Eu estou com muita dúvida de como eles enxergam, o que eles enxergam? O que é possível funcionar e como funciona uma comunidade terapêutica, porque em determinados momentos, nas falas de ontem, tive o entendimento de que as comunidades terapêuticas, na verdade, não podem exigir de forma alguma. Não sei se até essa impressão ficou para alguém, porque quando estamos falando de fazer o tratamento com a pessoa fora do seu território, em isolamento, em um sistema de acolhimento, onde está previsto esse tipo de acolhimento? Hoje, a colega aqui falou também, mais cedo, a conselheira... Desculpa. Ela trabalha... Como que funciona? As pessoas podem sair? Não podem? Quando podem? Enfim. É porque eu acho que nós estamos com muitas dúvidas, digo, da minha parte especificamente. Eu, hoje, falo na Subas, acho que nós não teríamos condições de construir uma nota técnica sem saber exatamente sobre o assunto. É isso que eu queria colocar. **PRESIDENTE:** Ok, Mariana, obrigada. A próxima inscrição é da Conselheira Luanda. **LUANDA, FETSUAS/MG:** E agora, caminhando para entendermos o que é possível deliberar como encaminhamento, eu acho que a primeira coisa é nos atentarmos ao pedido que nos foi feito. A Sandra que está aqui – o que nos foi requisitado e que suscitou a nossa discussão enquanto roda de conversa. Foi feito um pedido de participação do CEAS e foi feito um pedido de entendimento sobre qual a participação da Política de Assistência quando ocorrem essas internações compulsórias para os adolescentes. Eu acho que em relação a isso, poderíamos caminhar também para construir um entendimento e construir a nossa resposta, que eu acho que, nesse caso, ficou muito nítida com as falas da Simone em relação à Política de Assistência Social, qual é o nosso papel. E temos outra coisa... São vários encaminhamentos, são vários desdobramentos. Tem outra coisa, que é a necessidade de entender e compreender o funcionamento dessas comunidades, já que elas têm interferido como um todo no processo das ofertas do Suas. Não só as ofertas em relação à criança adolescente, mas também a todas outras ofertas. No meu trabalho, no Creas, interfere, perpassa nos idosos, perpassa nos adultos. Às vezes, a medida de proteção para crianças e

adolescentes inclui internar um genitor ou uma genitora em uma dessas comunidades, então perpassa todo o nosso trabalho, todas as nossas ofertas do Suas e, aí sim, vamos precisar conversar desse papel geral. Tem comunidade terapêutica que está inscrita em conselho municipal de assistência e é uma questão mais ampla, mas de entendermos que não fazemos parte desse fluxo nosso. Em relação a compulsoriedade dos adolescentes, Doutora Paola falou também muito bem, trouxe essa nitidez para nós. Gritou bem o que é essa questão da internação compulsória para adolescentes, que ela é internamente ilegal, então, nesse sentido, conseguimos dar um retorno e eu sugiro uma nota do CEAS, não da Subas, em relação a esse tema, inclusive subsidiada pelas falas que houveram na roda de conversa. O segundo encaminhamento é seguir aprofundando no tema, como eu disse. É convocar outros atores para compreendermos como vem acontecendo a inserção das comunidades terapêuticas nas políticas públicas, inclusive na Política de Assistência. Nesse sentido, eu acho que, talvez, fique para o CEAS fazer um convite direto para a gestão nos responder como ela tem acolhido. A gestão Sedese, a gestão estadual, e inclui as outras secretarias, como ela tem acolhido e tratado essa questão com essas comunidades terapêuticas. E vamos aprofundando nessa discussão para entender como isso tem funcionado isso a nível de governo estadual. Mas, a nível de legislação do Suas, que nos compete regular, olhar o que tem sido feito em relação à política. Nós, enquanto CEAS, conseguimos dar retorno em relação a internação compulsória de adolescente. O que temos a ver com isso? Eu entendi que nada, que psicólogas, assistentes sociais, técnicas dos serviços, não têm que encaminhar para as comunidades terapêuticas. Eu acho que esse é o retorno... (Trecho incompreensível) [03:14:51] e Sandra, por favor, me ajudem, está esperando que a gente dê. Se a Política de Assistência dá respaldo para um encaminhamento técnico ou não e o que a gente entende, a partir de toda a legislação do Suas, todas as orientações técnicas, é que não. E temos que (trecho incompreensível) [03:15:06] um problema maior que é a inserção da comunidade terapêutica nas políticas públicas em geral. E já que trabalhamos em rede, nós vamos fazer esse movimento ativo de buscar as outras políticas a nível de estado, para perguntar e questionar como tem sido essa inserção. Eu acho que é isso. Eu até fiquei repetitiva, me delonguei, mas acho que é isso.

PRESIDENTE: Ok, Luanda, obrigada. Às vezes a gente trava para abrir o microfone. A próxima inscrição é do Lucas. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Obrigado pela palavra, Presidente. É só mesmo lembrando o que foi falado um pouquinho mais cedo, até contribuindo em cima da fala de Sandra e acho que até complementando um pouquinho da fala de Luanda agora, desse aprofundamento das discussões para nós tenhamos mais domínio sobre o assunto mesmo. Gostaria até de propor a criação de um grupo de trabalho para discutir sobre o tema, chamar outros atores, chamar a saúde, chamar entidades que lidam com a temática, estudiosos, universitários que estão trabalhando nessa temática, porque nós temos diversas possibilidades de pessoas que podem contribuir para construir alguma coisa.

Subsidiar para que essas instituições consigam se localizar, ter uma segurança jurídica, ter um norte mesmo. É aquilo que eu falei mais cedo, colocar o pé no barranco – que Élerson também falou, para a gente colocar cada qual no seu quadrado e subsidiar esses atores que estão na nossa rede, que, querendo ou não, ao longo do desenvolvimento da Política de Assistência Social nos auxiliam a implementar a política e fazer com que o cidadão seja mesmo sujeito de direitos. É isso. **PRESIDENTE:** Ok, Lucas, obrigada. A próxima inscrição é do Cristiano. **CRISTIANO, SEDESE:** Só complementar, acho que concordo demais com o que a Luanda falou. Também concordo com o que o Lucas trouxe, a Mariana, mas é retomar um pouco do que o Lucas acabou de falar, que eu acho muito importante. Acho que demos um passo muito importante que foi fazer uma roda dessas, já deu um start importante para nós, mas eu concordo com o Lucas que até para produzir um material seguro e com qualidade, é importante prevermos esse segundo, terceiro ou quarto momento que vão subsidiar nossos encaminhamentos futuros. Não basta só uma nota técnica também, acho que ela pode ser uma primeira ação, mas têm outras ações também. Já tivemos uma interlocução importante com o Conselho Estadual de Saúde, mas existem outros conselhos estaduais que precisamos ouvir, porque estão, de alguma maneira, envolvidos. E também com as outras políticas, porque ontem ouvimos o Conselho de Saúde, ouvimos a Subsecretaria de Política sobre Drogas, mas também faltou ouvir a Secretaria de Saúde, a Política de Saúde, para ouvir dela como ela trata essas questões. Sabemos que está lá no âmbito da saúde mental, temos as residências terapêuticas e tudo, mas precisamos mesmo aprofundar o tema, até para entender, inclusive, qual é o papel da assistência. Eu acho que não é só dizer que não é no lugar da assistência a comunidade terapêutica, em si, mas estamos falando de um público que está em situação de vulnerabilidade, agravada pela situação de dependência. Então é um público da assistência. Discutimos isso ontem também, a respeito das ações preventivas e das ações feitas pelo Cras, o Creas. Entender também esse nosso lugar, o lugar da assistência, e entender o lugar das outras políticas porque faz parte. Uma ação dessas, que envolve esse tipo de público, esse tipo de situação, tem que ser necessariamente de uma ação intersetorial. É isso. **PRESIDENTE:** Ok, Cristiano, obrigada. A próxima inscrita é a Conselheira Sandra. **SANDRA, CMAS MONTES CLAROS:** Somente para reforçar o que já falei pela manhã, dessa necessidade que a Luanda e o Cristiano – o Lucas já reforçou isso aí – da importância de continuar a discussão com outros atores. Tem a Patrícia que socializou no grupo de conselheiros que: “Minas Gerais assina acordo para monitorar e fiscalizar o trabalho das comunidades terapêuticas”. Minas saiu na frente, é pioneira nisso. E eu penso que é momento, realmente, de trazer a Subsecretaria de Políticas sobre Drogas para essa discussão. Não que seja uma política da assistência, mas a gente fala isso no CEAS. Lá, no município, a coisa funciona diferente. E os conselhos, a Secretaria de Assistência Social ficam perdidos sem saber o que fazer. Quando chega alguma ordem judicial, ela chega e não condicionamento, não, ela tem que ser cumprida. Aí eu penso

que, realmente, precisamos ampliar o debate. Precisamos trazer outros atores e precisamos entender como a saúde lida com esse público, que é um público nosso também, da assistência, extremamente fragilizado. E fragilizadas também são as famílias deles. Muito obrigada.

PRESIDENTE: Ok, Sandra, obrigada. Têm alguns comentários no chat, mas não tem nenhuma inscrição.

LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV: Patrícia, eu queria só complementar uma frase, se me permite? Temos que trazer um ator muito importante, que até mencionaram aqui indiretamente, pela Luanda, é o judiciário. Temos que começar a discutir diretamente com o judiciário, que também é um parceiro nosso na ação da Política de Assistência Social. Eu acho que isso é uma construção e uma dívida que este conselho tem. Isso é preciso externar, é uma dívida histórica que este conselho tem com a Política de Assistência Social, de traçar uma conversa direta com o judiciário e ser ouvido. Porque não é só tentar também, o que precisamos é via de mão dupla. Também precisamos de um judiciário que nos ouça. O Ministério Público também ser um parceiro nosso, OAB, associações de advogados. Eles também são atores que precisamos trazer para o nosso lado, porque, querendo ou não, faz parte e nos auxilia na construção de uma Política de Assistência Social mais coesa e de efetividade. A ideia central de uma política de implementação, de uma política – de qualquer segmento que seja – e, em específico a de assistência social, é que beneficie o seu destinatário final, que é o usuário, que é o sujeito de direitos que está na ponta. Acho que iniciar esse debate aqui é uma porta de entrada para discutir efetivamente – até estava no planejamento, da comissão de política, a discussão de uma mesa com o judiciário, com esses outros atores da justiça. Isso é importantíssimo. Acho que pode ser uma porta de entrada para discutir efetivamente a Política de Assistência Social. É isso. Obrigada.

PRESIDENTE: Ok. Obrigada, Lucas. A inscrição da Luanda.

LUANDA, FETSUAS/MG: É em complementação ao que o Lucas traz e eu aproveito para fazer uma pergunta, uma cobrança mesmo para a gestão, porque em 2018, atendendo a uma deliberação de conferência, fizemos uma roda de conversa – também no CEAS – sobre a relação da assistência social com o sistema de garantia de direitos. Ao final dessa roda, foram dados encaminhamentos e um deles foi a criação de uma mesa permanente de diálogo com o sistema de garantia de direitos, incluindo judiciário, Ministério Público, Conselho Tutelar. E, desde então, não tivemos mais notícias do que foi feito desse encaminhamento. Lucas, só te corrigindo, não é pauta da comissão de política, já virou uma deliberação do conselho e para que seja formada essa mesa. E é uma orientação que vem também do Cnas, de se formarem mesas de diálogo permanente porque esse não é um problema novo na assistência. A judicialização da Política de Assistência é algo que a gente lida há muito tempo. O judiciário vai lá e vê a assistência como um braço e fica pedindo nosso parecer, fica pedindo como se a gente fosse funcionário do judiciário e, muitas vezes também, nesse tom da cobrança: “Faça”. Como a Sandra disse, chega no município assim: “Interne. Procure a clínica. Você tem uma semana. Se você não fizer isso, a partir de uma semana você

vai pagar tantos mil de multa por dia”. Uma vez que chega à medida, no município, o município vai fazer o quê? Então, realmente, é algo muito importante de ser discutido e acho que já é hora de ver onde está a deliberação da mesa permanente, porque a nível de estado a gente começa essa discussão. **PRESIDENTE:** Ok, Luanda, obrigada. Lucas inscrito. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** É só complementar a fala de Luanda, que o assunto é muito interessante. E quando vamos nos debruçando sobre ele, vão surgindo mais ideias. É traçarmos caminhos mesmo, para que gere uma efetividade também nessa mesa de discussão. Não adianta traçar uma mesa de discussão, em âmbito estadual, e que na ponta, o juiz que está ali no dia a dia, não aplicar nada das deliberações que estão sendo discutidas em cima. Sabemos que o juiz está atrelado à jurisprudência, mas que, querendo ou não, não vamos conseguir implementar isso tão direto, se forem as tratativas da mesa de diálogo e tudo mais. Eu acho que é fazer com que isso chegue na ponta também, que os municípios também consigam estabelecer essa mesa de diálogo com o judiciário. Por mais que no âmbito municipal nós só temos a presença de dois poderes, nós não temos o poder judiciário, mas é importante que tenha esse diálogo direto com o judiciário regional, por exemplo, para que a efetividade dessas ações, dessas discussões, dessa mesa de diálogo em âmbito estadual, consiga desaguar e chegar na ponta. Para que os municípios não estejam sujeitos a uma chamada judicialização autoritária. Porque, querendo ou não, dá para a gente fazer essa leitura de uma judicialização exacerbada. É importante fazer com que chegue na ponta, que a gente comece em âmbito estadual, mas que faça desaguar isso em âmbito municipal. Podemos contar até com o apoio dos Conselhos de Justiça. Nós temos o CNJ, quem sabe conseguimos uma parceria com o CNJ para que faça uma parceria com o TJMG? Por aí em diante. Temos que chamar os atores para que estejam do nosso lado, construindo essa mesa de diálogo e fazendo com que essas ações desaguem na ponta. Obrigado, Presidente. **PRESIDENTE:** Ok, Lucas, obrigada. Acho que não tem mais nenhuma inscrição no chat. Podemos partir para os encaminhamentos? Luanda só registrou que na mesa de diálogo, na construção da proposta, participaram o Ministério Público e o judiciário no dia em que foi deliberado. Foi discutido justamente isso, chegar aos municípios. Fica o questionamento: como chegar aos municípios se o estado não fez? **LUANDA, FETSUAS/MG:** Eu só queria ver se alguém, do governo, tem um posicionamento sobre a mesa de diálogo, antes de partimos para o encaminhamento. **CRISTIANO, SEDESE:** Posso falar, Patrícia. **PRESIDENTE:** Sim, Cristiano, por favor. **CRISTIANO, SEDESE:** Luanda, fizemos essa discussão no ano passado, se não me engano. E, se não me engano, isso também está dentro das deliberações das conferências. Alguma relacionada com a relação do Suas com o sistema de justiça, que é uma pauta que nós já discutimos, está na nossa porta – não só dos municípios, mas do estado também. Na minha superintendência, pelo menos uma vez, duas vezes por mês, aparece uma determinação judicial para o acolhimento, principalmente pessoas com deficiência. Mas, está na nossa meta

instituir isso, só que, infelizmente, é isso. Não queria usar a pandemia de justificativa, mas o planejamento que fizemos dentro da superintendência, inclusive para puxar essa discussão que a gente já vinha discutindo no CEAS e também na conferência –porque a gente tem essas relações todas – em 2019, o planejamento que fizemos para 2020 foi todo alterado, infelizmente. Mas, eu acho que é muito importante você levantar essa situação. Estamos falando de comunidade terapêutica, mas, claro, isso tem uma relação com o sistema de justiça. Não só nesse assunto, criança e adolescente, principalmente. Temos muito problema com isso, determinação judicial para acolhimento. E esse caso da comunidade terapêutica é ainda pior, porque é uma determinação, um acolhimento de um adolescente em uma comunidade terapêutica, misturado com vários adultos e fora do seu município, é ainda pior. Entendemos que tem violações graves acontecendo e eu acho que, dentre os assuntos que a mesa de diálogo pode discutir, é inclusive em relação a isso. Eu acho que foi bom você lembrar disso. Eu acho que é bom dar esse toque, de não perdermos esse assunto e eu estou registrando isso aqui, pode deixar que esse assunto não pode ser perdido, porque para nós também é muito importante. O próprio estado também está envolvido, nós também recebemos determinação judicial. Obrigado. **PRESIDENTE:** Ok, obrigada, Cristiano. A Rosa está exibindo os encaminhamentos. Lucas está postando o que foi deliberado na última conferência estadual. A Luanda reforçou que nas três últimas conferências. Então nas três últimas, que o Lucas colocou que na de 2015 também foi deliberado, não é? São as informações complementares. Desculpem, pois estou um pouquinho lenta. A Rosa está bem na parte dos encaminhamentos já, não é, Rosa? Teve um encaminhamento da Mariana. Para elaborar nota sobre as comunidades terapêuticas precisa da saúde e antidroga, envolver outros atores para a elaboração da nota sobre as comunidades terapêuticas. Uma nova reunião do CEAS com a saúde e antidrogas para aprofundar a temática para elaborar a nota. A Luanda, reforçando a nota do CEAS subsidiada pelas falas, continuar, aprofundar as discussões, encaminhar questionando a gestão (saúde, Sedese, antidrogas) como estão tratando as comunidades terapêuticas. Um retorno se a Política de Assistência Social dá o encaminhamento ou não. Perguntar à gestão em 2018, roda de conversa, deliberação da criação de uma mesa de diálogo permanente com o judiciário. Lucas: propor um grupo de trabalho para discutir o tema saúde, Subpod, estudiosos, profissionais dessa área, para subsidiar os atores que estão na nossa rede, para fazer que o cidadão se torne verdadeiramente sujeito de direitos. Temos que um ator, que é o judiciário, temos que conseguir traçar uma conversa com o judiciário e que ele nos ouça, OAB. Traçar caminhos para efetivar essa mesa de discussão, que comece em Minas Gerais e chegue aos municípios; Chamar os atores que estão ao lado do CEAS. Cristiano, observou que um passo importante fazer uma roda de conversa, para produzir um material de qualidade seguro, fazer outras discussões e aprofundar o tema, pois existem outros conselhos estaduais e outras políticas, como a Secretaria de Saúde. Não basta falar que não está na

assistência, mas que o público da assistência está nessas entidades. Está na nossa meta, da Subas, puxar a discussão com o Judiciário. Determinação do judiciário para o atendimento, pior são os encaminhamentos para comunidades terapêuticas, esse assunto não será perdido. E a Sandra ressaltou a necessidade de continuar a discussão com outros atores, que é o momento de ampliar o debate e entender como a saúde cuida desse público que também é da assistência. Gente, resumidamente, eu entendo que é colocar no planejamento da comissão de política, pensar todos os atores que devem ser convidados, envolvidos para essa discussão no ano de 2021. Até para subsidiar uma possível elaboração em uma nota sobre a temática. Vocês acham que já tem algum encaminhamento bem delineado, que possamos colocar em votação? Ou seria, mais ou menos, isso de colocar no planejamento da comissão para aprofundar e trazer novamente? Eu acho que o encaminhamento mais aprofundado foi da elaboração da nota sobre as comunidades terapêuticas. Mas, a forma como essa nota será elaborada, também tem que ser pensada por uma comissão. Não tem como a gente definir agora, aqui, o teor, enfim. Conselheiro Lucas, proposta de encaminhamento, pode falar.

LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV: Obrigado, Presidente. Eu acho que as propostas que foram apresentadas, as contribuições, são muito válidas e não podemos descartá-las, nenhuma delas, mas eu acho que podemos condensar. Acho que a primeira é: realizar reunião proposta pela Mariana, antes de fazer a elaboração da nota; realizar a elaboração dessa nota e criar o próprio grupo de trabalho para aprofundar ainda mais a discussão, contemplando a minha fala e a fala da Luanda. Seria isso mesmo também, Luanda?

LUANDA, FETSUAS/MG: Posso falar? **PRESIDENTE:** Ok. **LUANDA, FETSUAS/MG:** Ajudar no encaminhamento. Eu acho que esse grupo de trabalho tem que contar com a presença de todos os atores, além da gestão, os conselhos também que fiscalizam essas políticas. Acho que é importante sentar agora, enquanto CEAS – talvez, enquanto comissão de política – como o CEAS, deve ter um conselho das políticas antidrogas também, imagino, porque, de conselho para conselho a gente também precisa fazer isso: chamar. E chamar as respectivas gestões, a Sedese, a Secretaria de Estado de Saúde, para fazer uma discussão que seja ampla. E essa discussão não será aberta, estou entendendo que será algo interno. Sentar como um GT mesmo para pensar o entendimento dessas questões. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE**

CURVELO/SSV: Eu acho que também podemos complementar com os estudiosos. Se queremos concluir algo concreto –igual mesmo a orientação que falamos mais cedo, pegando um gancho na fala da Sandra – é preciso que estejam pessoas com uma certa qualidade no estudo, que possam auxiliar-nos nessas discussões. **LUANDA, FETSUAS/MG:** Eu acho importantíssimo isso, Lucas, inclusive chamar as pessoas que estudam a questão da saúde

mental, a questão do tratamento em saúde mental e drogas. Acho superimportante. Eu já tenho até indicações a fazer. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Isto. **PRESIDENTE:** Ok. E a Mariana está chamando atenção que tem uma câmara técnica

interestadual e um conselho de políticas sobre drogas. A criação de GT é feita em plenária e já temos que indicar os nomes dos participantes. Não sei se na resolução... Uma dúvida para a Secretaria Executiva ajudar a esclarecer: se em uma resolução do conselho, a gente colocaria no GT os nomes das entidades que serão convidadas para compor ou se, a princípio, colocaria só o nome dos conselheiros estaduais. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Patrícia, só uma contribuição nessa sua fala. Eu acho que seria interessante abrir um convite geral, não convidar especificamente, porque limitamos até os gestores que podem contribuir conosco. Mas, deixar um convite aberto, fazer a nomeação dos conselheiros que têm o interesse em participar. É claro que encaminhar os convites direcionais para que a gente tenha um corpo técnico legal. Mas, eu acho que deixar aberto para quem tiver o interesse em participar, fazer a sua inscrição e não limitar essa abertura de quem tem uma qualidade na discussão. É isso. **PRESIDENTE:** Lucas, até porque agora não temos os nomes de todos os possíveis convidados, então é importante abranger mesmo. A Rosa está anotando ali: fazer uma resolução da criação do GT (áudio ruim) [03:39:19] apenas com os nomes dos conselheiros e aí o GT vai convidar outros participantes. Temos aí as propostas mais elaboradas, digamos assim. Colocar no planejamento da comissão, mas também, se for criar um GT, essas propostas se chocariam. Temos que pensar se essa pauta continua com a comissão de política ou se a pauta seria levada à discussão específica no GT. Cristiano? **CRISTIANO, SEDESE:** Não, é só para saber... Não tem nem tanto a ver com isso que você acabou de falar, Patrícia, mas era só para saber. Esses encaminhamentos já são para esse ano? Porque esse ano, tipo, está um ano já final. Fica para fevereiro, quando voltar, não é? Só porque restam poucos neurônios meus, sabe? Nesse final de ano. Só para ver como é que.... Seria já para fevereiro, já partir da... Só para entender. **PRESIDENTE:** É, geralmente não temos plenária em janeiro. A Secretária executiva, Rosa, está de férias também, mas eu acho que (áudio ruim) [03:40:45] e depende um pouco também da disponibilidade dos conselheiros para iniciar esse trabalho em janeiro, porque hoje já é dia 17. Iniciar em 2020 é um pouco difícil. Lucas, pode falar. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Obrigado, Presidente. Eu acho que podemos aprovar a criação do grupo e, na plenária de fevereiro, já apresenta as competências, composição, os procedimentos e prazo de duração, conforme pede-se o art. 5º e eu acho que não tem prejuízo, mas acho que é uma forma de não deixar perder essa deliberação. Então fazemos a aprovação aqui e define com a resolução em fevereiro. Eu acho que dá um gás a mais para que a gente comece a discussão sem prejuízo da reunião com os atores e a elaboração da nota técnica. **PRESIDENTE:** Ok, Lucas. A Luanda se inscreveu. **LUANDA, FETSUAS/MG:** É só para direcionar os encaminhamentos. Eu estou entendendo que a criação do GT será para elaborar a nota técnica. Esse primeiro aí perde o sentido, porque vamos elaborar a nota técnica a partir do GT e tudo mais, então pode tirar, não é? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Eu compreendi que seria feita a nota

técnica e depois a implementação do grupo. **LUANDA, FETSUAS/MG:** Lucas, porque o que eu entendi, que a Mariana e o Cristiano trouxeram, é que precisamos nos apropriar melhor, ter mais argumentos. E eu entendi que o GT seria para isso, para criar uma nota de qualidade mesmo e não fazer uma nota rápida. Mas, às vezes, em todos os fundamentos necessários. Entendi que o GT será para isso, será a função primordial do GT a criação de uma nota bem fundamentada, com a participação de todos os envolvidos no tema. **PRESIDENTE:** Isso. Eu também estou entendendo que a criação do GT é para aprofundar e aí terá um planejamento, quais atores serão convidados, enfim, uma série de coisas e será elaborada também a nota técnica. Acho que seriam dois encaminhamentos, a criação do GT e a elaboração da nota técnica sem um prazo, para o ano que vem, posteriormente a gente teria um prazo. Lembrando, gente, que o ano que vem é ano de conferência. Está joia? E Sandra está reforçando que há questões a serem esclarecidas (áudio ruim) [03:43:36] orientar a nota técnica. Gente, podemos passar para a composição? Eu acho que está havendo um consenso, todos são favoráveis a criação desse GT, então precisamos deixar os nomes. Sim, Rosa? **ROSA, SEDESE:** Patrícia, só uma dúvida. Essa resolução da criação do GT será apresentada ainda, a minuta dela em fevereiro para aprovação da plenária, não é? **PRESIDENTE:** Estou tentando... **ROSA, SEDESE:** Vocês entenderam a pergunta? **PRESIDENTE:** Entendi. Porque tem uma minuta com as atribuições, aquilo que o Lucas colocou, mas para pensar as atribuições, prazos, (trecho incompreensível) [03:44:26] já tirar os nomes dos conselheiros para estabelecer quais as responsabilidades do GT. **ROSA, SEDESE:** Ótimo. O que podemos fazer? Como essa minuta será apresentada em fevereiro, em janeiro esse grupo já se reuniria para fazer a minuta dessa resolução? A primeira reunião desse grupo dos conselheiros seria em janeiro, só para minutar essa resolução, porque já que em fevereiro tem que apresentar a minuta em plenária, tem que ter uma reunião que anteceda. E minutando a resolução com competências e atribuições não é uma ação que se faça em uma tarde, então precisaria de mais uma reunião antes de fevereiro. **PRESIDENTE:** Muito bem colocado. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Eu acho que os conselheiros que tiverem interesse em participar no grupo de trabalho sobre a temática, podem se manifestar até mesmo no próprio grupo de WhatsApp do conselho geral, porque aí tentamos criar outro grupo para fazer essa discussão e já tenta minutar isso e apresentar para a plenária de fevereiro. **PRESIDENTE:** Conselheiros, eu queria propor que não fizéssemos uma resolução, hoje, criando o GT e já tirando os nomes dos conselheiros, para conversarmos, ver os conselheiros que têm interesse de participar, tendo em vista que algumas pessoas não estão presentes, por exemplo, a Rosiane (áudio ruim) [03:46:04] comunidade terapêutica, às vezes, tem interesse. Aí a Secretaria Executiva vai levantando o interesse dos conselheiros. Esses conselheiros que tiverem interesse podem participar dessa reunião em janeiro para fazer essa minuta da criação do GT. E em fevereiro faz uma resolução com os nomes e com as responsabilidades, enfim, e

as outras coisas que precisam estar dentro da resolução. Pode ser assim? Pessoal está dando ok aqui. O que teríamos para deliberar como um encaminhamento, hoje, seria a nota? Ou não seria necessário deliberar a nota? Deixar isso junto, depois, para a minuta? Eu acho que poderia deixar para depois, não é? **CRISTIANO, SEDESE:** É. Eu acho que esse conjunto de encaminhamentos que foram listados. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Eu acho que pode ser reavaliado novamente, pelo próprio GT em fevereiro. Pode ser que o próprio grupo entenda que não seja uma nota, seja um outro instrumento. Eu acho que deixar essa liberdade também seria interessante. **PRESIDENTE:** Ok. É o que eu falei, o encaminhamento inicial, planejamento para o ano que vem, só que é o planejamento do GT (áudio ruim) [03:47:30] da comissão de política. Muito bom, gente. Eu acho que vencemos esse ponto de pauta. Comissão de política tem mais alguma questão para apresentar? **CRISTIANO, SEDESE:** Acho que o Élerson não conseguiu voltar, mas eu não sei se a Luanda tem ou outros conselheiros da comissão têm. Eu não tenho mais, não. É só agradecer mesmo. Aproveitar e agradecer, Patrícia e os outros conselheiros da comissão de política, durante esse tempo que não pude participar. Obrigado. **PRESIDENTE:** Obrigada, Cristiano. **LUANDA, FETSUAS/MG:** Obrigada você, Cristiano, por esse tempo de coordenação. Só vê com a Adelmira se ficou alguma pauta para deliberar, das reuniões antigas, porque eu também não me lembro de cabeça, mas eu acho que não. **ADELMIRA, SEDESE:** Luanda, não, porque não foi tratado ainda. Têm faltas, mas não tem nenhum encaminhamento para deliberação (trecho incompreensível) [03:48:32] decidir isso mesmo, esses (trecho incompreensível) [03:48:37]. **PRESIDENTE:** Cristiano colocou no chat que a gente deu um (áudio ruim) [03:48:43], com certeza, eu acho que as discussões na roda de conversa e na plenária hoje foram muito importantes, foram um avanço de pauta. Então, Rosa, qual o próximo ponto de pauta? Ok, apreciação... **ROSA, SEDESE:** Apreciação e deliberação da revisão do Regimento Interno. Eu não sei se o Márcio Caldeira – como eu estou exibindo, eu não consigo ver o *chat* e acompanhar – eu não sei se o Márcio está aqui. Ah, ele está. **PRESIDENTE:** Uhum. Importante o Márcio estar presente nessa pauta. Discutimos essa pauta várias vezes e, na última reunião da mesa diretora, deliberamos por trazer essa discussão e aí tenho a súmula também, que aí a Presidente ficou de... A súmula foi que a Presidente teria que contextualizar. Vou tentar contextualizar e, depois, abro a fala para os colegas contribuírem. Na verdade, acho que o microfone da Rosa está aberto, está vindo interferência do microfone. Obrigada, Rosa. Vou contextualizar, mas, como é uma discussão de várias reuniões – acho que dos últimos três meses, um pouco longo – tentarei resumir. Sempre falamos, nas plenárias, da necessidade de revisão do Regimento Interno, mas acabamos não deliberando isso porque o planejamento de 2020 era ponto de pauta de uma plenária, mas a gente não conseguiu cumprir, depois veio (áudio ruim) [03:50:50], acabamos não aprovando planejamento de nenhuma comissão para esse ano, infelizmente. Como sempre, nas reuniões, falávamos sobre a necessidade de rever.

Eu lembro que até registrei em ata o interesse de participar da reunião quando fosse discutir sobre o Regimento Interno. Só que, quando me tornei Presidente interina – se não me engano, por volta de setembro, alguma coisa assim – em uma reunião com a Secretaria Executiva eu tomei conhecimento de que estava sendo feita a revisão do Regimento Interno, conforme (trecho incompreensível) [03:51:27] essa expressão na súmula. Eu pedi para ir para a comissão de normas porque, como eu já tinha manifestado o interesse de participar dessa discussão, acabei pedindo para ir para comissão de normas, aí eu obtive a minuta. Então eu fiz uma leitura comparando essa minuta proposta com o regimento atual. Tem uma observação assim, que o regimento em vigor tem 50 artigos e a minuta ficou bastante complexa com 124 artigos, a princípio. Quando eu entrei já estava na discussão do art. 48, se não me engano. Depois que eu fiz a leitura, participei da reunião da comissão de normas, se não me engano, em outubro e foi apresentando um fluxo de revisão detalhando quando passaria para as comissões analisarem, quando passaria para a plenária e o prazo era para apresentar em novembro, na plenária, mas o prazo já estava um pouquinho... Não ia ser possível cumprir o prazo porque ainda estava no art. 48, seriam 124, me parece que não seria possível. Quando eu entrei na comissão de normas, estavam apenas três conselheiros: Gabriela, Márcio e Lucas. Me parece que tinha algumas pessoas da Seplag antes, mas que teve alteração na composição porque o pessoal da Seplag saiu. Com essa questão do Regimento Interno, eu fiquei preocupada com essa possível revisão e, analisando o regimento atual, localizei que o art. 47 fala que o regimento será submetido à revisão quando a plenária julgar necessário. E, como a plenária ainda não deliberou pela revisão, então pautei isso na mesa diretora. Apesar de que as coordenações participam da mesa diretora justamente para apresentar as pautas das comissões, dentre outras questões, a mesa diretora não tinha conhecimento desse trabalho em cima do Regimento Interno. Então levei essa pauta só que, infelizmente, o Presidente Márcio, que é o coordenador da comissão de normas, estava de férias e não pode participar da discussão. Quem é da comissão de normas, que participou da comissão enquanto a adjunta, foi a Conselheira Gabriela e a técnica Rosa, que estava como técnica de apoio da comissão de normas. E discutimos o Regimento Interno na plenária, se não me engano... Na plenária, não, na mesa diretora de outubro, se não me engano – e a mesa diretora definiu como encaminhamento que a comissão de normas paralisasse a revisão do Regimento Interno, tendo em vista que o termo usado era esse: revisão. A partir do momento que a gente coloca o resultado do encaminhamento – a súmula – na mesa diretora, o Coordenador Márcio manifesta em relação ao (áudio ruim) [03:54:30] contentamento com a condução, com a forma que foi levada essa discussão porque houve uma discussão prévia na comissão de normas. Realmente, acho que eu pequei de não ter apresentado isso, mas como foi tudo muito corrido, acabou que eu levei direto para a mesa diretora – que também deveria ser de conhecimento da mesa desde o início. Depois disso, apareceu a informação de que a comissão de normas não

estava fazendo uma revisão, mas era uma elaboração de minuta, um trabalho em cima do Regimento Interno, outras nomenclaturas que, depois, as outras pessoas podem (áudio ruim) [03:55:14] trazer para nós. E discutimos na reunião de novembro, se não me engano, na ação de normas e aí foi falado até de... Às vezes, tem um desconforto de tratar dessa pauta, mas chegou ao ponto de dizer de abuso de autoridade por ter levado essa pauta para a mesa diretora, considerando que não tinha finalizado na comissão de normas, mas a gente vai e resgata alguns artigos e vê que é atribuição do conselheiro pedir (áudio ruim) [03:55:48] na mesa diretora, independente se ele é vice, se ele é Presidente, do cargo que o conselheiro assuma. Nós, da comissão de normas, chegamos ao consenso de reunir com a mesa diretora para rediscutir esse encaminhamento de paralisar essa atividade. E, se não me engano, em dezembro que a mesa diretora se reuniu – acho que foi dia 14 – discutimos essa situação de novo, resgatamos as discussões da outra reunião da mesa diretora. Em determinado momento foi questionado se competia a mesa paralisar o trabalho da comissão de normas e nós chamamos a atenção de que quando paralisamos, paralisamos a revisão. A revisão do Regimento Interno tem que ser deliberada em plenária. Quando paralisamos a revisão, nem a coordenadora adjunta Gabriele e nem a técnica de apoio da secretária executiva da comissão de normas, a Rosa, não trouxeram esse dado de que não era revisão. E até mesmo o fluxo que foi apresentado também estava escrito revisão, enfim. E a mesa diretora decidiu pautar na plenária para dirimir essa dúvida, se compete à mesa diretora paralisar um trabalho da comissão. O art. 48 do regimento em vigor: “que casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão dirimidos pela plenária”. E também é importante que todos os conselheiros tenham o entendimento se o que estava sendo feito era revisão, se era elaboração de minuta. Se os conselheiros quiserem, podem pedir para a Secretaria Executiva projetar uma parte ou para encaminhar a minuta lá no grupo dos conselheiros, para entender um pouco melhor. Eu sinalizei na mesa diretora que o meu entendimento é, assim como estava na súmula e estava no fluxo, que era, sim, de revisão porque têm artigos que estão idênticos com o Regimento Interno atual e me preocupou. Quando propomos paralisar é porque observamos algumas questões, primeiro: no momento em que eu entrei, só tinha três conselheiros – me parece que antes tinha mais um ou dois da Seapa. É um instrumento muito importante que, talvez, tenha que ter uma discussão mais ampliada. Na reunião de outubro, a proposta de encaminhamento que tinha saído da mesa diretora, tinha sido pela criação de um grupo de trabalho e aí traríamos essa proposta em fevereiro, na próxima plenária. Esse GT seria composto por: Presidente, vice-Presidente e dois integrantes de cada comissão. Aí teria governo e sociedade civil. Das quatro comissões: ética, não contou; normas, apoio, política e orçamento, seriam dois de cada, oito, mais Presidente e vice, 10 conselheiros. Ampliaríamos a participação para essa discussão e também não foi deliberado se voltaria do início, se continuaria do artigo 48, mas teve aspectos que me

chamaram atenção, tanto que coloquei isso na primeira reunião da comissão de normas que discuti o Regimento Interno. Vou dar um breve exemplo para finalizar a minha fala: o regimento atual diz que o mandato da mesa diretora (áudio ruim) [03:59:27] um ano e nesse outro, na minuta, está que a proposta da mesa diretora é de dois anos. Como estava no fluxo, se fosse aprovado na plenária de novembro, conforme previsto no cronograma, não teria eleição hoje, por exemplo. Hoje continuaria para o governo esse mandato e, só depois da eleição, do novo (áudio ruim) [03:59:50] a conferência que a gente teria o mandato da sociedade civil por dois anos. São detalhes que para os membros da comissão, talvez, passou um pouco batido. Seria mais ou menos isso, está bem, gente? Difícil resumir a discussão de uns três meses. Foram várias reuniões discutidas da temática. Tentei trazer da forma mais resumida possível. E o que estamos trazendo? (Áudio ruim) [04:00:18] plenária, se a plenária julga necessário fazer uma revisão do Regimento Interno. E, se essa revisão será feita por um GT, disso que eu falei, ou pela comissão de normas. Me parece que chegamos até o consenso que no Regimento Interno não está explícito que é uma atribuição da comissão de normas porque no Regimento Interno atual, no art. 2º que fala das competências do CEAS, o inciso XXV, fala o seguinte: “Elaborar, alterar, aprovar e publicar o seu Regimento Interno e normas administrativas para orientar seu funcionamento”. Elaborar, alterar e aprovar o Regimento Interno não está posto como competência de nenhuma comissão, sabe? É mais ou menos isso. Vou abrir para acompanhar o *chat* para ver as inscrições. Gabriele, por favor. **GABRIELE, SEDESE:** Bem rapidamente, nem ia me inscrever, não. Acho que, na verdade, teremos que focar é nos encaminhamentos mesmo. Mas, só durante a discussão, a Patrícia informou que nem eu e nem a Rosa explicamos na reunião da mesa diretora que era uma minuta, então só para deixar claro, na votação que aconteceu na mesa diretora para se criar um GT, eu, inclusive, me abstive da votação porque entendi que o coordenador da comissão, o Márcio Caldeira, nem presente estava. Que aquele tipo de discussão não deveria ter sido continuado e explicamos, sim, que o intuito da comissão de normas era minutar o texto porque havia um fluxo de encaminhamento previsto para todas as comissões, para que todos os conselheiros contribuíssem, para que depois fosse para plenária. Eu avalio que isso estava esclarecido na reunião, mas eu entendo, como já falei para a Patrícia, acho que isso é uma questão de interpretação. E o que precisamos definir, de fato, é se estamos consensuados que o Regimento Interno precisa ser alterado? Acho que esse ponto é um dos grandes exemplos que mostra que o Regimento Interno precisa ser alterado, porque não está claro a qual comissão compete a revisão de um Regimento Interno. Fala que a comissão de normas tem uma atribuição ‘x’, fala que a mesa diretora tem uma atribuição ‘x’ também sobre os atos administrativos, depois fala que a competência é da plenária. Esse é só um exemplo mostrando que o Regimento Interno precisa ser revisto. E é como a Patrícia falou, temos que votar – bem objetivamente falando – se essa revisão será iniciada por uma comissão prevista em regimento, que é a comissão de normas ou

se será criado um grupo de trabalho para iniciar essa revisão. Porque, de toda forma, o regimento é um dos temas que precisa ser apreciado em plenária. Eu acho que a votação é entre esses dois encaminhamentos e é isso mesmo. Obrigada. **PRESIDENTE:** Ok, Gabi, obrigada. Lembrando que nessa reunião, a primeira reunião da mesa diretora em que tratamos essa pauta, o encaminhamento de vir para plenária de fevereiro sugerindo a criação do GT foi – acho que foi de cinco ou seis votos – com uma abstenção da Gabriele mesmo. Obrigada por esse acréscimo, Gabi. O Conselheiro Márcio está inscrito. **MÁRCIO, ASSPROM:** Conselheiros, primeiro, boa tarde a todos. Eu gostaria de pedir desculpas, a todos os conselheiros que estão presentes, pela minha ausência no dia de hoje, a minha ausência muito também no dia de ontem, muito em função de uma atividade que ocorre aqui na minha entidade, que me ocupou esses dois últimos dias. Estou, às vezes, conseguindo escutar algumas discussões, mas não estou conseguindo participar efetivamente. Eu peço humildemente essas desculpas pela minha ausência. Vou procurar ser bem breve também em externar o meu ponto de vista em relação a esse ponto, que já foi contextualizado pela Presidente Patrícia. Eu acho que o primeiro ponto importante, que a comissão de normas sempre se ateu na discussão relacionada ao Regimento Interno, é que não é competência da comissão de normas fazer a revisão do regimento, a competência é deste plenário. É deste coletivo. Isso está claro, está posto no nosso próprio regimento. Desde o início em que começamos a fazer esse trabalho, estava claro na comissão de normas. A comissão de normas teve uma alteração da sua composição, nesses últimos meses, de uma forma muito intensa, principalmente em função das alterações dos conselheiros governamentais. Nós tínhamos também uma baixa participação de conselheiros da sociedade civil também, embora já tivéssemos externado isso, nas plenárias anteriores, da necessidade de ter uma recomposição, uma participação mais efetiva. Só que, infelizmente, mantivemos a participação de poucos conselheiros na comissão de normas. O que entendemos com relação ao trabalho feito relacionado ao regimento? Como nos anos anteriores sempre foi uma pauta, um planejamento ou um desejo de que o conselho pudesse fazer essa revisão do regimento – isso sempre foi, como histórico desse conselho, uma atribuição que a própria comissão de normas faz, haja visto até a última revisão que houve desse regimento atual, que a própria comissão de normas, à época, elaborou uma minuta da revisão do regimento. Após essa minuta, foi trabalhada com todos os membros do conselho, com todas as demais comissões e na plenária, e houve a revisão, mas o ponto de partida foi uma minuta elaborada dentro da comissão de normas. Então, o que a comissão de normas fez? Nada mais do que trazer essa mesma linha de perspectiva nesse momento. E nesse momento de pandemia, a comissão de normas teve uma tranquilidade de estabelecer uma rotina de trabalho de todos os componentes que estavam presentes nela. A gente teve uma facilidade de ter um agendamento continuado de encontros, onde nesses agendamentos, nesses encontros, estabelecemos um fluxo de trabalho, além de várias outras pautas que já

foram colocadas aqui em plenárias, da comissão, também a pauta relacionada à questão do regimento. É fato, sim. A Patrícia está correta em uma afirmação dela, de que na pauta que a gente trabalhou na comissão de normas, a palavra revisão estava presente. Sim, muito no intuito de uma estrutura de planejamento que foi pensado. Mas, na efetividade da ação, do trabalho que estava sendo feito dentro da comissão, em momento algum entendemos que isso era revisão porque a revisão tem que ser do pleno, com autorização deste pleno. Quando ocorreu essa determinação da mesa diretora em relação que a comissão de normas paralisasse esse trabalho, à época fiz a minha manifestação no grupo da Mesa e por quê? Essa discussão, se era revisão ou não era, não chegou a ser feita dentro da comissão de normas. A Conselheira Patrícia, como colocou aqui na sua contextualização, trouxe diretamente na mesa diretora esse ponto de vista de que a comissão estaria trabalhando em uma revisão. E, no meu julgamento, essa falha de comunicação transformou toda essa discussão em uma tensão muito elevada. Eu externo aqui, neste plenário, que houve, sim, uma discussão – tanto na mesa diretora, quanto na comissão de normas – muito intensa e tensa em relação a essa forma como feita a determinação da mesa diretora, porque houve uma determinação sem escutar as partes, foi direta, foi intervencionista. Eu estou colocando o meu ponto de vista. Gostaria muito que os próprios membros da comissão também, que cada um se manifeste dentro do seu ponto de vista, evidentemente. Na última reunião da comissão de normas solicitamos que rediscutíssemos isso na mesa diretora, foi feita a reunião da mesa diretora e discutimos novamente. A comissão de normas fez um pleito de solicitar à mesa diretora que revisitasse a decisão, uma vez que estávamos fazendo apenas uma minuta – não estávamos trabalhando em revisão regimental – para que já pudéssemos apresentar ao pleno um ponto de partida. Essa era a nossa linha de raciocínio na comissão de normas. E, como também não conseguimos chegar nesse consenso na mesa diretora, a matéria veio para este plenário. Essa é uma contextualização bem objetiva também, não gostaria de me alongar muito em função até do próprio horário. Obrigado. **PRESIDENTE:** Obrigada, Márcio. Tem alguma inscrição depois do Márcio? Mais algum conselheiro da comissão gostaria de se manifestar? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Patrícia, Lucas. **PRESIDENTE:** Por favor, conselheiro. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Obrigado, Presidente, pela palavra. É só mesmo contribuir com a fala do Márcio e dizer que toda essa discussão da minuta construída pela comissão de normas não foi discutida somente por três conselheiros. Essa minuta foi discutida por oito conselheiros o que dá qualidade também no trabalho da minuta em si. Vou citar nominalmente os conselheiros que participaram dessa discussão e que podemos comprovar isso com a própria súmula das reuniões da comissão: este conselheiro que vos fala, Conselheiro Márcio, Conselheira Gabriele, Conselheira Cynthia, Conselheira Vilma, Conselheira Noelle, Conselheiro Jayme, que era o nosso Presidente e a Conselheira Dayane. Nós temos aí uma participação e uma contribuição muito forte desses

conselheiros que participaram das discussões dessa minuta. Como o Márcio trouxe, não era uma revisão, mas era um ponto de partida que a comissão quis propor para a plenária, mas justamente pensando na autonomia e na autoridade que essa plenária tem para decidir se seria válido, até o próprio o fluxo preparado pela comissão de normas para que a gente pudesse tentar suprir essa necessidade que, como bem colocou a Francielly aqui, a gestão passada deixou um indicativo para essa revisão do Regimento Interno. E na primeira reunião que eu pude participar presencialmente, na nossa primeira reunião presencial do conselho após a posse a Rosa havia externado, enquanto técnica da comissão, que havia essa demanda há mais de seis anos, de uma necessidade de revisão do Regimento Interno. O intuito da comissão de normas foi contribuir para essa discussão do Regimento Interno apresentando uma outra proposta, não só uma revisão daquilo que já está colocado porque a gente entende que existem diversas falhas que precisam ser sanadas, mas começando do zero mesmo, trazendo uma nova perspectiva e um novo traçado do Regimento Interno. Essa é a minha contribuição. **PRESIDENTE:** Ok, Lucas, obrigada. Temos duas perguntas no chat. A Mayra perguntando, falando que ela gostaria de saber das atividades da comissão de normas durante o ano de 2020. E a Francielly diz que tem uma dúvida e, se pudesse, gostaria de esclarecimento: “Nas plenárias e mesa diretora há sempre o repasse dos trabalhos desenvolvidos pelas comissões. Não foi (áudio ruim) [04:15:54] da comissão de normas em alguns desses espaços? Conselheira Luanda se inscreveu. **LUANDA, FETSUAS/MG:** Eu também gostaria de me manifestar porque nessas reuniões da mesa diretora eu também estive presente e, no sentido de contribuir para seguirmos com o encaminhamento, não é? Eu fiquei com uma dúvida quando o Conselheiro Márcio traz a contextualização. A primeira coisa que eu queria perguntar: com relação à minuta, que no passado, quando foi feita alteração do Regimento Interno, foi feita pela comissão de normas, como que chegou a demanda na comissão de normas? Se veio uma demanda da plenária, da mesa diretora ou se foi uma demanda da própria comissão de normas, se foi a própria comissão de normas que decidiu minutar, apresentar para provocar a plenária para realizar a mudança, alteração no regimento. Uma segunda coisa que eu queria pontuar, eu acho que vai pode vir até contra com o que a Francielly colocou aqui nos comentários, que é em relação aos repasses. Justamente por a mesa diretora ampliada contar com a presença dos coordenadores de comissão, justamente para que se tenha esse fluxo de repasse de informações das atividades que tão sendo realizadas, inclusive, para a mesa diretora conseguir deliberar melhor o que é cada comissão vai fazer, porque estão ali presentes o coordenador e o coordenador adjunto, que ajuda a dar esse Norte. E, realmente, nas reuniões de mesa diretora não foi dado esse informe e nem nas plenárias. E nas plenárias, eu entendo até a *mea-culpa* deste conselho porque ficamos um período sem dar informes das comissões, mas, se eu não me engano, na plenária de outubro as comissões tiveram um momento para dar os repasses dos trabalhos. E aí, já vem um

terceiro ponto que eu gostaria de colocar, que foi minha surpresa em relação... Não entrando no mérito se é revisão, se é minuta, mas de saber só depois que a comissão de normas estava realizando esse trabalho, que é muito importante como o Lucas disse, é algo que falamos muito da necessidade de acontecer uma revisão do Regimento Interno. Esse ponto é super consenso mesmo, mas me veio a surpresa por duas questões principais: a primeira é de que já conversávamos sobre as dificuldades que os conselheiros e, principalmente os da sociedade civil, estavam encontrando para acessar os links das reuniões, para se manter na reunião. Acho que hoje tivemos um exemplo disso, que foi muito nítido no momento da votação, no momento mais importante, o pessoal com dificuldade de entrar, o pessoal caindo, a gente não sabendo quem está aqui. Quer dizer, mais uma vez, eu vou ficar repetitiva – eu falo isso toda plenária – mas, de nós entendermos a limitação deste momento. E aí a minha surpresa de saber que a comissão de normas estava fazendo reuniões semanais e a gente entendendo que – inclusive as pessoas que solicitaram o acesso à internet, receberam um chip com limite de dados. Sabemos que conselheiros podem participar das reuniões de comissão como ouvintes, observadores e de nós não sabermos que as reuniões estavam acontecendo semanalmente. Fui descobrir nessa reunião de mesa diretora. Isso foi uma surpresa e uma surpresa negativa para a gente entender que nós tínhamos consensuado, aqui, prioridades no conselho em um momento superdifícil. E a segunda coisa é essa, de que a gente definiu – e me corrijam, secretária executiva também – havíamos definido que, pelo momento de pandemia, pelo contexto de reuniões online, priorizaríamos as pautas importantes, as pautas principais para qualificar a participação de todo mundo. E eu não entendi que, apesar de ser algo que todo mundo está ansiando, algo superimportante e relevante, não foi discutido se isso seria uma prioridade do conselho nesse momento de pandemia, de reunião online, de dificuldade de participação de vários conselheiros. E eu digo assim, às vezes eu estou com a minha internet Wi-Fi, mas, de repente, ela para e vocês param de me ouvir. É uma confusão danada. Não só de não ter acesso, mas porque a coisa não está qualificada como deveria estar. Pontuei isso também na reunião de mesa diretora como fizemos aqui na temática das comunidades terapêuticas, que é algo complexo, que é algo que a gente tem que se debruçar com muito carinho e muito cuidado, de que isso requer a criação de um GT, que requer uma participação mais ampliada para discutir os termos, para discutir o texto, as vírgulas, os pontos, onde deve e onde não deve até para dar mais legitimidade. E, por fim, entendendo que houveram reuniões com poucas participações. O Lucas colocou a participação de oito conselheiros e aí até problematizo esse ponto porque a maior parte deles é governamental, aí o nosso princípio da paridade, da proporcionalidade, dentro da comissão, fica também prejudicado. E uma última coisa é esse fluxo – que, para mim, foi até novidade. Talvez, eu não me atentei durante as reuniões de mesa diretora – que foi criado pela comissão de normas, foi criado a partir do quê? Foi criado um fluxo para revisão do Regimento Interno, mas como assim? Um fluxo se a gente

não tinha deliberado ainda? Eu entendo a boa intenção, sabe, gente? Estamos vivendo esse momento em que queremos fazer as coisas acontecerem mesmo. Nós estamos em várias urgências. Mas, eu gostaria de ponderar isso com muita tranquilidade também, de que algumas coisas precisam ser feitas com um pouco mais de cuidado e com um pouco mais de participação. Foi nesse sentido também que eu me posicionei em todas as reuniões de mesa diretora que ocorreram, que falaram sobre esse tema e fica aí a pergunta. Inclusive, que é muito bom a gente revisitar o passado porque se a gente já tem uma coisa feita no passado e que deu certo, vamos repetir. Vamos pensar como que nós vamos fazer agora os próximos passos, se vamos criar esse GT ou o Márcio contextualizou a questão de como foi feito no passado. Como é que foi feito esse pedido de minuta para comissão de normas e, a partir dessa minuta, como é que foi feito. Vamos criar o fluxo. Só que o meu último questionamento é: nós precisamos nos debruçar nisso agora? E isso é algo até novo. Não coloquei isso lá na mesa diretora, se eu coloquei foi entrelinhas. Mas, o meu posicionamento pessoal, neste momento, é de que estamos vivendo uma pandemia. É de que estamos vivendo reuniões online não qualificadas e de que precisamos priorizar pautas e que, apesar de isso ser importantíssimo – o Regimento Interno – é o momento? É o contexto? É a conjuntura para fazermos isso? Vamos fazer com qualidade? Com a dedicação e o carinho que exige esse tema? É só isso mesmo que eu queria falar. **PRESIDENTE:** Ok, Luanda, obrigada. Os conselheiros preferem que a gente peça que a comissão de normas responda os questionamentos que foram feitos ou que a gente segue a ordem de inscrição? Não sei também se a comissão prefere já falar, porque são tantas coisas... Para não se perder, não sei. Vamos ver aqui se o Márcio, se a comissão, se alguém da comissão se manifesta. Não teve manifestação no chat, então vou seguir com a ordem de inscrição. A próxima é a Conselheira Natália. **NATÁLIA, FEAPAES/MG:** Eu estou em trânsito, não sei se a minha internet vai ficar muito estável, mas eu gostaria de me manifestar porque eu também participei das reuniões da mesa diretora. E, diante das falas que foram apresentadas, eu fico pensando se a comissão está fazendo uma minuta, não é a revisão e, depois, isso será apresentado? E se no Regimento Interno é previsto que a revisão seja feita a partir de um GT? Pensando em otimização do tempo, faria mais sentido que incorporasse essas pessoas que estão atuando hoje, na produção da minuta, já no GT. Que se fosse criado o GT, se for decidido pela revisão do regimento, para que a gente otimize o tempo porque vai fazer uma minuta e depois vai criar um grupo de trabalho para então revisar o regimento? Acho que não faria muito sentido a lógica. E pensando na otimização do tempo, teria que ser incorporado e já estruturar o GT para trabalhar na revisão. Seria isso. **PRESIDENTE:** Ok, Natália. Obrigada. Só um esclarecimento, não sei se deixei claro na minha fala, o Regimento Interno fala que a revisão do Regimento Interno tem que ser deliberada pela plenária. E o art. 2º, que fala das competências do CEAS, o inciso XXV, fala que elaborar, alterar, para aprovar e publicar o regimento é uma atribuição

do CEAS, mas no art. 25, que destrincha todas as competências e as atribuições, não coloca para comissão nenhuma e não está imposto que é um GT. A ideia do GT foi da mesa diretora para ampliar o debate, possibilitando que mais conselheiros participem, enfim. Desculpa que eu pulei, a próxima inscrita é a Sandra. Sandra retirou a inscrição. Só porque furei a fila, Sandra? Desculpa. **SANDRA, CMAS MONTES CLAROS:** Não, Patrícia. Eu fui contemplada na fala da Luanda, viu? Por isso que eu retirei, não irei repetir. **PRESIDENTE:** Está bom. Obrigada, Sandra. Não temos mais nenhuma inscrição. Algum conselheiro da comissão de normas gostaria de fazer alguma consideração? **MÁRCIO, ASSPROM:** Patrícia e demais, me desculpem porque fiquei um pouco ausente, mas acho que consegui pegar algumas informações aqui. Acho que tem uma pergunta no *chat* que você tinha colocado. Acho que a demanda da Conselheira Mayra, com relação aos trabalhos da comissão de normas, eu acho que a gente já tinha tirado isso na mesa diretora, porque a Secretaria Executiva enviaria para a Conselheira Mayra toda minuta, de todas as pautas que a comissão trabalhou ao longo desse ano de 2020. Tem muito matéria lá para que possamos apresentar aqui. Eu peguei parte da fala da Luanda com relação ao repasse de informação nas plenárias. Eu entendi que a gente deliberou lá no início do processo, que começamos a fazer as nossas agendas de forma virtual, que o que deveria ser levado à mesa ou à plenária só matérias de deliberação. Matérias de deliberação, por isso a comissão de normas entendeu que essa questão do regimento não é matéria de deliberação porque não competia à comissão levar nada de deliberação sobre Regimento. O outro ponto que eu acho que é importante pensar e falar aqui também que a comissão de normas se reorganizou e trabalhou de uma forma efetiva, semanalmente, mas houve semanas também que não conseguimos reunir em função de agendas, em função de acessos. E toda a organização que fizemos na comissão de normas foi estritamente em acordo e consenso com todos os conselheiros. Embora todas as comissões, a reunião ordinária das comissões conforme o próprio regimento apontava, é uma vez por mês presencial, quando passamos para esse meio digital a comissão de normas teve uma condição efetiva de se reunir de uma forma mais continuada. Isso foi pactuado com os próprios conselheiros. Houve mudanças de agendas de acordo com a própria solicitação dos conselheiros. Então tivemos essa autonomia de organizar a nossa agenda para dar conta de todas as pautas que foram apresentadas à comissão de normas. Nesse sentido, não vejo que a comissão extrapolou uma agenda ou uma organização. Ela simplesmente se organizou para atender uma demanda de trabalho, atender a sua demanda de trabalho. Mesmo que a gente tenha acesso, dificuldade de acesso e etc., nós sempre ficamos atentos a isso. Outra questão na comissão, quando o Conselheiro Lucas aponta que foram mais de oito conselheiros que passaram, sim, houve vários conselheiros, inclusive governamentais, mas em momento algum houve uma quebra de paridade. Porque quando se fala dos oito conselheiros que passaram, são conselheiros que entraram, que saíram e que foram substituídos. Sempre tivemos essa lógica de paridade e

esse é um ponto muito tranquilo diante da comissão. Essa lógica que está colocada, da falta de informação, para a mesa diretora do que a comissão estava fazendo, eu sinto que é como se a comissão tivesse que dar ao entendimento, aos demais conselheiros, de tudo que ela estava fazendo. Mas, enquanto comissão, enquanto deliberação que foi feita, só iria levar para plenária e para mesa diretora aquilo que era matéria de deliberação. Fica difícil entender qual que é o ponto, realmente, de equilíbrio dessas questões como um todo. Acho que são pontos que estão sendo trazidos de organização. A organização da comissão de normas teve sua autonomia de organização para que seus trabalhos dela fossem realizados e com muito zelo, com muito cuidado, com muita transparência, com muita ética. Esse é o trabalho da comissão e todas as pautas que fizemos e que trouxemos à plenário, antes de trazer para o plenário, tomamos todos os cuidados devidos. Eram pautas extremamente tensas e se, realmente, não fizéssemos nosso trabalho de uma forma bem leve e correta, poderíamos trazer para este plenário uma discussão enviesada, sem sentido, de várias pautas que foram apresentadas para à comissão de normas. Procuramos, de uma forma muito ética, fazer todas as nossas discussões. O que estamos trazendo para este pleno é uma ideia de que a comissão de normas, como já foi colocado aí uma necessidade de fazer uma revisão de regimento, como é um histórico dentro dessa comissão, estávamos trabalhando em cima de elaboração de uma minuta. Esse era um esforço que a comissão de normas estava fazendo para apresentar quando do retorno das atividades presenciais e quando este pleno autorizasse a revisão regimental. Nós estávamos simplesmente fazendo um trabalho para este conselho. Em momento algum a comissão, como eu faço e repito aqui, ela ultrapassou a sua competência porque a competência de revisão é deste conselho. Eu queria deixar isso bem transparente aqui para nós. Eu acho que foi uma discussão colocada na mesa diretora, no meu juízo, no meu julgamento, foi uma discussão precipitada que causou muita estranheza na comissão de normas e que a gente, realmente, não conseguiu chegar a um consenso e estamos discutindo esse ponto aqui, neste plenário. Houve muita falha de comunicação entre a gente. Muita falha nós poderíamos ter dirimido essas questões lá atrás, mas não, infelizmente estamos discutindo no pleno uma falha de comunicação entre nós conselheiros. Obrigado. **PRESIDENTE:** Ok, Márcio. Obrigada. Você disse tudo agora, sim, falha de comunicação. Me desculpem, mas vou abrir um precedente que os Presidentes que me antecederam abriram de falar sem inscrição. Desculpe, Irajá. Muito pegando o gancho na fala do Márcio. Comissão (áudio ruim) [04:34:04] para plenária, não levou para mesa diretora, (áudio ruim) [04:34:07] não seria necessário convidar quem queria participar. Tem (áudio ruim) [04:34:12] em ata eu falando que quando fosse (áudio ruim) [04:34:16] que era importante do Regimento Interno (áudio ruim) [04:34:23] não deliberando pela revisão, eu falando que eu queria participar da revisão do Regimento Interno quando a comissão fosse mexer nele. Márcio respondendo que já estava no radar, inclusive, que eu já tinha falado isso antes. Isso consta em ata, não é, gente? Às vezes, a

gente acha que faltou comunicação de informar para os interessados. Na época o Hugo e o Daniel também registraram em ata que queriam participar e a comissão sempre falando aqui nas plenárias que estava esvaziada a comissão, mas, ao mesmo tempo, não informa para nós que estava mexendo no regimento. Então ficou uma falha de comunicação que, infelizmente, causou um desgaste. E, ao mesmo tempo, tem pauta parada na comissão. A resolução de denúncia foi deliberada no ano passado para ser revisto, isso foi uma demanda da comissão de política – eu sempre falo disso, porque eu estava na comissão de política na época, por coincidência, foi até a Francielly que sugeriu em plenária esse encaminhamento (áudio ruim) [04:35:21] e a proposta foi deliberada e aí, assim, pelo menos nas pautas que eu vi das últimas reuniões da comissão de normas, estava parada a resolução de denúncia. Independente do motivo, talvez fosse interessante se tivesse conversado com a mesa: “Temos essa resolução de denúncia que paramos porque precisamos elaborar o Regimento Interno”. Aí, a gente ia pensar: “Opa, vamos elaborar o Regimento Interno, então como que será?”, faltou comunicação mesmo. Desculpa, gente, por ter furado fila. Irajá, você é o próximo inscrito.

IRAJÁ, APOINME: Olá, gente. Acho que já é boa noite. Já são 18h07, então boa noite a todos. Eu também fiquei muito (áudio ruim) [04:36:13] estranhei porque eu sempre conversava com o Daniel. E Daniel sempre apontava que já estava mexendo, sim, no Regimento Interno. Ele queria tanto participar e não tinha sido liberado para ele participar. Ele sempre questionava. Ele sempre conversava no particular. Sempre havia esse... Não esse entendimento da participação dos demais conselheiros. Eu quero voltar uma pergunta para o Márcio, por que não abrir, naquele momento, para discussão com outros conselheiros que não faziam parte da comissão? Ele sempre me questionava porque também tinha interesse em participar para fazer junto, dar opinião dele, mas nunca houve essa abertura de diálogo. Estou vendo aqui também que são pouquíssimos conselheiros que estão presentes, acho que são 24 pessoas para uma discussão tão importante. Eu acho que é tão importante essa discussão do regimento, acho que tem que ser feito. Acho que tem que ser revisado, sim, porque precisamos formular um regimento, uma proposta mais dentro do CEAS, mas também precisa de colaboração de pessoas que não sejam só da comissão. É precisa também ouvir as pessoas de outras comissões, que também querem compartilhar a ideia. Eu sei que a comissão tem essa competência de fazer o regimento. Márcio, acho que você foi bem sensato quando você fala que faltou comunicação. Acho que faltou esse diálogo para que nós pudessemos contribuir juntamente com vocês. Vocês acertaram de propor isso, de fazer uma minuta para construir uma ideia dentro daquilo que está proposto. E a gente construir junto a proposta, com ideias de pessoas novas, com ideias de pessoas que querem mostrar o serviço mesmo. Acho que é isso que é o conselho, são pessoas que vêm, que renovam a ideia, que renova o conselho. Acho que as pessoas que chegam querem fazer realmente, mostrar o serviço, querem chegar mostrando que vieram para fazer essa mudança, por isso que este conselho é dinâmico. E

precisamos dessas pessoas, sim, mas também precisamos de outras pessoas que também querem contribuir. Eu fiquei decepcionado com tudo isso porque, queira ou não, eu também queria participar. Queira ou não, outras pessoas também querem participar. Eu fiquei assim, quando vi a proposta, principalmente uma proposta que me chamou a atenção, até a Patrícia a leu hoje no pleno, que foi a mudança dessa minuta. Eu não sei, isso será discutido, se vai continuar ou não, de passar a coordenação de (trecho incompreensível) [04:39:40] da mesa diretora para dois anos. Bom, na minha opinião, é inviável porque, muitas vezes, você consegue se eleger para dois anos, você tem a ideia de ser um coordenador de comissão. No outro ano você vai para uma assembleia, você acaba não sendo eleito, então você não consegue. Essa alternância de um ano, acho que não deveria ser mexido. Acho que o regimento tem outras coisas com prioridade para mexer. Essa é a minha opinião, mas venho também dizer que a comissão realmente está de parabéns por essa iniciativa. Precisamos, sim, de fazer essa mudança, mas com cautela. **PRESIDENTE:** Ok, Irajá. Muito obrigada pela fala. Estou vendo aqui nas próximas inscrições, a próxima sou eu. Então aproveitar... A Sandra colocou no chat que precisamos avançar. Pergunta se essa pauta, do momento, é uma prioridade? Que se for, que a gente delibere um GT para fazer uma proposta e trazer para plenária, senão (trecho incompreensível) [04:40:53]. Então, em cima disso, apresento uma proposta de encaminhamento: de deliberarmos pela revisão do Regimento Interno e criar um GT. A proposta do GT é que tenha Presidente, vice e dois integrantes de cada comissão, normas, política, orçamento e apoio, sendo um do governo e um da sociedade civil. E que a gente aproveite a minuta, que já começou a ser elaborada pela comissão de normas, está robusta – nosso Regimento Interno no art. 50... **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Patrícia? **PRESIDENTE:** Só concluindo, conselheiro. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** É uma questão de ordem. **PRESIDENTE:** Questão de ordem, por favor. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** O momento de encaminhamento é depois da discussão. Ainda temos a inscrição de Mariana, de Francielly, então acho que têm que ser ouvido os demais conselheiros para depois fazer os encaminhamentos. **PRESIDENTE:** É, eu estou apresentando uma proposta. Às vezes, várias discussões são feitas propostas no decorrer e vamos continuar a ordem das inscrições, sim, conselheiro. Continuando. A sugestão é de aproveitar a minuta que está robusta. O regimento atual tem 50 artigos e a proposta tem 124. A comissão de normas foi até o art. (áudio ruim) [04:42:07] mas, como eu coloquei no início, como podem ser novos conselheiros, muita gente chegando e algumas coisas, talvez, possam ter passado batido porque teve muita troca. O Lucas citou vários nomes, então, às vezes, pode ter passado batido alguma coisa ou outra, como a questão do mandato de dois anos da mesa diretora, por exemplo. Se a gente aprova assim, depois, o próximo mandato, dois anos, como que será? É importante discutir. E é claro que a comissão de normas sempre colocou – é bom eu frisar isso – que levaria para plenária

depois, levaria para todas as comissões antes de levar para plenária. Essa minuta do jeito que está ainda seria rediscutida. A proposta é essa, no sentido de aproveitar e reinicia do art. 1º para que todos os conselheiros continuem, partam do zero, para entenderem o Regimento Interno e avançar no trabalho dessa proposta de minuta, garantindo ampla participação. A próxima inscrição é da Conselheira Mariana. **MARIANA, SEDESE:** Pessoal, estou aqui acompanhando e tentando entender exatamente qual foi o problema, sabe? Eu fiz até uma lista de questionamentos. Eu entendi que o trabalho da comissão de normas está sendo, de certa forma, desqualificado. Não estou querendo usar essa palavra de forma pejorativa e nem agressiva, não, mas o que eu fiquei refletindo é qual a função da comissão de normas, se ela não teria função de fazer isso? Mas, apesar de, eu entendi que a maioria também não concorda com o que foi feito, me veio a pergunta: Se quem não concorda, teve acesso ao que foi feito? Se estamos tendo um questionamento só da forma que foi feito ou do conteúdo que foi desenvolvido? Foram questões que não ficaram claras para mim. A Patrícia comentou que apenas alguns artigos foram... Ela colocou: “Eu questiono o conteúdo”. Mas, pelo que eu entendi também, o trabalho da comissão de normas está no início ainda. Você falou isso por último e coloquei aqui como uma dúvida minha. Uma outra ponderação que eu queria fazer, além dessas, o fato de que muitos aqui levantaram como dificuldade de participação o fato de estarmos nas reuniões virtuais. E isso eu já vi em outros momentos, inclusive hoje e ontem, você sempre levantando essa questão. E queria também trazer essa reflexão e até uma ponderação, porque eu também até disse ontem: nós não temos previsão de retorno às atividades presenciais. Se nós não nos adaptarmos – entendo as dificuldades, mas aí eu acho que temos de trabalhar essas dificuldades pontualmente, quais os conselheiros, quando? A dificuldade é de agenda? A dificuldade é de leitura? De acesso? Como a Dona Anédia falou: “Ah, pode mandar para mim no papel?”, eu acho que a gente teria que partir para soluções desses problemas, a dificuldade do acesso. Nós tivemos esse ano vários questionamentos. A questão do acesso sei que é difícil, a questão do chip, mas o estado fez uma nova licitação, então aumentou a quantidade de dados. A agenda, a gente nunca vai conseguir atender 100% das pessoas. E quando um conselheiro falou para mim que a comissão já tem oito membros, eu até acho uma quantidade grande, mas, e também, lógico, não tem impedimento nenhum. Se todos os conselheiros quiserem acompanhar as reuniões da comissão, eu não entendi porque isso é um impedimento. São ponderações. Nem participei dessas discussões, mas também pensando em um encaminhamento. Se esse trabalho continua dentro da comissão, os conselheiros interessados participam do trabalho junto com a comissão e continua o trabalho que já foi feito, não precisa perder o que já foi feito porque eu acho que a gente não precisa retornar, andar para trás, ou perder. Tem condição de aproveitar o que já foi feito porque têm algumas pessoas que fizeram alguma coisa. Estou falando isso sem ter acesso ao que foi feito, está bem, gente? Estou querendo achar que a gente pode chegar em um meio termo, porque

eu fico pensando que criar um grupo de trabalho com todos os conselheiros, é como se a gente tivesse criando até plenárias paralelas e a função das comissões não é exatamente de adiantar o trabalho e levar para plenária? Então eu penso assim que, em momento nenhum, a plenária não seria consultada e não iria opinar. A voz é da plenária. O voto é da plenária. Eu não entendi ainda qual foi o prejuízo que essa comissão causou da forma como foi discutida, eu fiquei pensando qual a gravidade da coisa que foi escrita nessa minuta. Vocês me desculpem até a forma como que eu estou expressando porque eu também não li. Está bem. É isso.

PRESIDENTE: Ok, Mariana. Temos algumas questões no chat. A próxima inscrita era a Francielly. Ela disse que foi contemplada e retirou a inscrição, mas endossou a importância da minuta do fluxo de denúncias. Eu respondi a fala da Mariana, de que eu questionei o conteúdo. Um exemplo, até dei, que, por exemplo, se tivesse sido aprovada da forma como estava, não teria nem tido eleição. A presidência não seria da sociedade civil agora porque o mandato seria de dois anos da mesa diretora. Tem outras coisas que não dá para ficar entrando muito no conteúdo da minuta. Mas, por exemplo, de que a comissão de ética não seria paritária; de que a própria comissão de ética aplicaria sanções, sendo que, hoje, se tiver algum processo ético, a plenária é que decide, enfim, têm vários artigos que eu questiono o conteúdo; que ficou no art. 48, quando eu entrei e tem 124. Como a Gabriele colocou: “O conteúdo não foi concluído, não chegou nem perto disso”. Eu também coloquei que o art. 2, inciso XXV, não coloca a revisão do Regimento Interno como uma atribuição da comissão de normas. Mariana perguntou se estamos tirando atribuição da comissão, entendi dessa forma. Não, porque não está posto que é da comissão. A Sandra entendeu que está sendo questionada a forma como foi feito e o Irajá colocou que ele entende que parece que seria feito em sigilo. A Natália colocou que ela não compreende a diferença entre a minuta e a revisão, uma vez que não foi definido em plenária nem a revisão. Ela questiona qual o sentido de todo trabalho de uma comissão de elaborar uma minuta sem que a revisão foi aprovada em plenária. A Luanda responde um questionamento da Mariana, que a comissão não comunicou que estava havendo as reuniões, então, com isso, não conseguiu ter participação de mais pessoas interessadas. Irajá também colocou um pouco disso na fala. A Mariana falou sobre os oito conselheiros que tinha na comissão. Teve muita transição, às vezes, era um, depois entrava outro e, na época que eu entrei, tinha três: a Gabriele, o Lucas e o Márcio. Por isso que eu questionei que era importante ampliar a participação. O Conselheiro Lucas se inscreveu. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Eu acho que é só para poder contribuir, finalizando. Quando a gente trouxe essa temática, até a primeira versão da minuta, eu elaborei justamente pegando uma prerrogativa de que o Regimento Interno garante a todo e qualquer conselheiro, no art. 38, inciso XV, que compete aos conselheiros propor alterações no Regimento Interno e nós começamos a fazer uma construção em conjunto do primeiro esboço que eu apresentei. Não conseguimos construir a minuta, justamente por uma deliberação da mesa diretora falando que

deveríamos paralisar os trabalhos, então nós não conseguimos nem concluir essa minuta. Um trabalho que não chegou a ser findado. Quando fala da quantidade de artigos, pode ser que isso seja até mais artigos porque é preciso pegar outras contribuições. Na verdade, a nossa ideia era trazer um esqueleto para ser apresentado e apreciado pela plenária, e, justamente, buscar as contribuições dos outros conselheiros. Não sei dos que estão aqui, quem conhece o processo legislativo, uma lei começa com a minuta de lei, um projeto de lei e a partir daquilo é que se vem melhorando com a discussão de todos os demais deputados, os demais legisladores, contribuindo em cima daquela normativa. O Regimento Interno não deixa de ser uma normativa. Se a gente pegar para discutir o Regimento Interno, vamos supor que seja por um grupo de trabalho, nós vamos partir de onde? Nós vamos partir do próprio Regimento Interno que estamos questionando, que precisa ser reformado? Claro que isso é possível, mas entendemos que seria também uma outra alternativa começar algo do zero e, por isso, nós minutamos para submeter à apreciação da plenária, para que aprovasse um fluxo que também estava sendo sugerido pela comissão de normas para que começássemos a discussão da revisão, de uma possível revisão futura ou propriamente deixar de lado isso que a gente tem e seguir com a proposta que comissão de normas estava trazendo. No mesmo sentido que o Regimento Interno não coloca essa competência para uma comissão específica, também não deixa de trazer que é uma competência de as comissões subsidiar essa plenária nas discussões das suas temáticas. Isso não impede que a comissão de política queira trazer um projeto de regimento, uma minuta de um Regimento Interno. Isso não impede que a comissão de normas queira trazer uma minuta de Regimento Interno ou um capítulo de um Regimento Interno. É isso. Eu queria só ponderar que o intuito da comissão de normas foi justamente colaborar com essa plenária, trazer uma estrutura, um esqueleto de algo que pode ser construído melhor porque, querendo ou não, a competência da análise normativa, das normativas em si, do conselho, é da comissão de normas. Foi justamente esse o intuito. Se for deliberada a criação do grupo de trabalho, não há problema nenhum, mas vamos partir de uma discussão que ainda não foi nem concluída por uma comissão ou de onde que vai partir. Acho que ponderar isso é muito importante. Quando Patrícia traz dos conteúdos, o conteúdo ainda precisava ser reformulado, tanto é que a gente ia finalizar essa revisão, essa primeira revisão para rever toda a minuta novamente para que pudéssemos apresentar essa minuta juntamente com o fluxo que estávamos propondo para plenária, para que a plenária pudesse estabelecer se a gente poderia se debruçar sobre isso ou se o melhor caminho seria pegar o regimento que já está aí e reformular ele, fazendo mais emendas em algo que é cheio de buraco. Eu acho que ia ser uma famosa colcha de retalhos. Não no bom sentido, mas no mal sentido porque uma legislação, para ela ter uma robustez, ter um conteúdo legal, precisa ter coesão. O nosso regimento não tem coesão nenhuma. Com o devido respeito que devemos ter com todos aqueles conselheiros que construíram esse Regimento Interno, que hoje vige para nós.

Obrigado, Presidente. **PRESIDENTE:** Ok, Lucas, obrigada. O próximo inscrito é o Márcio. A Mariana fez uma proposta de encaminhamento no chat. Eu vou pedir para a Secretaria Executiva ver e colocar junto da que ela já digitou, para a gente ir agilizando. Conselheiros, já são 18h28, vamos fazer as nossas falas com calma. Temos o Márcio inscrito e depois a Francielly. E aí, eu sugiro que a gente parta para os encaminhamentos. Quem quiser se inscrever ainda, que se inscreva durante a fala da Francielly. Quando a Francielly encerrar a fala, encerra a inscrição. Ok? Márcio, por favor. **MÁRCIO, ASSPROM:** Obrigado, Patrícia. Eu acho que se a gente fosse discutir, ia ter muito tempo para discutir, mas quero ser bem objetivo. O conselheiro Irajá colocou a questão de que estava muito fechado. A comissão, em momento algum, estava fechada. Eu acho que tivemos participação, inclusive, do próprio ex-conselheiro Daniel, a gente teve participação na comissão de normas. Eu acho, como falamos: falta de comunicação. Em momento algum a comissão está fazendo algo em sigilo ou impedindo a participação dos demais conselheiros. Em hipótese alguma estamos pensando nisso ou pensou nisso. Um outro ponto, que foi colocado aqui pela Conselheira Francielly. Começamos a fazer análise do fluxo de denúncia e, quando iniciamos essa discussão do fluxo de denúncia, nos deparamos com obstáculos no regimento. Entendemos que o regimento era um ponto nevrálgico que precisaríamos atacar para que pudesse ter condição de avançar no fluxo da denúncia. Esse foi também um dos motivadores da questão de nós apresentarmos, dentro da comissão, a proposta de minutar um regimento. Em relação a questão dos conteúdos que estão lá dentro, como foi colocado aqui como exemplo da questão do mandato de dois anos, que não teria essa recondução hoje, se me permitem, mas como formação de história, nós não podemos trazer para o presente algo que está no futuro. Estamos em um processo de discussão, eu acho que colocar isso como uma justificativa é muito temerário porque há uma proposição e uma proposição não é uma realidade. Acho que não podemos pegar isso como um argumento para justificar uma questão do conteúdo, porque é uma discussão que está sendo feita. Eu acho que todas essas questões que são colocadas, a lógica da comissão de normas trabalhar uma minuta, mesmo que ela não tenha sido deliberada em plenária, penso que pode ser uma autonomia, uma prerrogativa do conselheiro de estar se debruçando em cima de alguma matéria importante para o trabalho do controle social. A comissão de normas teve esse entendimento, se debruçar em cima de uma proposta, de uma minuta para o conselho. É uma autonomia e uma percepção da minha ação enquanto conselheiro, enquanto atuante no controle social. Eu vejo isso com muita tranquilidade nesse aspecto. Como o Conselheiro Lucas já está colocando, o GT é algo extremamente importante, que possamos avançar, mas o nosso ponto nevrálgico dessa discussão – no meu julgamento, humilde julgamento – é a posição política que a mesa diretora teve em relação ao trabalho que a comissão estava fazendo. Eu acho que esse é o ponto nevrálgico dessa discussão. Porque teremos pontas de vários lados, argumentos de todos os lados que vão entrar em contradição,

com certeza. A gente vai ter argumento de um lado e argumento de outro lado, então acho que esse é o ponto central aqui, a intervenção política que a mesa diretora realizou para paralisar o trabalho da construção da minuta na comissão de normas. Acho que isso, para mim, é o ponto crucial do processo. No meu julgamento, está bem? Com todo respeito ao pleno. Eu acho que esse é o ponto da discussão. Obrigado, gente. **PRESIDENTE:** Márcio, obrigada. Eu queria ressaltar que a mesa diretora definiu pela paralisação da revisão do Regimento Interno porque, no momento, não foi dito que não era revisão. Nem mesmo a coordenadora adjunta da comissão, nem mesmo a técnica de referência da comissão de normas pontuaram que não era revisão. A mesa diretora lendo o art. 47, de que a revisão tem que ser deliberada pelo plenário, ela tomou a sua atribuição de colocar a revisão na pauta para fevereiro quando a plenária julgar necessário, para plenária deliberar se era necessário fazer a revisão. E a gente acabou trazendo isso para hoje. Mas, se quiser ser feito um questionamento se a mesa diretora fez alguma coisa além de sua competência, vamos ter que iniciar uma outra discussão. A próxima inscrição é da Francielly. Quem quiser se inscrever, se inscreva durante a fala dela, que encerrada a fala dela, encerra a discussão, ok? **FRANCIELLY, REPRESENTAÇÃO NÃO IDENTIFICADA:** Boa tarde, pessoal. Meu nome é Francielly. Eu fui da gestão passada, estou retornando agora para o CEAS para preencher uma das vagas de vacância. Minha nomeação ainda não saiu, mas eu decidi vir e participar das plenárias para eu me inteirar do assunto e fiquei muito feliz de ter caído logo na pauta do Regimento Interno. A gestão anterior – eu fazia parte da comissão de política e a comissão – a gestão anterior endossou duas importâncias, dois documentos muito importantes que deixamos para próxima gestão que são vocês: o fluxo das denúncias que chegam no CEAS, que vão para comissão de política e o Regimento Interno. Eu queria fazer uma fala breve, trazer uma reflexão de que é notório na fala de todos que houve uma falha de comunicação, inclusive, queria parabenizar a mesa diretora por intervir porque é função da mesa diretora, inclusive, fazer e cumprir o Regimento Interno. Eu estou dizendo isso, por quê? Como fazia parte da comissão de política, a comissão de política começou, em algum momento, discutir sobre o fluxo das denúncias e nós fomos paralisados em plenária, sob a mesma alegação do que está acontecendo com a comissão de normas, que não era a nossa atribuição. Não era a nossa prerrogativa. Essa discussão foi repassada para comissão de normas o que era devido e o Regimento Interno foi cumprido. Nesse momento, eu apelo porque os conselheiros... Nós temos que fazer e cumprir o regimento, mas não podemos ser os primeiros a descumprir. Não estou dizendo que a comissão de normas descumpriu. Eu entendo perfeitamente a boa vontade da comissão de normas, assim como a comissão de política naquela época teve uma boa vontade em relação em discutir sobre as denúncias, mas o que está no Regimento Interno é que deveria passar em primeiro em plenária, não é o contrário. Se o trabalho continua na comissão de normas, é igual o Lucas falou, qualquer comissão pode fazer um produto e apresentar para o CEAS. E eu acho que é justamente por

isso que está no Regimento Interno que tem que passar por plenária para que cada um não tivesse a sua autonomia, que fosse uma deliberação. Já pensou se cada comissão mandar um produto e a plenária ter que deliberar sobre esses produtos? Eu faço um apelo de que o Regimento Interno seja cumprido. Seja discutido, que é o que está acontecendo aqui hoje e saia uma deliberação. Retornar este trabalho para comissão de normas, por mais que foi feito em uma boa vontade, sabemos que os conselheiros jamais fariam isso por outros objetivos. Foi na questão de contribuir para o CEAS mesmo, mas, às vezes, a gente é pego nesse anseio de contribuir e é importante chamar o Regimento Interno e fazer cumprir. Não precisa ser descartado todo o trabalho da comissão de normas. Pode ser constituído um GT e a plenária deliberar que esse GT parta, a partir do trabalho dessa comissão de normas. Deliberar que isso é competência da comissão de normas, voltar esse trabalho para comissão de normas, é deliberar que isso é competência da comissão de normas. Isso pode abrir um precedente dentro do conselho, que depois nós não vamos ter como... Como eu vou dizer? Fazer cumprir o Regimento Interno, porque, se uma vez deliberou porque já tinha um produto em andamento e foi entendido com texto, isso pode abrir uma procedência. Eu acho que é fazer cumprir o regimento, que é deliberar e, se possível, utiliza o produto. Se não, começa do zero, mas o que importa é que a deliberação venha da plenária. Não endossar essa falta de comunicação, que isso, realmente, ficou muito claro. Obrigada, gente. **PRESIDENTE:** Ok, Fran. Concordo muito com tudo que você disse. Passo a palavra para o próximo inscrito, que é o Conselheiro Lucas. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Já é o encaminhamento, Presidente? **PRESIDENTE:** Bom, conselheiro, nós estamos nas discussões e eu coloquei que na fala da Francielly fecharíamos as inscrições para partir para os encaminhamentos. Mas, caso seja opção de dar proposta de encaminhamento agora, também é possível, mas depois da última inscrição, que foi a Luanda, eu vou abrir para os encaminhamentos. Todas as discussões no CEAS, há anos, durante as discussões já agilizamos propondo encaminhamentos. Mas, se você quiser dar agora ou daqui a pouco, porque você se inscreveu na fala da Francielly. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Não, mas a minha proposta foi para encaminhamento e de Luanda também. **PRESIDENTE:** Então eu acredito que já encerraram as inscrições na fala da Francielly, partimos oficialmente para o momento dos encaminhamentos. Com a palavra o Conselheiro Lucas. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Na verdade, a minha sugestão é de que a comissão de normas finalizasse esse esboço que ela está fazendo. Seja criado o GT, como proposto pela Patrícia, e que esse GT fizesse a revisão do texto da comissão de normas. Se entender que é um texto viável e coeso, dar prosseguimento nele. Se entender que não é viável ou coeso, que parta para o outro caminho. Mas eu acredito que seja interessante finalizar, pelo menos, essa minuta que a comissão de normas propõe justamente para que o nosso trabalho não fique perdido. A gente quis apresentar o melhor para o conselho, até mesmo para atender essas novas realidades, as

mudanças legislativas que tiveram dentro da assistência social. Eu acho que seria nesse sentido. Então a proposta é essa, de finalizar esse esboço da comissão de normas, ser criado esse GT para a revisão do Regimento Interno e, se o GT entender que é viável o texto proposto pela comissão de normas, beleza. Se não entender, a gente parte do zero. Eu acho que em apreço também ao trabalho desempenhado pelos conselheiros da comissão de normas, uma vez que já foi externado por diversos conselheiros a boa vontade de nós em nos debruçarmos e oferecer um bom produto para este conselho. Obrigado, Presidente. **PRESIDENTE:** Obrigada, conselheiro. A próxima inscrita é a Luanda. **LUANDA, FETSUAS/MG:** Eu queria fazer uma proposta também, que vai de encontro com essa do Lucas. É quase essa, mas não é essa. De a gente criar o GT e aí, todo GT costumamos chamar um especialista, alguém que entenda do tema. E o Lucas, como ele já se debruçou, já está estudando, ele ser esse especialista dentro do GT. A gente cria um GT com dois representantes de cada comissão, sendo o Lucas um especialista, convidado como especialista, já trazendo a minuta que ele elaborou para discussão no GT. Por que dessa proposta? Porque eu vi as manifestações do desejo das pessoas participarem mais ativamente da construção, da discussão mais amplamente. E se ela ficar só lá na comissão de normas, pode ser que fique mais difícil de outras pessoas participarem e também para poder desafogar um pouco a comissão de normas porque têm as outras pautas que seguem a vida do CEAS. E, talvez, o GT seja essa via e com o Lucas já trazendo, sem perder esse trabalho que ele já fez, esse estudo aprofundado, já minutou uma proposta. Então ele leva a proposta, participa na condição de especialista também ajudando a orientar o GT sobre essa construção da minuta. E essa seria a proposta, duas pessoas de cada comissão e acho que Mariana falou que seria o conselho inteiro, mas não, são só duas de cada comissão. Aí, eu acho que amplia a participação e as discussões e tudo mais. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Patrícia, se me permite, só uma contribuição? Esqueci de falar. Porque eu acho importante a revisão da comissão de normas porque, veja bem, a minuta desse Regimento Interno foi criada em conjunto pela Rosa e por mim. E assim, da minha parte, eu fui trazendo experiências de outros regimentos internos que, muitas das vezes, alguns artigos não vão caber para dentro da assistência social. Por isso, até mesmo que a gente apresentou dentro da comissão de normas, para saber se poderia se encaixar ou não. Com a devida vênua, teve artigo que foi copia e cola para trazer outras realidades e experiências de conselhos estaduais que podem nos auxiliar muito. Então seria nesse sentido mesmo o pedido de finalização da comissão de normas, para que não fique só em uma visão de um cara que só entende de direito especificamente, mas que tenha a contribuição de outros atores mais diretos da assistência social. É isso. Obrigado, gente. **PRESIDENTE:** Ok, Lucas, obrigada. Acredito que as inscrições estão encerradas. E agora eu peço auxílio da Secretaria Executiva, que já foi anotando as propostas de encaminhamento. A proposta de encaminhamento nº 1, Patrícia: é deliberar pela revisão do Regimento Interno,

aproveitando a minuta da comissão de normas e criando um GT para tal. Já até sistematizei. Foi Presidente, vice-Presidente e dois conselheiros de cada comissão, sendo um do governo e um da sociedade civil. Proposta de encaminhamento nº 2, Mariana: continuar os trabalhos dentro da comissão de normas, com participação aberta a todos os conselheiros, aproveitando e revendo trabalho já realizado. Proposta de encaminhamento nº 3, Lucas: que a comissão finalize a minuta e crie o GT. Que o GT fizesse a revisão do texto da comissão de normas. Se o GT verificar que o texto era viável, ao contrário, desconsidera o texto. Foram inseridas as mudanças da legislação da assistência social, importante na revisão do texto da minuta. Durante as discussões da comissão estão sendo avaliados os artigos que estariam de acordo com a assistência social. Proposta de encaminhamento nº 4, Luanda: criar o GT com dois representantes da comissão e o Lucas como especialista com a proposta de texto da comissão de normas. Eu acho que a gente pode juntar, Luanda, as nossas propostas, que é: criar o GT com dois representantes de cada comissão e o Lucas como convidado (trecho incompreensível) [05:14:40] não é. **LUANDA, FETSUAS/MG:** Sim. Pode juntar, sim. **PRESIDENTE:** Ok. Mariana e Lucas será que dá para juntar a proposta? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Patrícia, eu volto só nessa questão que eu pontuei. Justamente porque, como a gente ainda não finalizou, nós não temos uma minuta ainda. Nós estamos no meio do negócio, então nós não temos minuta para poder apresentar, sabe? Porque, veja bem, como eu já disse, parte do Regimento Interno, da minuta que a gente propõe, que eu apresentei, são outras experiências que eu achei de Regimento Interno que eu fui colando, mas que, muitas das vezes, pode ser que não faça nexos nenhum de acordo com a normativa. Por isso da minha insistência ainda em pelo menos finalizar os artigos que já foram propostos na minuta que eu apresentei e criar o GT. Eu adorei a ideia da Luanda, fico muito feliz porque foi um trabalho de muitas noites sem dormir para oferecer o melhor mesmo para o conselho. Eu fico emocionado porque é uma construção que fazemos em prol de uma luta de assistência mesmo, visando justamente a preservação das institucionalidades, para que sejamos uma instituição que consiga ficar firme ao longo de todos os anos, de todos os governos que passarem. É uma questão de resistência mesmo. Da mesma forma que o governo age dentro da lei e se firma dentro da lei, eu acho que isso é importante para o controle social ter esse corpo firme, para ser enfrentamento mesmo, para ser luta e garantia do usuário, sujeito de direitos. É isso. Obrigado. Desculpem a emoção. **PRESIDENTE:** Ok, Lucas. É muita doação. Você me lembrou de quando (áudio ruim) [05:17:02] fazendo a revisão na comissão de política de uma proposta do CEDICA que já está há 10 anos. Eu me dispus a ficar domingo inteiro fazendo. Eu trancada dentro do meu quarto, a minha pequena – hoje, ela tem três anos. Isso foi no ano passado. Na porta do quarto batendo: “Mamãe, mamãe”, sabe? Me querendo e eu lá fazendo a minha (áudio ruim) [05:17:23] por fim, não foi para frente. Isso é difícil. Mas eu reitero... **CRISTIANO, SEDESE:** Aquela resolução (trecho incompreensível)

[05:17:29] 56? **PRESIDENTE:** Nem me fala disso, Cristiano. **LUANDA, FETSUAS/MG:** Essa mesma. **CRISTIANO, SEDESE:** Nossa, aquela de dez anos? **LUANDA, FETSUAS/MG:** (Trecho incompreensível) [05:17:37], meu Deus. **PRESIDENTE:** É, aquele sofrimento todo mesmo. É isso aí. Então, gente, eu reitero a minha proposta de encaminhamento para fazer o GT, considerando que está no art. 48, então está no início mesmo. E o Lucas pode, se ele tiver tempo e (áudio ruim) [05:17:58] reformulando um pouco as coisas da minuta e, como especialista para comissão, porque é importante a gente ter um GT garantindo ampla participação, tanto conselheiro novo na comissão de normas, que não pegou. Então (trecho incompreensível) [05:18:16] para começar da metade, que já está no art. 48, já está na metade. (Áudio ruim) [05:18:19] comissão de normas apresentou a Mayra, que é representante dos trabalhadores e está entrando na comissão. O Alisson, representante da Adra, está entrando agora também. Quem era da comissão há mais tempo – pelo menos de quando eu entrei em outubro e foi discutido – estava só o Lucas, o Márcio e a Gabi. Então, reitero a proposta de que a gente crie um GT para discutir de forma mais ampliada, democrática possível, essa minuta que foi elaborada pelo Lucas, com o apoio da Rosa e já discutida pela comissão de Normas. A proposta da Mariana e do Lucas (áudio ruim) [05:19:01]? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Cortou o final do seu áudio. **PRESIDENTE:** Se a proposta do Lucas e da Mariana, se dá para fazer uma junção para colocar as propostas em votação. **MARIANA, SEDESE:** Sim. Por mim, sim. **PRESIDENTE:** Estou vendo no chat a Sandra se despedindo. Se despede não, estamos finalizando, Sandra. **MARIANA, SEDESE:** Eu acho é que a gente tem que entrar em um consenso aqui e não perder o que já foi feito. É o que eu estou falando. Temos que valorizar o que foi feito. Nada é definitivo. Agora, eu acho que não justifica é recomeçar. Só isso. Então pode juntar as propostas. **PRESIDENTE:** Ok, Mariana, mas como eu disse, mantenho a proposta do GT considerando a pouca participação, e também o (áudio ruim) [05:19:45] 48, sem desconsiderar o que foi feito, privilegiando a participação do Conselheiro Lucas. A gente continua com essa proposta de encaminhamento de fazer o GT. Tem como juntar as propostas dois e três? A gente vai colocando em votação. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Patrícia, eu acho que tem até como consensuar isso. Na sua proposta tem um período para que eu possa visitar a minuta, fazer mais alterações nela? Só para eu poder saber disso ou é pegar do jeito que está mesmo? **PRESIDENTE:** Sim, eu acredito que sim. Se você puder e tiver tempo de aprimorar e aí você leva para o GT essa proposta. Porque a comissão continuar terminando e têm outras pautas também, aí termina, depois passa tudo (áudio ruim) [05:20:40] de novo pela... Porque será um trabalho maior, não é? Vai ter o tempo para comissão de normas analisar e o tempo para o GT analisar o que a comissão de normas fez. Se a gente já começa no GT, já que está na metade, será o GT analisando tudo. Não vai ter o GT analisando tudo, mais a comissão de normas analisando do art. 48 ao 124. Não é? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:**

Entendi. **PRESIDENTE:** Eu acredito que seja, inclusive, mais rápido assim. A Natália até falou um pouco sobre (áudio ruim) [05:21:05] bem. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Então, nessa revisão, eu posso convidar Márcio e Gabriele para me auxiliar? **PRESIDENTE:** Acredito que sim, acho que você pode convidar várias pessoas. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Não enquanto comissão. Porque é assim, querendo ou não, os dois participaram em mais reuniões do que os outros. Vilma também participou em muitas reuniões. Eu acho que eles conseguem, até porque uma cabeça só pensando é muito falha, acho que dá para apresentar aquilo que a gente tinha o intuito de apresentar. Pode ser assim? Porque a gente fecha uma deliberação só e não precisa nem votar. E a gente encerra a reunião, se for isso mesmo. **PRESIDENTE:** Os conselheiros que tiverem interesse de fazer, tiverem disponibilidade. Foi até colocado na mesa diretora se eram oficiais essas reuniões semanais, se era da comissão de normas e a gente até falou: “Não, não é oficial. Não é da comissão de normas porquê...”, quer dizer, a gente falou: “É oficial. É da comissão de normas (áudio ruim) [05:22:16] assessorando.” O que você está propondo é apresentar uma minuta informalmente. Não sei se a Rosa vai querer fazer trabalho fora do horário de trabalho dela, quando ela voltar de férias, mas pode convidar quem vocês quiserem, Consolação, Rodrigo, Francielly que falou no chat que queria participar da formação do GT, só que ela ainda não foi nomeada, enfim. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Eu acho então que posso retirar a minha proposta. Eu falo porque preciso de uma visão mais voltada para assistência social para poder colaborar mais, para não apresentar algo que não atenda a realidade da Política de Assistência. Eu preciso é desse suporte mesmo. No mais, eu retiro a minha proposta se for possibilitado isso como foi colocado na proposta um. **PRESIDENTE:** Lucas, no chat, a Mariana colocou que ela acha importante colocar (áudio ruim) [05:23:10] para esse trabalho. Que pelo nosso relato o GT está discutindo há sete anos. Não é isso não, está bem? Isso aí é o Cedca - Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, que jogou um balde de água em tudo. Está? Fizemos rapidinho. Depois o Cristiano te conta essa novela. A Francielly está se dispondo, está bem, Lucas? O número de telefone já está lá no grupo da sociedade civil, se você quiser entrar em contato com ela. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Beleza. **PRESIDENTE:** A Mayra também falou quer participar, então tem muita gente querendo participar. Eu também iria querer participar desse grupinho aí antes, só que estarei de férias a partir do dia 24 de dezembro. Mas, caso alguém queira me contatar, a Secretaria Executiva me contatar, eu continuo respondendo pelo CEAS. Então, gente, eu acho que a Mariana (áudio ruim) [05:24:01] tudo? Eu acho que a Mariana... **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Essa proposta pode ser para o mês de março? **PRESIDENTE:** Eu acho que a proposta da minuta, não... A minuta para o GT acho que pode ser fevereiro, porque as comissões se reúnem na reunião das comissões de fevereiro e cada um tire o seu nome, quem será o representante do

governo e o representante da sociedade civil. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Para iniciar em março? **PRESIDENTE:** Para iniciar em março e na plenária de fevereiro já apresenta os nomes. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Isso. **PRESIDENTE:** Ok. **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** Então, deixa, tipo, a minuta para depois da reunião plenária porque em janeiro muita gente viaja, férias. Fevereiro da mesma forma. Eu acho que está um tempo bom para poder finalizar. **PRESIDENTE:** A gente vai ter uma reunião plenária em fevereiro. Então, na reunião das (áudio ruim) [05:24:51] tira o nome de um conselheiro da sociedade civil e a formação do GT será na plenária de fevereiro, com o nome de todos os participantes e com o prazo. E aí é importante definir o prazo também, gente. Lembrando que estamos em ano de conferência, então não pode ser para dezembro do ano que vem, não. É uma pauta importante a revisão do Regimento Interno. Esclarecidos? Podemos fechar nesses consensos, então conselheiros? **LUCAS, CONSELHO CENTRAL DE CURVELO/SSV:** A minha proposta está extinta. **PRESIDENTE:** Ok, Mariana. Sua proposta também está extinta? **MARIANA, SEDESE:** Sim, estou de acordo aí com o que vocês entenderem melhor. **PRESIDENTE:** Ok, Mariana. Conselheiros, 18h57. Me desculpem por não ter sido pontual hoje, mas, além da objetividade, é importante prezarmos pelas discussões, pela qualidade do debate e acho que isso não faltou hoje, não é? Tivemos boas deliberações hoje. Agradeço a todos que continuaram, que puderam participar até agora. Não sei se a Sandra continua na reunião... Infelizmente ela já foi, queria pedir (áudio ruim) [05:26:05] um agradecimento especial. Infelizmente ela nos deixa, o CMAS Montes Claros vai indicar outro conselheiro, que ela pode continuar lá no CMAS. Queria agradecer a todos. Parabenizar a todos pelo ano inteiro. Muito obrigada, você lembrou do Aloísio. Eu já tinha falado do Aloísio mais cedo, na hora da eleição. Também queria fazer um agradecimento para ele, mas ele também já saiu. Terminamos tarde, não é, gente? Nas próximas, a gente há de terminar pontualmente. É um aprendizado. É uma construção mesmo, então desejo para vocês um fim de ano, boas festas, se cuidem. Cuidado com o isolamento social. Cuidado com a covid e tudo de bom para vocês. Um abraço. Passo a palavra para Mariana, que já abriu o áudio dela, acho que ela também está querendo se despedir. Tudo de bom para vocês. **MARIANA, SEDESE:** Não, é isso, Patrícia. Obrigada pessoal. Até o ano que vem. É despedida rápida. Obrigada e parabéns. Ontem e hoje, duas grandes reuniões, mas chegamos bem ao fim do dia. Muito obrigada. Boa noite a todos.

Nome	Representatividade	Assinatura
Alisson Pereira Ramos	- Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Sudeste Brasileira	
Aloísio Soares de Lima Junior	COGEMAS	
Anédia Farias	Associação dos Usuários do	

	SUAS	
Cristiano de Andrade	Secretaria de Estado Desenvolvimento Social – SEDESE	
Damião Brás (Irajá)	Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste	
Domingos Sávio de Araújo	CMAS de Belo Horizonte	
Elerson da Silva	Caritas Brasileira	
Gabriele Sabrina da Silva	Secretaria de Estado Desenvolvimento Social – SEDESE	
Isaura dos Santos Lopes	Associação Quilombola do Suaçuí e Pitangueiras,	
Jessica Teixeira	Movimento Nacional da População de Rua	
Joana Moraes	Secretaria de Estado Desenvolvimento Social – SEDESE	
João Alves Crisóstomo	União das Associações de Pirapora - UNAPIR	
Laureci de Paula	Movimento Graal do Brasil	
Luana Castro	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG	
Luanda Queiroga	Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS	
Lucas Estevão Ribeiro	Conselho Central de Curvelo SSVP	
Marcio Caldeira	ASPROM	
Marcio Evangelista	CMAS - Itabira	
Mariana de Resende Franco	Secretaria de Estado Desenvolvimento Social – SEDESE	
Natália Lisce Fioravante	Federação das APAES	
Patrícia Carvalho Gomes	Conselho Regional do Serviço Social – CRESS	
Rosiane Reis	CMAS- Campo Belo.	
Sandra de Fatima Velooso Costa	CMAS de Montes Claros	

Azevedo		
Silvestre Dias	Secretaria de Estado de Fazenda - SEF	
Vilma Sá	Secretária de Estado de Saúde - SES	